



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS -GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**LAICIDADE E RELIGIÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO
FEDERAL**

Alisson Costa Rocha

Brasília-DF

2022

ALISSON COSTA ROCHA

**LAICIDADE E RELIGIÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO
FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação, da Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação (POGE).

Orientador: Professor Dr. Erlando da Silva Rêses

Brasília-DF
2022



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**LAICIDADE E RELIGIÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO
FEDERAL**

ALISSON COSTA ROCHA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses- Faculdade de Educação –FE/UnB
Universidade de Brasília (Orientador)

Prof^a. Dra. Cristiane Portela- Faculdade de História – UnB
Universidade de Brasília- (Membro Interno)

Prof^o. Dr. Alexandre Galvão – Faculdade de História – UESB
Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (Membro Externo)

Prof^o. Dr. Wallace Roza Pinel-SEEDF
Secretaria de Estado de Educação do DF (Suplente)

Brasília – DF

2022

AGRADECIMENTOS

A minha mãe e ao meu pai, Doroteia da Costa Rocha e Urçulino Vieira Rocha, dois camponeses que lutaram no campo e na cidade em prol da sobrevivência; criação e educação dos filhos, a minha companheira Maria do Socorro, ao meu filho Heitor Modesto Rocha, a minha irmã Lilian Rúbia. Ao Grupo de Pesquisa Consciência, coordenado pelo Professor Erlando Rêses, ao Programa Pós-Populares que me acolheu e me orientou para o ingresso na pós-graduação, aos companheiros e companheiras que se reúnem com o grupo no Programa Pós-Populares, responsáveis por grande contribuição no desenvolvimento do projeto de pesquisa. Em especial a: Reinouds, Lenilda, Luzeni, Gilbertinho, Lara, Tarcísio, Wallace, Cristino, Gustavo, Rosa que contribuíram diretamente na construção do projeto de pesquisa apresentado na Faculdade de Educação. As companheiras Margô, Nair e ao companheiro Márcio Francisco, responsáveis por me auxiliarem na correção gramatical. A professora Maria Luiza Pinho Pereira, Oton Pereira Neves, Viridiano Custódio de Brito que muito me incentivaram nos estudos no período de militância política. Sou grato ao Centro de Educação Paulo Freire, CEPAFRE, em Ceilândia que me apresentou o pensador pernambucano. Agradeço a comunidade e a classe trabalhadora responsável por meio do esforço e dos impostos pagos para que a universidade exista. Gratidão ao meu orientador, professor Erlando da Silva Rêses pela orientação e por acreditar no projeto proposto.

Templo

Se você olha pra mim
Se me dá atenção
Eu me derreto suave
Neve no vulcão

Se você toca em mim
Alaúde emoção
Eu me desmancho suave
Nuvem no avião

Himalaia himeneu
Esse homem nu sou eu
Olhos de contemplação

Inca maia pigmeu
Minha tribo se perdeu
Quando entrou no templo da paixão.

Composição: Chico Cesar / Milton de Biase / Tata Fernandes

RESUMO

O objetivo da dissertação, a ser desenvolvida a partir da apresentação da teoria social em Marx, é investigar como se manifesta a relação laicidade e religiosidade entre os estudantes da Educação Pública no Ensino Médio da escola pública DF. A intenção é a de compreender as categorias laicidade, religião e educação, com a finalidade de pesquisar a proposta do currículo em movimento da SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do DF (2014). Este documento garante uma educação laica, diversa e plural, permitindo uma educação democrática em prol da construção da paz social. Para focalizar mais a pesquisa delineamos como objetivos específicos: identificar como se apresenta a relação laicidade e religiosidade nos documentos oficiais na educação básica do Distrito Federal; observar a presença ou não de manifestações religiosas no interior da escola e conhecer a relação histórica entre laicidade e educação escolar. A investigação utilizou-se da análise documental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no Currículo em Movimento da SEEDF e na Base Nacional Comum Curricular, de modo a entender a relação da comunidade escolar com a diversidade religiosa e a laicidade garantida nos documentos oficiais.

Palavras-chaves: Educação Básica, Laicidade, Religião

ABSTRACT

The objective of the dissertation, to be developed from the presentation of social theory in Marx, is to investigate how the relationship between secularism and religiosity manifests itself among the students of Public Education in the High School of the public school DF. The intention is to understand the categories secularity, religion and education, with the purpose of researching the proposal of the curriculum in motion of SEEDF - Secretary of State for Education of the DF (2014). This document guarantees a secular, diverse and plural education, allowing a democratic education for the construction of social peace. In order to focus the research further, we outlined the following specific objectives: to identify how the relationship between secularism and religiosity is presented in official documents in basic education in the Federal District; to observe the presence or not of religious manifestations inside the school and to know the historical relationship between secularism and school education. The investigation used documental analysis in the Law of Directives and Bases of Education (LDB), in the Curriculum in Motion of SEEDF and in the National Common Curricular Base, in order to understand the relationship of the school community with religious diversity and guaranteed secularism. in official documents.

Keywords:

Basic Education, Secularism, Religion

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART	Artigo
UnB	Universidade de Brasília
SEE/DF	Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal
EM	Ensino Médio
EF	Ensino Fundamental
DF	Distrito Federal
LDB	Lei de diretrizes e Base na Educação
CF	Constituição Federal
CEM	Centro de Ensino Médio
STF	Supremo Tribunal Federal
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
CEBs	Comunidades Eclesiásticas de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos no Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
STF	Supremo Tribunal Federal

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1: Quadro de Coerência da Pesquisa

Figura 1: Referência ao Processo de Colonização na Escola Brasileira.

Figura 2: Referência a relação da IURD com a política no Brasil.

SUMÁRIO

MEMORIAL	10
1. INTRODUÇÃO	19
2. OBJETIVOS	22
2.1. Objetivo Geral	22
2.2. Objetivos Específicos	22
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	24
3.1. Participantes da pesquisa/ Grupo Focal	30
4. REFERENCIAL TEÓRICO	31
4.1. O Pensamento Religioso e a Influência Política no Brasil	54
4.2. Laicidade na Educação Básica no DF	64
4.3. Liberdade Religiosa e o Processo Político Brasileiro Atual	76
5. TOLERÂNCIA RELIGIOSA E EDUCAÇÃO	81
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	93

MEMORIAL

Sou filho de Urçulino Vieira Rocha e de Doroteia da Costa Rocha. Meu pai, no início da década de 60, o auge da exploração do carvão mineral em Minas Gerais, saiu de Itamarandiba e foi trabalhar como estivador em caminhões de carvão na cidade de Felixlândia-MG onde conheceu minha mãe, a então empregada doméstica de uma família proprietária de uma padaria na pequena cidade também mineira. O passar do tempo e a vivência em Felixlândia rendeu a meu pai um trabalho de cuidador de porcos no fundo de um restaurante à beira da BR 040. Ele trabalhava durante a semana e aos domingos frequentava as missas na igreja Nossa Senhora da Piedade, local em que, certo dia, após uma homilia, seu Urçulino e dona Doroteia se encontraram pela primeira vez.

Certa vez, ao ser questionado se não queria trabalhar no restaurante do posto, meu pai argumentou que não era alfabetizado. Isso levou-o a observar a noite para além da escuridão do fundo. Próximo ao chiqueiro que cuidava, o acompanhava tão perto aquele outro mundo tão iluminado, a partir daí começou a estudar, concluiu a 4ª série ginásial e tornou-se gerente do posto. Minha mãe estudou até a terceira série primária, à época, alternando seu tempo entre a escola, o cuidado com os irmãos mais novos e ajudando minha avó a fazer geleia para vender em prol da sobrevivência da família.

Casaram-se. E em busca de novos sonhos vieram morar na periferia da capital federal. Até os meus quatro anos de idade vivíamos em barracos de fundo em Taguatinga e em Ceilândia. Ambos tinham origem rural e acabaram não se adaptando ao ambiente urbano, diante desse dilema, na década de 80, compraram um pequeno terreno na região do entorno próximo à Luziânia em um bairro conhecido como Fracaroli. De lá seguimos para o movimento de terra próximo à região do Mesquita. Nesse sentido, seguiam em busca de suas origens camponesas e ao mesmo tempo acreditavam que a vida ia ser mais tranquila e agradável.

Trago boas lembranças desse período, me lembro muito bem de um barraco feito de madeira, coberto por uma lona preta, muito bem organizado, às margens do rio Saia Velha com uma floresta bucólica ao fundo. Com a ajuda de minha mãe, eu passava boa parte do tempo lendo uma cartilha chamada Letrinhas Amigas. Também não me esqueço dos dias em que íamos ao rio, enquanto minha mãe lavava roupa, eu desfrutava de longos momentos para pescar, e brincar com os vários cachorros e gatos que sempre nos acompanhavam. Aos sábados quando meu pai chegava do trabalho nos divertíamos olhando o trem de passageiro, todo iluminado, que passava logo após a mata, uma vez por semana sempre às 22 horas. Certa vez meu pai me

levou a Rodoferroviária para que eu pudesse conhecer de perto os vagões azuis com umas poltronas marrons.

Aos domingos minha mãe cuidava da minha irmã mais velha e de uma prima que vivia conosco enquanto eu e meu pai, cada um em sua bicicleta, seguíamos para a venda que ficava em um povoado a seis quilômetros do local em que morávamos para fazer as compras da semana. Sentávamos no meio fio e eu ficava soletrando os jornais que envolviam os produtos comprados no armazém e meu pai todo orgulhoso apontava para as pessoas que passavam mostrando que eu já sabia juntar as letras escritas nos jornais, de tarde almoçávamos e íamos ao rio dar banho nos cachorros e nadar um pouco.

Nas minhas lembranças aparecem os terços, as aves marias e as missas no rádio. Nossa família esporadicamente ia às missas em Luziânia na igreja de Santa Luzia, padroeira a qual meu pai é devoto e atualmente o levo para referenciar a santa em um dia especial. Contudo, o que me encantava mesmo era o passeio pela cidade onde meu pai sempre me mostrava a igreja do Rosário construída outrora pelos cativos. E afirmava que aquela cidade fora o arraial de Santa Luzia local que já tinham tirado bastante ouro e produzido muitas riquezas minerais. A ida à feira era o que eu mais gostava, pois nos colocava diante de um movimento que não era comum no campo. Além de poder comer pastel frito com caldo de cana e doce de marmelo, uma fruta típica do cerrado da região de Luziânia.

Quando eu já estava lendo com certa autonomia meu pai me apresentou com a bíblia da criança. Algo que na época trazia certa incoerência entre os textos do pequeno livro de capa vermelha que mostrava em certa medida a importância da obediência em um cenário que o conflito pela terra e a resistência era muito presente na vida da comunidade. Contudo, eu li o presente de meu pai apesar de não ter encontrado algo que me conectasse com aquela leitura. Um dos textos que mais me intrigava na época era a passagem em que Jesus dava respostas aos doutores, eu ficava pensando como poderia um menino tão esperto? Já que minha mãe e meu pai me orientavam que a experiência dos mais velhos era algo valoroso e que não deveria ser contestado.

Em meados da década de 80, a comunidade posseira das Lajes reivindicou a construção de uma escola que ficou conhecida na localidade como grupo escolar, Escola Municipal Multigraduada Lajes. Na verdade, era uma casa grande com uma área de convivência, onde funcionava a primeira e a segunda série no período matutino e a terceira e quarta série no período vespertino. A construção da instituição de ensino foi um aparelho que deu legitimidade

a população local, mas ao passo que as crianças iam terminando a quarta série, as famílias acabavam mudando em busca de maior formação para suas filhas e seus filhos.

A vida no campo era intensa e exigia muito trabalho, além de um enfrentamento cotidiano aos grileiros que algumas vezes se aproximavam alegando a posse da terra. Na entrada da comunidade existia um mata burro e, ali os posseiros barravam quem alegava ser dono daquelas terras, eu que era criança enquanto meu pai conversava com os outros homens anotava a placa dos carros que chegavam para controle de quem ali aparecia. Algo que com o tempo deixou de existir e ficou apenas nas histórias nas rodas de conversas comuns aos moradores e as moradoras da região.

Com o passar dos anos adquirimos o usucapião da terra. As árvores frutíferas cresceram e foi construída uma casa de tijolos. Era perfeita, tinha varanda, fogão de lenha e muito espaço. As janelas eram enormes e tampadas com madeira de forma improvisada. Ao passo que quando chovia com ventos fortes eu ficava preocupado olhando minha mãe rezar para que tudo acabasse bem. As rezas e as procissões eram muito comuns na região. Rezava-se o terço e na grande maioria das comemorações sempre tinha um momento voltado às questões religiosas. Existia uma igreja evangélica no auto do morro. Porém, as missas aconteciam no grupo escolar. Vez ou outra é que o padre vinha de Luziânia para realizar a celebração.

Pouco mais de cinco anos se passaram e as paredes do grupo escolar já não eram as mesmas, apresentavam marcas de tinta descascada e uma aparência que o tempo encarregou de transformar. Na comunidade a maioria das crianças já tinha terminado a 4ª série e eram comuns as mudanças e a venda das chácaras que outrora foram conquistadas com muita luta. Em casa, as mangueiras, os abacateiros, mexeriqueiras, laranjeiras, goiabeiras e muitas outras árvores frutíferas sempre se encarregavam de embelezar ainda mais aquele cenário em que vivíamos. Os macacos durante as manhãs quebravam o milho que plantávamos em dias de chuvas finas e constantes, os pássaros cantavam de formas variadas, as maritacas quebravam o silêncio com tamanha algazarra e os patos voavam sempre em bando a uma altura que saltavam aos nossos olhos, ao passo que os gaviões exigiam de nós, certo cuidado para que não se alimentassem dos franguinhos que catavam os fânicos no terreiro.

As árvores estavam maiores e eu finalmente já caminhava para o término da 4ª série, quando meu pai me presenteou com o segundo livro que recebera em uma reunião onde discutiam sobre as demandas cotidianas que existiam na comunidade. O título era Coronelismo; Enxada e Voto do Victor Nunes Leal, obra que exigia um pouco de experiência, porém fazia muito sentido diante daquele cenário de disputa pela terra em um local cercado por grandes

propriedades de terras e de políticos que disputavam os votos da população rural por meio das caronas dadas nos dias das eleições. Pouco tempo depois eu fui compreender a história daquele livro presenteado pelo meu pai com a minha professora de Geografia na 5ª série ao explicar sobre o processo de desigualdade e os interesses de uma elite agrária, que levou ao êxodo rural das famílias camponesas no Brasil.

Na verdade, o livro presenteado por meu pai antecedia momentos sombrios da nossa vida que estava por vir e abririam feridas impossíveis de serem tratadas. Porém, eu me aproximava de novas oportunidades e de um novo mundo que hoje avalio que eu estava pouco preparado para enfrentá-lo. Numa tarde de domingo minha mãe e meu pai conversaram comigo e com a minha irmã, já que a pequenininha não entendia, que iríamos morar em Brasília por levarem em conta a importância dos estudos. Mesmo porque o preço a ser pago para continuar morando na região era o de não poder continuar estudando, já que o grupo escolar oferecia no máximo a 4ª série e já não existiam estudantes o suficiente para justificar a vinda de uma professora. Lembro-me que perguntei minha mãe se aonde íamos morar tinha rio e ela me disse que não tinha mais que ia ser bom e tinha outras coisas interessantes. Segundo minha mãe, na cidade a venda era bem perto de casa, poderíamos andar de ônibus, ir às missas aos domingos, eu ia poder frequentar a catequese para fazer a primeira comunhão e a escola seria muito melhor.

Meu pai teve certo cuidado com a nossa transição, em uma noite chuvosa dormimos na casa que iríamos morar no mês seguinte. Assim como a casa da roça, não era rebocada. Notei que o espaço ao redor era sufocante e a rua principal era perturbada pelo barulho dos carros sempre muito rápidos. No dia seguinte fomos à feira e à escola que eu iria estudar. Ali mesmo do lado de fora meu pai me explicou como funcionava. Argumentou que o dia em que passou por lá percebeu que eu iria ter várias professoras e sempre que fossem trocar de sala iria tocar uma sirene bem alta como as que são usadas nos carros da polícia; achei estranho, mas mesmo ressabiado, confiei nele. Confesso que algumas coisas me deixaram intrigado: por que a escola era tão grande? Qual a necessidade dos muros ao redor? Quanto a comparação da sirene com a viatura da polícia só fui entender quando começaram as aulas, mesmo porque ainda hoje quando me lembro daqueles momentos ainda me entristeço. Apesar de ter me tornado professor, nunca mais voltei àquela escola.

A escola que comecei a estudar na época era na região do Setor “O” e morávamos na expansão do mesmo setor, um bairro novo apelidado pela turma de vila da miséria. Os professores e as professoras vinham sempre muito bem vestidos e eu e alguns meninos ficávamos cotidianamente observando para ter certeza de que alguns daqueles carros não iam

adentrar aquele portão, porém, muito dificilmente faltavam. A professora de Ensino Religioso sempre chegava com um “chevetinho laranja” bastante acelerado, pois a entrada do portão era íngreme. Já que um dia da semana a primeira aula era de religião já nos preparamos para os sermões da docente e para as rezas sempre repetitivas. Algo que sempre conversávamos entre os colegas era a respeito da comodidade da professora ao professar crenças para além do catolicismo apresentado nas aulas da referida disciplina, alguns alunos questionavam o fato de não se sentirem contemplados com as orações da docente.

Estudar no Setor “O” foi bem desagradável, pois logo na primeira semana fui rotulado de - o da roça -. Tudo era tão estranho, que minha mãe precisou ir à escola para que a professora de português percebesse que eu lia razoavelmente bem e ainda colecionava gibis. Matemática era algo distante e até mesmo as aulas de história eram terríveis, desconectadas da realidade, sem muito sentido, eram maçantes e repetidas explicações sobre a idade da pedra lascada e da pedra polida, o que hoje com as turmas que trabalho consigo simplificar entre antes e depois da revolução agrícola.

No caminho de ida e volta à escola, cotidianamente, cruzávamos com uma kombi cheia de policiais militares que exigiam que a meninada colocasse os cadernos no chão e já iam nos empurrando contra o muro ao longo do caminho. O culminar desse processo foi a reprovação na quinta série, contudo, a diretora afirmou para minha mãe que era normal já que muitos estudantes reprovavam na série em questão. Minha mãe me pagou um sorvete no caminho de volta, ficamos sentados por algum momento, ela chorou e eu me comprometi que no próximo ano as coisas seriam diferentes.

No ano seguinte comecei a estudar no Centro de Ensino Fundamental 17, agora situado no bairro em que morávamos. A escola era provisória e construída de pré-moldados dada à emergência ante a falta de escola na comunidade. No ano anterior, volta e meia marchávamos rumo à administração da cidade junto à Associação de Moradores da Expansão do Setor “O” (ACESO), instituição que eu e minha família não demoramos em nos filiar. Na associação novamente a vida passou a fazer sentido apesar da cidade muito violenta e pouco acolhedora.

O primeiro dia na nova escola foi inesquecível, lembro como se fosse hoje de um professor de Língua Portuguesa se divertindo com um texto do Stanislaw Ponte Preta, Rosamundo no Banheiro. A professora de Matemática ensinou o conteúdo básico de uma forma tão simples que as equações jamais saíram da minha memória. A professora de Geografia abordava os programas de desenvolvimento nos Estados; legitimava o livro que outrora meu pai me presenteou e falava da importância do desenvolvimento sustentável, em História além

do conteúdo o professor contava as suas experiências com as pesquisas e viagens que faziam pelo interior do Brasil, a professora de Educação Física dividia a meninada de acordo com o interesse: na capoeira, no futebol, no atletismo. O que era comum com a escola da roça eram as missas que aconteciam sempre domingos, dia em que a escola ficava à disposição das atividades eclesiais.

A minha adolescência foi dividida entre o estudo e o trabalho informal, vendia dindin (geladinho) e auxiliava a minha mãe quando ela ia buscar ou devolver as roupas que lavava para ganhar dinheiro. Lembro-me bem que sempre que voltávamos fazíamos um lanche, às vezes tomávamos um sorvete e andávamos pelo comércio para comprar os produtos anotados em uma listinha que ela sempre fazia antes de irmos aos supermercados, padarias ou frutarias da cidade. Existia um controle do meu pai e da minha mãe porque tinham medo da violência que existia, principalmente com a juventude na cidade. Contudo eu não me envolvia em confusões e enquanto não estava trabalhando ou estudando, ocupava o tempo entre a prática de musculação e o treino de capoeira nas rodas sempre presentes em Ceilândia nas décadas de 80 e 90. Além de participar das atividades religiosas católicas no grupo jovem e na catequese.

No grupo jovem era muito bom porque tínhamos boas amizades e reuníamos aos domingos para jogar voleibol, andar de bicicleta e se divertir um pouco. Apesar de uma vivência religiosa, a minha espiritualidade não estava na mesma sintonia que a dos Jovens Unidos com Cristo. Os meus problemas existências e as minhas tristezas eram superadas ouvindo “rock and roll” e na alegria das rodas de capoeira ao som do atabaque e do berimbau. No mais, a militância política e as leituras traziam uma visão de mundo que me levaria à compreensão das frustrações a partir das coisas existentes.

Ao iniciar a sétima série passei a estudar à noite e durante o dia fui trabalhar. Consegui arrumar emprego em um supermercado e depois fui trabalhar de chapa (estivador), atividade que meu pai exercia quando não estava trabalhando como motorista. Em 1995 quando já tinha pouco mais de 18 anos fui trabalhar de cobrador em uma empresa de ônibus. O trabalho no transporte coletivo foi emancipador porque me colocou diante do mundo. Durante as viagens tive contato com uma diversidade cultural valorosa e pude viver na prática com pessoas que fugiam do padrão familiar em que eu estava inserido.

Trabalhar como cobrador também me aproximou dos grupos LGBTQIA+ que andavam no ônibus; do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte ao qual eu fui filiado; da luta das mulheres que tentavam se tornar motoristas em uma categoria de maioria masculina; dos piquetes e das assembleias da categoria nos momentos de greve. Nesse período a minha

militância na Associação Comunitária da Expansão do Setor “O” estava intensa. Foi quando me filiei ao Partido dos Trabalhadores e tive a oportunidade de ser apresentado às leituras e aos debates que contribuíram para a minha formação política e cultural. Em 1997 conheci o Centro de Educação Paulo Freire e passei a participar como membro associado da instituição que tem como orientação o pensador pernambucano Paulo Freire.

No período em que fui cobrador eu aproveitei para ler clássicos da literatura brasileira e as revistas semanais que circulavam nas bancas. Ao passo que as passageiras e os passageiros estavam ali sentados viajando eu aproveitava para uma boa leitura ou para um bom bate papo quando encontrava alguém interessado em conversar. As viagens eram muito agradáveis. Em uma dessas idas e vindas eu conheci um diretor de uma escola que tem muito gosto pela leitura e passamos a trocar livros. A partir do professor leitor eu conheci Rui Facó – Cangaceiros e Fanáticos, Ludwig Feuerbach – A Essência do Cristianismo, Wilhelm Reich – Psicologia de Massas do Fascismo, Karl Marx – A Miséria da Filosofia, Guy Debord – A Sociedade do Espetáculo, Etienne de La Boétie – O Discurso da Servidão Voluntária, Goethe – Os Sofrimentos do Jovem Werther, Nietzsche – O Anticristo. E outras obras que o diretor tirava cópias para estudarmos, outras vezes conseguia as obras em bibliotecas públicas ou comprava em sebos da cidade.

Obviamente que as leituras no ensino médio eram frágeis pela pouca experiência com o contexto histórico que cada autor estava relacionado, porém a mediação das professoras e dos professores trazia certa reflexão. O sonho da universidade existia. Inclusive, durante o ensino médio participei de alguns vestibulares, influenciado pelos docentes que nos deram aulas. Mas me faltava experiência técnica para ter sucesso nos certames da UnB, e nas faculdades particulares, o custo era alto para o meu salário na época. Em 2002, me desfiliei do Partido dos Trabalhadores e perseguí sem abandonar a militância e as pessoas que caminhavam juntas nos movimentos sociais. Continuei com participação no Centro de Educação Paulo Freire e na Associação Comunitária da Expansão do Setor “O”.

Em 2005 deixei de ser cobrador de ônibus, doei os meus livros e me tornei motorista de caminhão, profissão que sempre acompanhou a minha família. Apesar de ser a profissão dele, meu pai não gostou, confesso que eu também comecei a perceber a solidão da estrada e que a desigualdade e a violência não eram privilégios apenas das ruas becos da cidade. Porém, era bom poder ver o sol nascer e se pôr na serra. Em 2008 larguei o caminhão, arrumei um emprego de motorista para trabalhar só aqui em Brasília e comecei a estudar História em uma faculdade particular, participei de um projeto de incentivo a estudantes na escola pública, que o professor

que outrora trocávamos livros, era diretor. Em 2009 deixei a profissão de motorista e fui ser estagiário no SINDSEF - Sindicato dos Servidores Públicos Federais.

Em 2012 comecei a atuar como professor em regime temporário na Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal e como professor e coordenador de um cursinho comunitário na ACESO. Conclui duas pós-graduações: *Latu Sensu* em Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, Orientação Pedagógica e uma graduação em Pedagogia em instituições privadas. Nesse sentido, apesar de não ter estudado na UnB me sentia contemplado com os meninos e as meninas que estudavam no cursinho e nas escolas que eu atuava e que estavam conseguindo êxito nos vestibulares e conseqüentemente conquistando espaços nos programas de graduação na universidade pública. Durante o percurso do projeto conheci a professora Maria, tia de um estudante, que se tornou minha companheira e mãe de meu filho.

A Universidade de Brasília (UnB) sempre foi muito presente nos movimentos sociais em Ceilândia. Em 2013 fui convidado a participar do Programa de Extensão Pós-populares, coordenado pelo professor Erlando da Silva Rêses, no prédio coordenado pelo NPJ – Núcleo de Prática Jurídica da FD- Faculdade de Direito, espaço que funciona o Centro de Memória Viva em Educação Popular e EJA do DF e o Centro de Educação Paulo Freire. A partir do programa fui me apropriando de leituras, construí um pré-projeto com o apoio do grupo e com ajuda individualizada de pessoas do programa.

Em princípio tinha muitas dúvidas sobre qual objeto pesquisar na sociedade, porém com a discussão nos encontros com os integrantes do programa Pós-Populares consegui despertar as minhas intenções e inquietações em torno da religiosidade e da laicidade, tema que já tinha, em alguma medida, me encantado no Trabalho Final de Curso na minha graduação em História. Consegui entrar no programa de Pós-Graduação em Mestrado na Faculdade de Educação no segundo semestre de 2019. Atualmente tenho organizado meu tempo entre o trabalho como professor em regime temporário na SEEDF, os cuidados com o meu filho Heitor, atualmente com três anos, o cuidado com meus pais e as leituras e escritas da minha dissertação de mestrado.

1. INTRODUÇÃO

“Ah! Caicó arcaico, em meu peito catolaico tudo é descrença e fé.”
Chico Cesar

O objetivo da dissertação, a ser desenvolvida a partir da apresentação da teoria social em Marx, é de investigar como se manifesta a relação laicidade e religiosidade na Educação Básica da Escola Pública do DF.

A pesquisa propõe analisar o conceito de laicidade apresentado nos documentos oficiais do Estado e como se manifesta no cotidiano da escola de Educação Básica do DF. Dessa maneira, Netto (2011) explica que para desvelar o fenômeno é preciso que o pesquisador utilize uma lente crítica que possa enxergar além da aparência.

O autor acima corrobora ao explicar a importância da teoria social em Marx em prol de legitimar um estudo que leve em conta a potência do objeto pesquisado para entender a realidade vivenciada dos sujeitos no cotidiano escolar a partir dos documentos estudados. De acordo com Rêses (2016) por meio de uma análise com a lente do MHD o pesquisador poderá compreender a realidade material do fenômeno investigado.

O presente trabalho pretende pesquisar como as crenças religiosas se manifestam na escola a partir de uma análise documental. O objeto de estudo do trabalho, laicidade e religião na Educação Básica, se dá a partir da inquietação para saber se a laicidade proposta nos documentos oficiais se legitima na realidade da escola, a partir de uma vasta bibliografia que trata acerca do fenômeno.

De acordo com o Currículo em Movimento da SEEDF (2014), o ensino religioso é obrigatório, porém reserva o direito de escolha das famílias e dos estudantes quanto à matrícula. Além disso, o Currículo da Secretaria de Educação em toda a Educação Básica, no tocante ao ensino religioso leva em consideração o marco regulatório da Constituição Brasileira, promulgada em 1988, e os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) brasileira.

Dessa forma a proposta do Currículo em Movimento da SEEDF (2014) vai ao encontro do debate a partir dos conhecimentos historicamente adquiridos pela humanidade, e nesse sentido apresenta duas vertentes para compreensão do fenômeno religioso como algo amplo e coletivo e como um direito voltado as individualidades das pessoas na sociedade.

Cunha (2013) explica que dentro de uma realidade de um Estado Brasileiro laico se estabelece uma ambiguidade no cenário educacional no que diz respeito a não apresentação de

uma religião oficial, entretanto com uma estrutura religiosa hegemônica cristã que acaba legitimando certa contradição ao apresentar valores religiosos cristãos advindos do Brasil colonial.

Assim, a pesquisa em questão pretende descobrir se a proposta do Currículo em Movimento da SEEDF (2014) ao apresentar uma perspectiva educacional laica, diversa e plural, se legitima na materialidade da escola. Diniz e Lionço (2010) explica que uma educação democrática pode, em alguma medida, promover uma educação laica. Freire (2007) aponta que as mudanças são possíveis de forma lenta e gradual e sem abalar a estrutura vigente de pronto.

O ponto de partida do projeto é a inquietação que nos provoca ao longo da vida e a dez anos como docente nas escolas de educação básica em Ceilândia como professor de História e de atividades.

Outrossim, o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) com a proposta de uma educação que permita a laicidade e a pluralidade de ideias tem nos provocado a seguinte pergunta: **Como a laicidade e a religiosidade tem se manifestado na escola pública do Distrito Federal?**

O presente estudo se propõe desvelar, em alguma medida, a cumplicidade das instituições públicas diante da ambiguidade de um Estado laico numa estrutura hegemônica cristã. Cunha (2013) aponta que até 1891, no Brasil, a religião católica fazia parte oficialmente do Estado Brasileiro.

Cunha (2013) aponta ainda que com o fim do regime de padroado, o clero continua exercendo influência no parlamento brasileiro, ao passo que na década de 80 as religiões cristãs de orientação evangélica passam a adquirir notoriedade no sistema político ao ponto de ser determinantes em alguns momentos do estabelecimento de políticas públicas.

Sanchis (2001) aponta que a sincretização e o estabelecimento das religiões de terreiros se dá por meio de uma constante luta por se estabelecer diante de um cenário desfavorável marcado por um jeito de agir sentir e pensar hegemônico. Portanto, Cunha (2013) explica que as pessoas, as quais, se designam sem religião e de religiões dos povos tradicionais têm demarcado uma proposta contra hegemônica diante de um cenário demarcado pelo cristianismo de forma determinante na forma acomodar e ajustar o sujeito em um modelo disciplinar pré-estabelecido. Oro (2015) corrobora com isso, ao afirmar que para além de uma estrutura dentro da hegemonia cristã as novas organizações religiosas pentecostais estabelecem seus ritos a partir da desconstrução e a demonização das crenças dos povos tradicionais.

Nessa esteira de pensamento, Freire (2007) explica que o surgimento do novo acontece a partir do momento que as pessoas são e existem no tecido social para construir suas próprias visões de mundo e suas subjetivações. Concordando com tal assunto, Freire (1996) aponta que o processo de formação acontece no campo material por meio de experiências que vão preenchendo os indivíduos ao longo do caminho a partir de múltiplas determinações. Dessa maneira é importante compreender como está sendo construída no campo educacional a convivência com estudantes, a partir das singularidades.

Tal estudo se justifica a partir do Currículo em Movimento da SEEDF (2014) garantir uma educação laica, diversa e plural permitindo uma educação democrática em prol da construção da paz social. O estudo poderá ser um rico instrumento para compreender a realidade escolar e se faz necessário, em alguma medida, para a compreensão do sagrado existente na sociedade e na escola. Ao se apropriar do resultado da pesquisa poderá surgir algo importante sob uma perspectiva teórica para educadores e educandos que englobem a própria realidade, a partir de uma lente para enxergar a transcendentalidade presente nos documentos pesquisados de forma crítica.

Assim, diante do resultado dos estudos se desvelará as discussões existentes sobre a religiosidade a partir de uma reflexão sobre um possível respeito ao pluralismo religioso e a diversidade em função da formação de estudantes em prol da paz, tolerância e ética.

A pesquisa é qualitativa e será realizada a partir de documentos oficiais e de estudos elaborados acerca do fenômeno. De acordo com Rêses; Bispo; Rodrigues (2016) a investigação precisa privilegiar uma análise qualitativa e não se encerra na percepção superficial diante de uma proposta que o pesquisador terá que esgotar as possibilidades em prol da busca pelas respostas que estão imersas no objeto investigado. Assim, Gil (2002) explica que a investigação e o objeto analisado exigem problematização e perguntas aos documentos pesquisados bem elaboradas para poder obter respostas que realmente respondam a inquietação que levou o estudioso a se lançar diante do mundo da pesquisa.

Para dar sequência à discussão o estudo propõe uma análise documental na Constituição Federal de 1988, nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Currículo em Movimento da SEEDF (2014), que corrobora com o debate da religiosidade na escola a partir da produção de conhecimento em prol da formação de pessoas críticas a partir de uma educação pluralista e diversa na defesa da paz social. Outra ênfase será na pesquisa bibliográfica para dar sustentação ao que vem sendo estudado no Brasil sobre laicidade e religião na educação brasileira. A bibliografia utilizada para a pesquisa demonstra o papel hegemônico da religião

cristã na estrutura do Estado brasileiro e o estabelecimento de um debate que leva a percepção da importância de outras religiosidades e crenças na sociedade.

2. OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1. Objetivo geral

Investigar como se manifesta a relação laicidade e religiosidade nos documentos oficiais que orientam a Educação Pública do Distrito Federal.

2.2. Objetivos específicos

2.2.1 Identificar como se apresenta a relação laicidade e religiosidade no currículo em movimento do Distrito Federal.

2.2.1. Observar a presença ou não de manifestações religiosas no interior da escola, a partir dos documentos pesquisados.

2.2.2. Conhecer a relação histórica entre laicidade e educação escolar e situar o DF.

Quadro 1: Quadro de Coerência da Pesquisa

QUADRO DE COERÊNCIA DA PESQUISA		
ASSUNTO/TEMA		
Laicidade e Religião na Educação Básica do Distrito Federal.		
TÍTULO		
LAICIDADE E RELIGIÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL		
QUESTÃO OU PROBLEMA DE PESQUISA: A religiosidade tem sido prática comum recorrente entre os estudantes da Escola Pública da Educação Básica no DF. O que pode estar implicando ou não para a perspectiva de uma educação laica. Como a laicidade e a religiosidade tem se manifestado na escola pública do Distrito Federal?		
OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS/TÉCNICA DE PESQUISA/INSTRUMENTOS
1. Investigar como se manifesta a relação laicidade e religiosidade nos documentos oficiais que orientam a Educação Pública	1. identificar como se apresenta a relação laicidade e religiosidade no currículo em movimento do Distrito Federal.	1. Teoria/Epistemologia Materialismo Histórico e Dialético.
	2. Observar a presença ou não de manifestações religiosas no interior da escola, a partir dos documentos pesquisados.	2. Corrente pedagógica: - Pedagogia Libertadora; - Pedagogia Histórico Crítica.

do Distrito Federal.	3. Conhecer a relação histórica entre laicidade e educação escolar e situar o DF.	3. Metodologia -Pesquisa qualitativa, -Pesquisa bibliográfica - Análise Documental 3.1 Tratamento dos dados: -Análise de conteúdo
----------------------	--	--

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

“Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” (FREIRE, 1996)

A proposta fundante da pesquisa perpassa pelo debate da laicidade e religião proposta no Currículo em Movimento da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal. Propõe um estudo para compreender como acontece a presença da religiosidade e o papel do Estado no ambiente escolar, a partir da análise documental por meio do auxílio da lente do Materialismo Histórico e Dialético (MHD).

O Currículo em Movimento esclarece que a religião é um fenômeno que tem permeado a vida individual e coletiva das pessoas por vários momentos na história do mundo ocidental, sobretudo na contemporaneidade brasileira, dito isso se espera encontrar nos documentos acerca da Educação Básica na Escola Pública do DF argumentos que justifiquem a dissertação de mestrado.

O estudo proposto apresenta como questão chave a compreensão de como acontece o debate da religião e da laicidade na Educação Básica no cotidiano escolar. Dessa maneira o estudo pretende entender se a prática cotidiana no universo escolar contempla a proposta do Currículo em Movimento 2014, a Constituição Federal e os princípios das Leis de Diretrizes e Bases no tocante a uma educação laica.

A investigação utilizou uma pesquisa documental por meio de uma lente que leve o pesquisador a enxergar o fenômeno a partir da materialidade do objeto estudado. Dessa maneira Rêses, Sousa e Silva (2016) esclarece que o Materialismo Histórico e Dialético é fundamentado na teoria social em Karl Marx. Os autores supracitados apontam que o materialismo observa

o fenômeno a partir de um *locus* que difere do idealismo no que diz respeito ao ponto de partida do pensamento. Logo, Rêses; Sousa e Silva (2016) esclarece que a análise por meio do MHD permite o estudioso enxergar o fenômeno estudado a partir da sua realidade concreta. Para os autores, o idealismo faz o caminho contrário ao tentar compreender a realidade a partir do mundo das ideias.

Bardin (2011) explica que ao iniciar a pesquisa o investigador precisa ocupar de certa precisão para organizar a documentação utilizada na análise acerca do que se busca descobrir de forma flexível que leve a problematização de forma rigorosa, entretanto que motive a presença de uma reflexão sobre o material analisado. Assim, Gil (2002) corrobora no sentido de que ao analisar os documentos o pesquisador tem que estabelecer uma relação de critérios científicos para o estudo num cenário que a intencionalidade do estudioso está imersa na busca constante por desvelar o que está para além do que em alguma medida revela a fonte estudada.

Na perspectiva da análise documental Gil (2002) elucida que a pesquisa documental oferece benefícios no sentido de que os documentos demonstram uma relação com a historicidade além de uma abundante referência com certas estabilidades de dados a serem problematizados. Bardin (2011) aponta que é importante que a documentação utilizada no estudo passe por fases distintas em prol de uma organização por meio da escolha e da intencionalidade de quem está organizando a pesquisa. Portanto Bardin (2011) argumenta que a documentação a ser utilizada no trabalho necessariamente carece de ser pré-analisada, explorada e problematizada para que o estudioso possa inferir e interpretar do material os resultados a serem obtidos no estudo proposto. Logo:

A objetividade e a fidelidade, princípios tidos como muito importantes no início da história da análise de conteúdo, continuam a ser válidos. As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises. As distorções devidas a subjectividade dos codificadores da mesma maneira, mesmo quando submetidas às várias análises. As distorções devidas à subjectividade dos codificadores e à variação dos juízos não se produzem se a escolha e a definição das categorias forem bem definidas. (Bardin, 2011, p.180)

Bardin (2011) explica que por meio da análise de conteúdo o pesquisador se compromete a um padrão de estudo em prol de garantir o rigor para classificar as categorias estudadas por um certo padrão pertinente a legitimidade científica. Nessa linha Gil (2002) afirma que a análise por meio dos documentos permite uma amplitude de possibilidades a depender da lente utilizada pelo estudioso para solucionar o problema da pesquisa.

Para (Gil, 2002, p.46) “primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e instável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, torna-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.” Em suma, Gil (2002) aponta os documentos como algo fundamental para desvelar as várias determinações em prol da compreensão e da definição de determinado fenômeno na sociedade.

Busca-se por meio da pesquisa a ser desenvolvida uma investigação sobre a laicidade e a religião na educação pública do DF, a partir da opção por meio de análise documental. Dessa maneira o estudo pretende entender a relação da realidade escolar com a diversidade religiosa e a laicidade garantida nos documentos oficiais e de estudos comprovados sobre o tema. Ademais, o estudo busca compreender se a realidade escolar na prática vivencia ou aplica a proposta do Currículo em Movimento (2014). Este documento aponta para uma educação diversa, pluralista em prol de uma convivência pacífica no ambiente escolar.

Portanto a pesquisa propõe uma análise histórica documental no tocante à influência de religiosidade na educação pública. Dessa forma o estudo pretende observar se os valores diversos no que se refere à religiosidade no cotidiano escolar consegue se legitimar por meio da autonomia, diversidade, pluralismo e laicidade. Cunha (2013) explica que se faz necessário descolonizar o pensamento religioso que remete ao período colonial Brasileiro. Diniz e Lionço (2010) apontam que na maioria das vezes as garantias existentes nos documentos oficiais do Estado nem sempre refletem a realidade do que acontece na escola pública brasileira. Dessa maneira em alguma medida a pesquisa pretende entender por meio do estudo, se a escola pública do Distrito federal consegue se estabelecer de forma plural, diversa e democrática como está garantido no Currículo em Movimento da SEEDF, de 2014.

A proposta deste trabalho tem como referência estudos que apontam a relação entre teoria e prática na Educação Básica do fenômeno pesquisado, a laicidade e a religião na escola pública. De acordo com Marx (2005) o sentimento religioso surge a partir das experiências das pessoas com o mundo real e nesse sentido para o autor a construção da religiosidade se dá a partir da consciência transferida do indivíduo para o sobrenatural. Para Feuerbach (2012), os indivíduos constroem suas expectativas de fé a partir da realidade concreta e acabam se prostrando diante de sua própria transcendentalidade por meio de uma visão de mundo carregada de uma percepção metafísica. Marx afirma o pensamento supracitado quando:

O homem faz a religião, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o sentido de si do homem, que ou não se encontrou ainda ou voltou a se perder. Mas o homem não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Este Estado

e está sociedade produzem a religião, uma consciência investida do mundo, porque eles são um mundo investido. A religião é a teoria geral deste mundo, o seu resumo enciclopédico, a sua lógica em forma popular, o seu entusiasmo, a sua sanção moral, o seu complemento solene, a sua base geral de consolação e de justificação (MARX, 2005, p.145).

Marx (2005) argumenta, que a partir da realidade os indivíduos constroem as suas próprias crenças, compara essa tese ao Estado civil que está ancorado na base real da sociedade e não o contrário. Dessa maneira Marx (2005) esclarece que para vivenciar o mundo concreto as pessoas precisam se abster da realidade ilusória que é comum ao sentimento religioso que submete o indivíduo a ideologia. De acordo com (MARX, 2005, P.145), “a abolição da religião enquanto felicidade ilusória dos homens é a exigência da sua felicidade real.

O apelo para que abandone as ilusões a respeito da sua condição, é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões”. Entretanto Marx (2005) explicita que ir de encontro à transcendência humana e ao sentimento religioso é contrapor a algo profundo, é se posicionar contrariamente a própria essência humana.

O estudo apresentado pretende compreender se há na prática a laicidade na Educação Básica, entender a partir dos documentos que garantem a liberdade de crença e da posição dos discentes da escola pública para cotejar com o que Diniz e Lionço (2010) apontam como contraditório para a construção da democracia no tocante a liberdade de crenças. As autoras advogam a necessidade de superação do pensamento hegemônico em prol da construção coletiva no mundo real. De acordo com o Currículo em Movimento da SEEDF (2014), o debate em torno do fenômeno religioso na escola tem que privilegiar a emancipação humana, ao trazer a temática religiosa como algo relevante para o debate, em alguma medida, demonstra uma contradição do próprio Estado garantidor de uma educação supostamente laica imersa em uma realidade de contradições.

Assim:

A libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce desse parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores- oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mais homem libertando-se (FREIRE, 1987, p.35).

Portanto Freire (1987) explica que o processo de emancipação e libertação humana está diretamente ligada com o reconhecimento do outro a partir da realidade em que os indivíduos

interagem com a realidade, a partir do momento em que a convivência leve as pessoas a um nível de reflexão que possa conviver coletivamente ao ponto de superar as diferenças que caracterizam ou legitimam quem oprime e quem está sendo vítima da opressão. Dessa maneira, Diniz e Lionço (2010) reafirmam que uma escola laica pode ser possível a partir da superação do pensamento hegemônico e, em alguma medida, leve a opressora refletir em prol da construção de uma sociedade democrática e emancipada.

Para compreender o fenômeno religioso imbuído no contexto escolar o estudo se propõe a apresentar o Materialismo Histórico e Dialético para compreender as singularidades do fenômeno analisado para chegar ao âmago do objeto a ser compreendido. Netto (2011) explica que um estudo que se defina a partir da lente da teoria social em Marx tenha que refletir a partir da realidade que habita a pergunta a ser respondida levando em conta a realidade total em que está inserido o fenômeno.

A análise proposta pelo estudo em questão se apegue às múltiplas determinações existentes para garantir as variantes que justifiquem a pesquisa. O pesquisador imergiu na pesquisa minuciosa de documentos que garantiam a laicidade na escola pública em confronto com a realidade existente. Dessa forma:

Para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível de realidade e, portanto, algo importante e não descartável – é aprender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto (NETTO, 2011, p.21-22).

Nessa linha Rêses (2015) explica que o trabalho realizado com as pesquisas tem que servir a intencionalidade determinada pelo pesquisador diante do que se espera descobrir ou desvelar no estudo. Entretanto, Rêses (2015) esclarece que a pesquisa não pode se limitar a intenção do investigador, mas também há que se levar em conta a concepção ideológica do material que está sendo investigado diante da imensidão de ideias que cada autor evidencia por meio da escrita, o que pode permitir de fato uma qualidade significativa na análise proposta sobre o fenômeno estudado. Netto (2011) explica que, a realidade em que o material a ser estudado é determinante para o resultado da pesquisa e da intenção do pesquisador, ambos os autores, Rêses e Netto, explicam que provavelmente não exista análise científica filiada a uma posição política neutra pelo fato de que o olhar disponibilizado sobre o objeto é carregado da intencionalidade do estudioso.

De acordo com José Paulo Netto (2011, p.25) “o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência”. Por meio da teoria social em Marx a pesquisa pretendeu compreender o processo de laicidade e religião na Educação Básica a partir de estudos que demonstram como essa relação acontece no contexto escolar. Netto (2011) explica que a relação dos indivíduos na sociedade está imersa nas posições ideológicas existentes a partir dos valores vivenciados. Para ele, uma pesquisa que se aproxime do Materialismo Histórico e Dialético é sempre um estudo inacabado diante de uma proposta dialética.

Na perspectiva de Gil (2002) a pesquisa tem que ser realizada de forma que responda à intencionalidade do pesquisador ao fenômeno estudado. Dessa forma Gil (2002) esclarece que um estudo de pesquisa exige critérios para descobrir aquilo que se busca na análise proposta. De acordo com Laville e Dionne (1999) o estudo proposto pelo pesquisador não pode se resumir a uma análise superficial dos dados e por isso exige do estudioso a problematização sobre as fontes pesquisadas. Dessa forma Laville e Dionne (1999) explicam que a investigação parte das inquietações que se busca compreender nas fontes estudadas.

Na perspectiva de Laville e Dionne (1999), o pesquisador tem que se valer de dados técnicos para a validação do estudo na perspectiva de superação do caldeirão ideológico e cultural que o está submetido o fenômeno estudado com as contradições e os anseios existentes, posicionamento político, crenças, ideologias possíveis ao pesquisador e ao campo de estudo. Rêses (2015) esclarece que o olhar do sujeito e suas experiências vivenciadas diante do mundo é determinante para as afirmações que se pretenda descobrir diante de uma realidade. O posicionamento diante das fontes em alguma medida transparece o mundo que o pesquisador deseja descobrir ligado umbilicalmente ao tecido social existente e, esse lugar para o professor Erlando Rêses (2015), no universo capitalista se determina a partir da classe social a qual realidade está ancorada a partir do sentimento de pertencimento de cada um no meio.

De acordo com Gil (2002) é importante que o pesquisador analise de forma precisa as fontes estudadas para alcançar a finalidade que se espera nos documentos investigados. Gil (2002) aponta para a necessidade de uma investigação crítica, a partir de um olhar problematizador em prol da compreensão da riqueza dos fatos e das múltiplas determinações que existem nas fontes estudadas. A análise e a interpretação dos documentos carecem de rigor técnico ancorado a uma proposta teórica bem fundamentada.

De acordo com Laville e Dionne (1999, p. 105) “as perguntas do pesquisador aos documentos analisados são, bem como seu problema, orientadas pelo seu modo de ver as coisas,

pelas teorias que dispõe, pelas ideologias as quais se filia”. Para os autores, a lente que o estudioso usar para enxergar o mundo é fator determinante para estabelecer o que se busca descobrir. No que se refere análise bibliográfica,

A maioria das pesquisas realizadas com base em material impresso pode ser classificada como bibliográficas. As que se valem de outros tipos de documentos são em números mais restritos. Todavia, há importantes pesquisas elaboradas exclusivamente mediante documentos outros que não aqueles localizados em bibliotecas. Podem-se identificar pesquisas elaboradas baseadas em fontes documentais as mais diversas, tais como: correspondência pessoal, documentos cartoriais, registros de batismo, epitáfios, inscrições em banheiros etc. (Gil,2002, p.46)

3.1. Análise Documental

Para compreender a laicidade e a religião na Educação Básica o estudo será norteado a partir do Currículo em Movimento, Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Base Nacional Comum Curricular e estudos comprovados acerca do tema laicidade e religião na educação. Em suma a investigação levará em conta a proposta dos documentos oficiais sobre a prática da laicidade e da religião na educação básica e estudos comprovados cientificamente por autores que se debruçaram para compreenderem o fenômeno proposto na pesquisa.

A pesquisa é importante para analisar os aspectos apresentados nos documentos oficiais sobre a laicidade e para problematizar e demonstrar as ambiguidades apontadas por Lionço e Diniz (2010) no tocante aos documentos e a realidade escolar no que se faz presente na prática na realidade vivenciada na comunidade escolar. Além disso o estudo em questão traz inquietações no sentido de refletir sobre o pensamento hegemônico cristã colonialista apontado por Cunha (2013) determinante para a construção de um imaginário presente no cenário educacional da escola pública no DF. Outrossim, se a proposta de uma educação democrática e laica apresentada no currículo em Movimento da SEEDF (2014) se legitima de fato na escola pública do DF.

O estudo pretende problematizar acerca da documentação estudada se há um pensamento hegemônico referente à religiosidade permeando as relações escolares e de que maneira influencia a mentalidade dos estudantes. Cunha (2013) explica que há uma visão determinante cristã que permeia o universo da formação escolar por meio de uma estrutura

colonialista que se estabeleceu no Brasil a partir da chegada dos colonizadores. Diante disso o Currículo em Movimento (2014), aponta para a necessidade da construção de uma educação laica e democrática.

O estudo em questão trouxe através da análise documental um estudo das categorias de laicidade, educação e religiosidade. A pesquisa pretendeu descobrir o que converge e distancia no ambiente escolar sobre as crenças e manifestações religiosas para a construção de uma educação laica, plural e diversa como aponta os documentos oficiais do Estado, sobretudo, o currículo em Movimento da SEEDF (2014).

Para dar sequência a discussão o estudo em questão se filia a uma perspectiva crítica e se aproximado do Materialismo Histórico e Dialético para olhar e analisar o objeto. Dessa forma, Rêses (2015) explica que o processo de conscientização dos indivíduos se dá mediada por meio das experiências adquiridas na realidade concreta existencial e das relações entre as pessoas e a natureza diante das contradições comuns ao tecido social. Rêses (2015) esclarece que por meio da Teoria Social em Marx possibilitará a compreensão do fenômeno estudado para além do que está aparente na documentação investigada, possibilitando assim uma interação com os saberes, especificidades e singularidades que possam emergir do material pesquisado.

Portanto, para Marx (1982) é importante que as análises fenomenológicas tenham como ponto de partida a realidade concreta das pessoas na sociedade. O autor do materialismo histórico-dialético explica que as relações contextuais e historiográficas são importantes para a compreensão de determinado fenômeno, a partir do olhar atento do pesquisador. Dessa maneira Marx (1982) esclarece que um estudo fora da historicidade pode levar a uma compreensão partilhada, fragmentada e insuficiente diante das múltiplas determinações do objeto analisado. Ele acrescenta que para que o objeto analisado, estudado não fique isolado da sua realidade se faz necessário que o pesquisador compreenda fatores que permanecem ao longo de períodos históricos e outros que são comuns a determinadas épocas, e nesse sentido é importante a problematização dos fatos a partir das múltiplas determinações que estão imersas na concretude e na subjetividade do fenômeno estudado.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando a teoria como uma lente apropriada pela ciência para desvelar o que está para além de uma aparência imediata, o estudo propôs observar o fenômeno para tentar superar o senso comum no tocante a laicidade e a religião na escola pública do DF. Compreender a

realidade e as interpretações que o estudo exige foi necessário a colaboração teórica com o rigor científico com a ancoragem em autores voltados as teorias que legitimam o trabalho científico no campo metodológico e acerca do tema.

No terreno relativo a ciência ancoramos numa literatura que responde as questões metodológicas e por meio de trabalhos acadêmicos voltados ao tema para dar respostas a inquietação do pesquisador por meio de estudos e interpretação do fenômeno estudado podendo assim sustentar os argumentos trabalhados nesse estudo.

Dessa maneira para compreender a realidade e decifrar as questões subjetivas que em alguma medida aparecerão na investigação dos documentos utilizamos autores que abordam as simbologias, crenças existentes na sociedade em prol da compreensão da pluralidade e diversidade, a partir do possível dinamismo social comum a comunidade escolar.

Nessa linha, por meio de trabalhos legítimos no campo das ciências humanas, das teorias existentes e de estudos, que antecedem essa pesquisa, realizados no campo da laicidade e religião nos colocamos para analisar o currículo em movimento e a realidade escolar no tocante a relação do Estado que se apresenta pela característica de não se basear por uma crença oficial e a realidade escolar.

Outrossim, por meio de aportes teóricos colocamos em diálogo autores que trazem a discussão religiosa partindo da realidade concreta em prol da construção da transcendência e da subjetivação de cada indivíduo ou grupo social existente no ambiente social.

O estudo demonstrou ancorado nas pedagogias progressistas por meio de autores como Freire, Saviani, Feuerbach e Marx, a compreensão do fenômeno religioso que permeia a realidade material no ambiente escolar e no mundo. Dessa maneira o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) apontou para a necessidade de uma abordagem religiosa na escola que compreenda a profissão de fé e súplicas, levando em conta a historicidade e a produção de conhecimento em prol da busca por uma convivência coletiva e respeitosa no ambiente escolar.

Para compreender parte desse estudo utilizamos o aporte teórico de Paulo Freire, filiado a pedagogia libertadora, que declara a importância do processo de formação de acordo com uma perspectiva democrática e como uma prática voltada a liberdade como fator coletivo. Outrossim, utilizamos Demerval Saviani autor que embasa o Currículo em Movimento e legitima uma perspectiva de educação, a partir de uma proposta pedagógica em torno da luta pela democratização do conhecimento científico a partir de uma proposição que valorize a construção de conhecimento na sociedade.

Ambos, Freire e Saviani, defendem uma educação que parta da base material e do conhecimento existente na base social da sociedade para a partir dessa perspectiva se construir um pensamento crítico-revolucionário.

De tal modo as análises ancoradas no pensamento marxiano levarão em conta que a construção de um pensamento religioso é uma forma de explicar o mundo avessada da realidade. Dessa maneira o pensamento Feuerbachiano sustentará a ideia de que as pessoas na sociedade constroem suas crenças e ideologias e se colocam diante da religião em prol da veneração de uma construção subjetiva por meio dos reflexos da própria realidade.

O estudo pretendeu compreender se a materialidade proposta pelo Currículo em movimento no debate religioso por meio de referenciais históricos em prol da laicidade se dá de fato na Educação Básica como é garantido nos documentos oficiais.

Figura: 01 – Referência ao processo de colonização na educação brasileira



Fonte: CUNHA, Luiz Antônio. Educação e Religiões: A descolonização religiosa da escola pública. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

Inauguramos a nossa investigação ancorada no debate que vem sendo apresentado por Luiz Antônio Cunha que traz uma reflexão sobre a estrutura colonialista brasileira, que no tocante a religiosidade demonstra em seus estudos que o cristianismo se estabelece nos pilares da educação brasileira de forma estrutural. Dessa maneira Cunha (2013) explica que paira sobre a educação brasileira a sombra da religiosidade do colonizador, influenciando o modo de agir, sentir e pensar no tocante a crença religiosa.

Diniz e Lionço (2010) esclarecem as contradições entre o Estado atual que tem como marca a ausência de uma religião oficial e a realidade influenciada pela religião cristã, em alguma medida, onipresente na estrutura estatal como forma determinante na construção

cultural no ambiente escolar. A figura 01 acima em certa medida simboliza a partir do que Cunha (2013) aponta no tocante à imposição religiosa europeia ao longo da História Brasileira. Outrossim, legitima o que é ambíguo a partir do que aponta Diniz e Lionço (2010) no sentido de que em um Estado laico ainda permaneça como base para a formação em instituições públicas de ensino um credo religioso.

Valente ART (2018) explica que o processo educacional brasileiro sempre contou com forte influência da religiosidade cristã. Cunha (2013) esclarece que no Brasil até o final do império a igreja tinha uma presença oficializada no Estado por meio do sistema de padroado. Dessa maneira Valente ART (2018) explica que com o advento da nova constituição da República em 1891 o Estado brasileiro deixou de ter garantido na lei a legitimidade de uma religião oficial e com isso a igreja e o Estado passam a trilhar caminhos diferentes. Cunha (2013) argumenta que o Brasil depois da proclamação da República deixa de ter uma religião oficial, porém manteve a influência da religiosidade cristã por meio de uma estrutura política, econômica e social contaminada por valores da religião cristã, instituídos ao longo da história brasileira desde o período colonial.

Ampliando o debate, Cunha (2013) explica que a proposta de Estado laico se legitima por meio de uma proposta jurídica, a partir das leis estabelecidas na própria Constituição Federal. O autor argumenta que no tocante a secularização se estabelece um conceito voltado ao processo de valores, crenças e costumes que se fundaram como estrutura ao longo da História.

Freire (2008) contribui com o debate ao passo que explica que de forma lenta e gradual as pessoas vão construindo e reconstruindo de forma coletiva os valores, a estética e os costumes de forma variada para vivenciar e contemplar o mundo. Cury ART (2004) explica que a laicidade se legitima a partir do distanciamento da religião e do Estado. Ele esclarece que o Estado não nega a religião e sim conclama o respeito mútuo a todas as crenças e não crenças.

Portanto, Cunha (2013) corrobora com o debate argumentando que a defesa da laicidade além de ser uma proposta em que o Estado não se garanta por uma religião oficial, cabe sobretudo o embate sobre a perspectiva de um credo hegemônico dominando por meio do Estado.

Outrossim, Cury ART (2004) explica que o processo secular é o distanciamento na sociedade das imposições religiosas momentâneas diante de uma construção cultural que vai se estabelecendo no tecido social de forma lenta e gradual ao longo dos séculos. Cury ART (2004)

esclarece que um componente curricular voltado ao ensino de religião como profissão de fé se mostra contraditório diante de um Estado que se apresenta de forma secular e laico.

Ainda citando Cury ART (2004) argumenta que a educação religiosa na escola organizado a partir de uma proposta de súplicas ou profissão de fé pode trazer desconforto a própria CF que garante o Estado laico. Ampliando o debate o Currículo em Movimento – Anos Iniciais- Anos Finais da SEEDF (2014) corrobora com o debate ao passo que defende a educação sobre religião e religiosidade na escola a partir de uma proposta de produção de conhecimento e em prol da convivência mútua, coletiva.

Outrossim, Hartwig ART (2014) explica que uma educação laica depende de um processo permeado por meio do diálogo e criticidade. Freire (1996) corrobora com o debate e aponta que uma educação que negar a criticidade estará submetida a acomodação e a obediência ao que está estabelecido pela estrutura vigente.

Cunha (2013) explica que após a Constituição Brasileira de 1891 com o fim do regime de padroado o clérigo católico continuou exercendo influência no parlamento. Entretanto segundo ele, o setor ligado às igrejas pentecostais começou a fazer parte do debate político e ideológico no parlamento mostrando presença constante por meio de processos eletivos. Pierruce (1996) argumenta que a partir da década de 1980 o setor evangélico se estabeleceu na perspectiva da criação de um projeto de poder em prol da legitimação de pautas no campo dos interesses políticos, econômicos e culturais com apresentação de uma agenda conservadora na política.

A partir de um prévio levantamento de trabalhos realizados sobre a laicidade na Educação Básica foi encontrado estudos acadêmicos relevantes sobre o fenômeno no sistema educacional brasileiro, entretanto apresenta-se uma lacuna referente à Educação Básica no DF. Nesse sentido o estudo da laicidade e religião na Escola pública do Distrito Federal a partir do Currículo em Movimento da SEEDF (2014) se apresenta de modo original, sobretudo, diante de um cenário político em que as instituições jurídicas e do executivo têm se apresentado de forma contraditória no tocante a relação do Estado Brasileiro e a temática religiosa no que se refere a um debate laico de fato. Pinel e Rêses (2021) explicam que na atualidade a cultura evangélica tem se expandido e tem exercido grande influência no processo de formação brasileiro. Para eles, existe uma presença marcante no jeito de agir, sentir e pensar, no processo de formação na educação pública no Brasil, dos valores cristãos evangélicos.

Cunha (2009)¹ explica que, em 2008, no período do governo do Partido dos Trabalhadores o Estado brasileiro, por meio do então presidente Lula, estabeleceu um acordo entre o Brasil e o Estado do Vaticano em prol da legitimação do Ensino Religioso católico, a ser ministrado na educação pública brasileira em um cenário em que o catolicismo ainda mantém certa hegemonia.

Em 22 de dezembro de 2003, o então presidente Lula ao sancionar a lei em prol das liberdades religiosas citou como comunidade religiosa representantes da igreja católica e evangélica, atribuiu a deus o sucesso do governo e desejou um Feliz Natal. Outrossim, o presidente pediu que a divindade abençoasse o próximo ano e atribuiu de forma implícita ao deus cristão a responsabilidade de punir aqueles religiosos que acreditavam que os perseguiriam após ser eleito presidente do Brasil, deixando dúvida até que ponto a cerimônia se tratava das questões de Estado ou sobre a profissão de fé do presidente, que se evidenciava.² Em suma:

A confessionalidade do ensino religioso é também um dos pontos polêmicos do texto Concordata Brasil – Santa Sé. O acordo foi ratificado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2008 e aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em 2009. A garantia da confessionalidade, e especialmente da confessionalidade católica para o ensino religiosos no artigo 11 do acordo, foi o ponto de maior atrito entre os parlamentares. O artigo 11 reafirma o compromisso do Brasil com a liberdade religiosa e a importância do ensino religioso para a formação integral da pessoa; além disso, indica a oferta do ensino religioso católico e de outras confissões. (Diniz e Carrião, 2010, p.43).

De acordo com Diniz e Carrião (2010) o debate que se estabeleceu na câmara e no Senado brasileiro em 2009 partia de uma dualidade que marcada pela resistência hegemônica cristã ao longo da história brasileira. Dessa forma para (DINIZ E CARRIÃO, 2010, p.43) “de um lado defendia-se o caráter laico do Estado, entendido como neutralidade confessional, em que se reconhece como legítima a presença das religiões de instituições básicas do Estado, como a escola pública.” Cunha (2013) explica que a movimentação no parlamento em 2009 representa o poder hegemônico do catolicismo no Estado brasileiro.

Assim, a retórica religiosa tem se manifestado no cenário político e jurídico brasileiro. Ampliando o assunto, O canal G1 em 10 de julho de 2019 evidenciou uma matéria sobre a participação do presidente Jair Messias Bolsonaro em um culto evangélico, na Câmara dos

¹ Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 263-280, jan./abr. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acessado em 08 mar 2022

² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DYAJ_kasEyA acessado em 08 mar 2022.

Deputados em Brasília, onde o presidente afirmou para as pessoas presentes que o Estado é laico, entretanto ele é cristão.

A matéria do canal de notícias G1 mostra ainda que o presidente Bolsonaro se comprometeu com possíveis nomeações de ministros para o Supremo Tribunal Federal a partir de critérios religiosos.³ Outrossim, A BBC NEWS publicou uma reportagem em 07 de abril de 2021 em que o ministro Kássio Nunes do STF, conhecido por ser um religioso evangélico, votou a favor da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos em prol da abertura dos templos religiosos em plena pandemia da COVID 19, contrariando as recomendações da organização mundial da saúde.⁴

Cunha (2013) explica que a retórica religiosa cristã é algo que está inserida na estrutura da sociedade brasileira e que para o estabelecimento do Estado laico há que se superar o pensamento religioso encucado a partir da colonização portuguesa nas primeiras décadas de 1500 em prol da construção de uma sociedade pluralista e democrática.

A retórica religiosa se faz presente na fala de parlamentares eleitos para seguir a constituição que apresenta uma proposta de um Estado sem a garantia de uma crença oficial. Tal discurso afirma-se ao analisar, por exemplo, o discurso do senador Fabiano Contarato do Partido Rede de Sustentabilidade do Estado do Espírito Santo. O senador Contarato no dia 30 de novembro de 2021 ao entrevistar o empresário Otávio Fakloury acusado de crimes de notícias falsas na CPI da COVID 19 no Senado reivindica o direito a moralidade e a legalidade para exigir os direitos das pessoas LGBTQIA+. Entretanto fica em evidência na fala do parlamentar o conteúdo religioso ao afirmar que deus não está acima de todos, mas no meio de nós.⁵ Tais colocações podem fazer parte da vida particular acerca do homem que discursa, entretanto quando se trata de um senador da república, que deve prezar pela Constituição Federal, invocando a onipresença divina em uma audiência pública e oficial do Estado se caracteriza algo ambíguo na medida em que o Estado é laico.

Nessa esteira de pensamento, para Pinel e Rêses (2021), a decadência de uma composição progressista em parte do clero no setor católico na sociedade culminou com o

³Por Fernanda Calgaro e Guilherme Mazui, G1 — Brasília 10/07/2019 09h19 Atualizado há 2 anos Globo canal g1:<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vaiindicar-ministro-terivelmente-evangelico-para-o-stf.g>. Acessado em 08 mar 2022

⁴ Mariana Schreiber - @marischreiber Da BBC News Brasil em Brasília, 7 abril 2021 BBC News, Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56657855>. Acessado em 08 mar 2022

⁵ BREAKING NEWS-CNN: CPI da pandemia – comissão apura redes de notícias falsas- Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wsuuFqjWhrY>. Acessado em 08 mar 2022.

estabelecimento e ascensão dos grupos de novos cristãos ligados a setores pentecostais considerados conservadores nas comunidades brasileiras.

Ainda Pinel e Rêses (2021) explicam que a cultura estabelecida pelos novos cristãos pentecostais nas periferias dos centros urbanos no Brasil, em alguma medida, nega os hábitos litúrgicos comum aos rituais da homilia católica para dar vazão a valores e anseios econômicos para legitimar de certa forma as frustrações do sistema capitalista e excludente.

Pinel e Rêses (2021) complementam o pensamento de que o estabelecimento do governo Bolsonaro ampliou-se de forma programada a persuasão da crença cristã pentecostal em espaços públicos por meio de uma política conservadora diante de um debate que pode exercer influência e certo encantamento em um setor significativo da sociedade brasileira. Defendem que uma religiosidade conservadora que leve ao extremo os valores morais presentes em determinadas crenças é o caldo cultural propício a um encanto político na sociedade que poderá influenciar a educação em prol da construção de um debate provinciano, moralista e conservador na população.

Para Diniz e Lionço (2010), a possibilidade de uma sociedade laica está para além das garantias estabelecidas nas leis e depende de uma formação social que privilegie a democracia de fato. Contudo, o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) apresenta uma proposta do estudo do fenômeno religioso a partir da pluralidade e diversidade voltadas aos interesses da paz social. Nesse sentido o estudo apresentado pretende investigar como se manifesta a relação da laicidade e religiosidade entre os estudantes da escola pública do Distrito Federal. De tal modo que a pesquisa pretende estudar como o sentimento religioso se manifesta entre os estudantes na Educação Básica na escola pública do DF.

De acordo com o Currículo em Movimento da Educação Básica- Ensino Médio- SEEDF (2014, p.61): “Diante de um mundo plural, onde a convivência com a diversidade é uma realidade, o princípio deve ser que todas as opções religiosas sejam legítimas e possam ser respeitadas”. O Currículo em Movimento da SEEDF (2014) dialoga com uma proposta de educação democrática com referenciais pautados na diversidade e pluralidade religiosa.

Tal estudo é importante para descobrir se a proposta apresentada no Currículo em Movimento da SEEDF (2014) de uma educação plural e diversa se faz presente na educação escolar como está garantido no documento. De acordo com Diniz e Lionço (2010) o Brasil é um país laico porque não existe religião oficial. Não obstante, Cunha (2013) explica que há uma herança cristã do período colonial que se estabelece de forma hegemônica determinando

inclusive padrões disciplinares e modelos de comportamentos socialmente construídos sob a influência da religião católica trazida pelo colonizador.

Nesse raciocínio, Cunha (2013) explica que mesmo com o fim do padroado, início da República e fim do Império no Brasil o clero continuou exercendo influência no parlamento brasileiro ao longo do processo político, atualmente de acordo com o autor supracitado, tem existido a presença marcante entre o setor católico e neopentecostal.

Cunha (2013) afirma que se faz necessário descolonizar, em alguma medida, o modelo educacional existente. Contudo o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) aponta para uma formação na Educação Básica que leve em conta a ciência, o conhecimento histórico e o respeito às diferenças. Já Silva (2015) aponta para a necessidade de um olhar voltado a intolerância religiosa presente na sociedade, algo que em alguma medida pode surgir na educação pública do DF.

O Currículo em Movimento da SEEDF (2014) fundamenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica que segundo Saviani (2013) na escola se faz necessária uma proposta de formação que qualifique a comunidade escolar por meio de uma educação crítica que parta da realidade concreta do estudante com o intuito de o educando se apropriar do conhecimento adquirido pela humanidade em prol da compreensão e combate às desigualdades. Quando Cunha (2013) esclarece que a educação se apresenta dentro de uma proposta hegemônica que remete ao colonizador vai ao encontro da crítica de Saviani (2013), que explica que fora de uma prática educativa que reflita sobre a realidade mesmo levando o indivíduo a absorver os conhecimentos adquiridos pela humanidade por meio de um pensamento crítico que possa levar a um rompimento com a exclusão.

O Currículo em Movimento da SEEDF (2014), ressalta a importância de uma educação científica, plural, laica e a valorização do conhecimento sistematizado em prol da construção de uma educação democrática. Outrossim, o Currículo em Movimento em toda a Educação Básica se apresenta em consonância com a Constituição Federal promulgada em 1988 e de acordo com os princípios da LDB de 1996, para afirmar as garantias legais para a construção de uma educação laica. Prandi (1996) argumenta que não se trata da substituição do pensamento religioso pela racionalidade e sim da disponibilização de uma realidade social que tenha condições materiais, intelectuais e sociais que permitam o acesso em prol de uma sociedade democrática, o que dialoga com o Currículo em Movimento da SEEDF (2014).

O desafio desta pesquisa é compreender a religiosidade que se apresenta no Currículo em Movimento da SEEDF e como se dá na escola na Educação Básica no DF para responder

se a educação pública no Distrito Federal é laica e se a proposta do Currículo em Movimento da SEEDF (2014) da Educação Básica se legitima diante da realidade escolar? Assim, o estudo demonstra a ambiguidade existente entre os documentos oficiais e a realidade social.

Para Freire (1996) a sociedade se manifesta a partir das contradições existentes no meio social, nesse sentido, a emancipação é possível a partir de uma proposta educativa que permita às pessoas a condição de sujeitos da sua própria história. Ainda, Freire (1996) explica que nos países subdesenvolvidos com a herança do processo de colonização, a exemplo do Brasil, é importante romper com a cultura do colonizador. Cunha (2013) aponta a necessidade da superação do imaginário colonial na educação religiosa presente no Ensino Público. Dessa forma,

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e libertação. A opção por isso, teria de ser também, entre uma educação para a domesticação, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito” (FREIRE, 1996, p.44).

O currículo da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal (2014) ressalta a importância de uma formação diversa, plural e laica na escola com ênfase na valorização do conhecimento científico em prol da construção de uma educação democrática. Contudo, este Currículo reconhece que na educação pública do DF prevalece em alguma medida certa hegemonia de crenças e credos dominantes estabelecidas historicamente na cultura brasileira em detrimento de grupos considerados minorias sociais.

De acordo com o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) necessita de uma formação ampla que leve em conta o debate da diversidade e o conhecimento adquirido ao longo da história da humanidade para o reconhecimento da importância de uma educação laica diante da religiosidade que se apresenta e das várias crenças que existem na sociedade brasileira.

O presente estudo propôs um debate que leve em conta as questões econômicas, políticas e sociais que estão imersas no contexto escolar. Diniz e Lionço (2010) explica que mesmo diante de documentos oficiais que garantem uma proposta de educação laica permanece na educação pública no Brasil a preponderância de valores de crenças hegemônicas. Para Silva (2015) a legitimação de determinadas crenças na sociedade em detrimento da diversidade vai ao encontro da intolerância religiosa. Nesse sentido para Mariano (2015) no Brasil a preponderância das religiões cristãs na sociedade brasileira aponta para a diabolização das

crenças originárias da população indígena e de crenças africanas, da população negra advinda da África e sincretizadas com a religião de origem europeia que se estabeleceu no Brasil com a chegada do colonizador.

Sanchis (2001) explica a importância da transcendência no tecido social, para além de contribuir com o debate que o Currículo em Movimento da SEEDF(2014) propõe na defesa da religiosidade como algo preponderante na vida humana. Nesse sentido faz referências a apropriação da comunidade a religiosidade popular e a magia que estar imersa nas mais distintas comunidades. Dessa maneira Sanchis (2001) dialoga com Mariano (2015) ao explicar que no Brasil é comum as religiões conservadoras cristãs e neopentecostais a prática de rotular crenças de origens africanas ou afro-brasileiras de diabólicas.

O presente trabalho analisou as práticas e manejos sociais das mais diversas religiões brasileiras. Dessa maneira almeja trazer o diálogo dos autores apresentados em confronto com a realidade presente na escola para compreender o cenário ou o campo a ser estudado. Nessa linha,

Estariam os grupos neopentecostais que combatem ardorosamente os cultos afro-brasileiros inspirando e discriminando ódio? Líderes e adeptos dos cultos afro-brasileiros não têm dúvida de que a resposta é positiva. O fato é que dirigentes de cultos afro-brasileiros e seus defensores identificam muitos atos de indivíduos e grupos pentecostais como agressão, discriminação e intolerância religiosas contra eles (SILVA, 2015, p.122-123).

O trabalho busca debater o fenômeno religioso que está imerso no ambiente escolar a partir de estudos realizados sobre a laicidade e a religiosidade na educação. De acordo com Freire (1996) a partir de uma perspectiva da história brasileira a gênese da formação do Brasil a partir do processo de colonização portuguesa fica em evidência que o colonizador não tinha interesse de constituir uma sociedade democrática. Nesse sentido Cunha (2013) aponta que além de um processo de convenção forçada à religião católica no sistema colonial houve o objetivo de disciplinar a sociedade a partir dos valores morais religiosos baseados no cristianismo.

De acordo com Freire (2007) as pessoas presentes nas suas realidades concretas a partir de suas relações com a natureza e com as outras pessoas constroem as suas subjetividades a partir do mundo existencial. Ainda Freire (2007) esclarece que as pessoas assimilam os saberes de forma introspectiva e coletivamente criando assim seus valores, hábitos e crenças para ampliar e construir seu universo cultural.

De acordo com Feuerbach (2012, p.51): “A identidade do sujeito e do predicado mostra-se da maneira mais clara no desenvolvimento da religião, que é idêntico ao desenvolvimento da cultura humana”. Feuerbach (2012) aponta que os valores que transcendem dos indivíduos são reflexos da materialidade e das experiências do mundo criado, a partir da relação do sujeito com a natureza. Assim,

O homem está no mundo e com o mundo. Se apenas estivesse no mundo não haveria transcendência nem se objetaria a si mesmo. Mas como pode objetivar-se, pode também distinguir entre um eu e um não eu. Isto o torna um ser capaz de relacionar-se; de sair de si; de projetar-se nos outros; de transcender. Pode distinguir órbitas existenciais distintas de si mesmo (FREIRE, 2007, p.30).

Freire (2007) explica que a partir da apropriação da realidade as pessoas refletem sobre sua própria existência e sobre o mundo, e ao compreender o mundo constrói dúvidas sobre o conhecido em prol de questionar a própria realidade. O Currículo em Movimento da SEEDF (2014) aponta para a necessidade da compreensão do outro para compreender as diversas crenças imersas no cenário escolar. Ainda de acordo com o Currículo em Movimento da SEEDF (2014, P.64): “Se a Constituição Federal instituiu um Estado laico e ao mesmo tempo obrigou os entes federados a ofertarem o ensino religioso em escolas públicas, isso ocorreu no sentido de permitir que estudantes conheçam a existência de religiões e crenças diferentes das praticadas por seus familiares”.

Dessa maneira o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) revela para uma perspectiva de uma sociedade laica e que respeite a transcendência de cada um no ambiente escolar, a partir de uma reflexão por meio do conhecimento adquirido no espaço da escola, por meio do diálogo e da produção do conhecimento científico.

O Currículo em Movimento da SEEDF (2014) explica que a religiosidade que está imersa no contexto social exige uma formação ampla para contemplar os anseios e simbologias das diversas culturas que permeiam a sociedade. Esclarece que as crenças e preceitos de fé existem e têm que ser respeitadas nas suas singularidades, a partir da pluralidade e diversidade existente em toda carreira acadêmica do estudante na Educação Básica. O Currículo em Movimento da SEEDF (2014) explica que o debate em torno das questões religiosas no ambiente escolar tem que estar a serviço do equilíbrio social. Ainda de acordo com este Currículo (2014, p.61): “A convivência com o diferente, com o próximo é base da ética. Sendo

o outro diferente de mim, tenho que ser capaz de viver e aceitar o diverso, a singularidade de quem vive e convive comigo”.

Ainda o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) se fundamenta no conceito de alteridade para justificar uma convivência justa com os vários sujeitos existentes no processo de aprendizagem no ambiente escolar. Dessa forma Hutchens (2007), dialoga com o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) e explica que diante do encontro e dos choques culturais indivíduos se veem em condições de confronto. Nesse sentido para Hutchens (2007) a conscientização da necessidade de trilhar lado a lado no mundo pode estar para além da consciência humana. Para Hutchens (2007, p.143): “O desejo de justiça é transmitido involuntariamente nas responsabilidades do eu pela outra, especialmente aqueles que pressupõem que o eu deseja algo do outro e aqueles em que o eu deseja dar assistência a outra pessoa em seu sofrimento”. Dessa maneira, o currículo em Movimento da SEEDF (2014) reivindica o conceito de alteridade em prol de uma convivência pacífica e justa no processo de formação escolar.

Desta forma o Currículo em Movimento da SEEDF (2014), a religiosidade que está imersa no cotidiano escolar explica a relação dos indivíduos com a natureza e criação de suas crenças e transcendência. Feuerbach (2012) esclarece que os indivíduos se alienam ao passo que criam suas próprias referências religiosas e depois se submetem a sua própria criação.

Freire (1996) argumenta que de forma consciente as pessoas podem criar suas referências religiosas a partir de um processo dialético diante de um mundo em constante transformação. O Currículo em Movimento da SEEDF (2014) em alguma medida traz a importância da relação do fenômeno religioso com a apropriação intelectual, aproximando assim de uma base material e racional da religião que permita a liberdade. Dessa forma para o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) os valores religiosos ao longo da história da humanidade contribuíram para a construção cultural valorosa na humanidade, importante para a reflexão ampla e plural na formação escolar. Dessa forma,

A sua transcendência está também, para nós, na raiz de sua finitude. Na consciência que tem desta finitude. Do ser inacabado que é e cuja plenitude se acha na ligação com seu criador. Ligação que, pela própria essência, jamais será de dominação ou de domesticação, mas sempre de libertação. Daí que a religião que encarna esse sentido transcendental das relações do homem jamais deva ser instrumento de sua alienação (FREIRE, 1996, p.48).

Nessa esteira de pensamento, o estudo pretende trazer a luz do conhecimento científico uma contribuição no sentido de descobrir a possibilidade de se constituir uma educação laica

como aponta o Currículo em Movimento na educação na escola pública do DF diante de uma proposta da necessidade de uma educação democrática, plural e com perspectiva voltada para a diversidade religiosa.

O estudo a ser apresentado pretendeu contribuir ao compreender em que medida essa relação com as crenças se dá no ambiente escolar ao analisar a influência de algum credo hegemônico, sobretudo, que comprometa a laicidade nas relações estabelecidas na Educação Básica na escola pública. Dessa maneira, Cunha (2013) explica que a influência cristã se estabeleceu a partir do processo de colonização portuguesa e permanece de forma hegemônica no ambiente escolar. Contudo ainda, segundo Cunha (2013) existe a resistência de outras crenças e culturas que estão presentes na sociedade brasileira. Nesse sentido Sanchis (2001) corrobora com Cunha (2013) ao afirmar que a religiosidade popular contribui na sociedade em uma disputa dentro da cultura hegemônica e se legitima no tecido social existente em um cenário de intolerância ao ponto de apontar para algum grau de violência.

De acordo com o Currículo em Movimento da SEEDF (2014), o fenômeno religioso deve se dá a partir de uma perspectiva da análise histórica com ênfase em uma interpretação que parta da materialidade fenomênica em prol da compreensão transcendental de forma plural e diversa. Feuerbach (2012) explica que a religião é a reflexão perfeita do próprio ser diante do mundo. Para Freire (2007) é importante que os seres humanos tenham autonomia para construir ideias a partir do conflito com a realidade em prol da construção de um ideal de mundo crítico em favor de mudar a existência, a partir de uma leitura do mundo já liberta de um olhar que se utilize de uma lente que consiga enxergar além das aparências.

Sob o mesmo ponto de vista, Freire (2007) explica que o que permite a mudança de pensamento é uma reflexão crítica da realidade. Nesse sentido Freire (2007) permite um diálogo com Feuerbach (2012) ao apontar para a possibilidade de transcendentalidade humana a partir da leitura do mundo real. Feuerbach (2012) traz para o debate a compreensão da fé a partir de fatores existentes em uma perspectiva que leve os indivíduos a construção de suas crenças no contexto de uma realidade existencial e Freire (2007) aponta para a necessidade da percepção crítica que leva as pessoas a refletir sobre suas práticas e sobre as questões metafísicas a partir de uma análise de mundo que permita transcender fora das crenças conhecidas em prol do anseio e da luta das pessoas pela liberdade. Dessa forma,

Em todo homem existe um ímpeto criador. O ímpeto de criar nasce da inclusão do homem. A educação é mais autêntica quanto mais desenvolve este ímpeto ontológico de criar. A educação deve ser desinibidora e não restritiva. É

preciso dar liberdade para que os educandos sejam eles mesmos. (FREIRE, 2007, P.32).

Portanto, Freire (2007) esclarece que o mundo passa por mudanças por meio de um processo dialético de desconstrução de modelos existentes e formação de outros valores culturais em um constante processo de criação e recriação cultural. Para Freire (2007, p.33): “Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada, todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje”. Dessa forma Freire (1996) esclarece que em alguma medida o ambiente escolar é repleto de valores culturais advindos do período colonial brasileiro. Cunha (2013) explica que a possibilidade de uma escola com senso crítico, plural e laica se faz necessário a partir de um processo de descolonização do sentimento historicamente construído acerca do colonizador.

Para discutir o Currículo em Movimento na Educação Básica do DF, Saviani (2013) aponta para a necessidade de um projeto educacional em que o corpo docente esteja engajado para a construção de seres humanos emancipados. Dessa maneira Saviani (2013) corrobora com a perspectiva de uma proposta de educação que coadune com a qualificação da comunidade escolar e que vá ao encontro da análise científica. Saviani (2013) ainda defende uma proposta de educação crítica na escola tem que aproveitar o conhecimento que já existe na realidade discente na comunidade a partir de uma reflexão com o conhecimento sistematizado em prol da construção da catarse ou de um novo pensamento elaborado.

Por conseguinte, o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) embasa o pensamento de Saviani (2013) quando ele defende um modelo de educação que tenha como base a realidade concreta do estudante. Dessa maneira Saviani (2013) explica que ao ser apresentado o saber científico a realidade concreta discente se produz a reflexão e a catarse. Mediante a esse debate Freire (2001) dialoga com Saviani (2013) quando o pensador pernambucano esclarece que o saber que existe na sociedade é importante e necessário para a construção do sujeito.

Freire (2001) aponta para a necessidade de uma política de educação que reivindique a leitura crítica do mundo a partir do diálogo entre o conhecimento popular e científico. Saviani (2013) ao apontar a necessidade da apresentação do conhecimento científico levando em conta a realidade das pessoas para desvelar o que está para além do que a realidade aparenta se aproxima de Paulo Freire. E assim, Freire (2001) esclarece que o conhecimento popular que permeia o meio social não é contrário ao saber científico, porém Freire (2001) traz a proposta da leitura do mundo a partir da problematização por meio dos estudos realizados pela ciência.

De acordo com Freire (1996) o processo amplo de formação é necessário para a formação humana. Dessa forma para Freire (1996) ao não se sensibilizar diante da opressão o humano deixa de ser humano, se desumaniza e se aproxima da submissão e da violência ao ponto de hospedar o próprio opressor. Saviani (2013) argumenta que a compreensão da própria realidade e a apropriação do conhecimento sistematizado tornará a sociedade democrática ao passo que a escola permitirá igualdade de reflexão das pessoas na sociedade. Nesse sentido ambos, Paulo Freire com a proposta da Pedagogia Libertadora e Saviani com a Pedagogia Histórico Crítica que embasa o Currículo em Movimento (2014) da SEEDF, operam na defesa de uma educação que inquiete a comunidade escolar a partir da realidade concreta dos educandos por meio da reflexão e da produção do conhecimento a partir de uma lógica dialética e dialógica.

Outrossim, Saviani (2013) explica que a Pedagogia Histórico Crítica se define a partir da conexão entre a realidade social e o manejo pedagógico por meio de uma proposta crítica de educação. Dessa forma para Freire (2008) se faz necessária a superação dos fenômenos existentes na sociedade ao passo que a relação entre o saber existente e o científico não se defina por meio do distanciamento, mas na superação das múltiplas determinações existentes para além da ingenuidade da análise superficial em prol da construção da criticidade.

A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica. Ao criticar-se, tornando-se então, permito-me repetir, curiosidade epistemológica, metodicamente “rigorizando-se” na aproximação ao objeto, conota seus achados de maior exatidão. (FREIRE, 2008, p.31)

Para Freire (2007) o saber que está imerso na comunidade escolar tem que ser desvelado porque a partir do momento que os indivíduos adquirem a convicção das contradições a serem superadas se constroem a consciência crítica. Freire (2007) esclarece nesse sentido que ao passo que a realidade passa a ser conhecida se constrói o rigor analítico necessário para intervir na realidade. Concordando com Saviani (2013) diante de um modelo de sociedade capitalista que se define pela exclusão em um cenário de desigualdade, uma proposta de uma escola democrática se apresenta como uma saída para debater as contradições do sistema econômico, conforme a conscientização das pessoas a partir de uma perspectiva curricular que leve as pessoas a compreensão da sua própria realidade. Nessa linha Saviani (2013) esclarece que fora de uma política educativa, em que haja a reflexão sobre a realidade, mesmo que leve o indivíduo

a absorção do conhecimento sistematizado continuará proporcionando ao mundo a desigualdade.

Freire (1996) aponta que as propostas educacionais existentes são influenciadas pelo debate político que existe no meio social. Dessa forma, Freire (1996) argumenta que não há possibilidade de educação fora da realidade concreta e sem influência política. Nesse sentido Saviani (2013) defende que uma educação ancorada na realidade social de acordo de uma compreensão de classe que desvele as contradições existentes no meio social do sujeito aprendente pode legitimar uma escola democrática de fato. Então o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) fundamenta a prática pedagógica contextualizada com a realidade histórica.

Para o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) o debate em torno do fenômeno religioso exige apropriação científica em função da compreensão da diversidade que existe no mundo. Gramsci (1968) explica que no ambiente escolar que se eleva várias formas de pensamento. Nesse sentido para Gramsci (1968, p.07): “todos os homens são intelectuais e não intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. Em vista disso, Lionço e Diniz (2010) aporta que a construção de um modelo de educação democrática se faz necessário para o reconhecimento das diferenças inerentes ao contexto social que habita a escola por meio de uma sensibilidade construída a partir da emancipação humana.

Lionço e Diniz (2010) esclarecem que no tocante a laicidade existe ambivalência entre a documentação oficial e a realidade em que acontece o processo de formação escolar. Nesse sentido o presente estudo propôs analisar se a proposta do Currículo em Movimento da SEEDF (2014), que aponta para uma educação plural diversa e laica, converge com a realidade existente no ambiente escolar, a partir da fala dos estudantes no Ensino Médio diante do cenário político atual do Brasil.

Por conseguinte, em alguma medida justificam a ambiguidade entre Estado e a prática social apontada por Lionço e Diniz (2010). Em 10 de julho de 2019, o canal G1 da Rede Globo noticiou um culto evangélico na Câmara Federal em que o então presidente Jair Messias Bolsonaro se comprometeu, talvez em um momento de êxtase ou transcendência, com os fiéis que participavam da cerimônia religiosa a indicação de ministros para o STF, que professasse a religião em questão. A situação colocada pelo Presidente da República em alguma medida pode apresentar-se de forma ambígua por se manifestar em um ambiente oficial e pelo fato de ser o chefe do Executivo a emitir preferência a determinado grupo ligado a uma religião específica como fator relevante para se escolher um ministro da mais alta Corte do país. Dessa

forma a postura de quem preside o Estado Brasileiro vai de encontro com a Constituição Federal (1988) que não define religião oficial do Estado.

Lionço e Diniz (2010) esclarece que uma escola laica plural e democrática é possível a partir da disposição da comunidade escolar de se apropriar de valores que levem a uma proposta de construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, Hutchens (2007) explica que o encontro com o diferente em alguma medida pode gerar resistência. De acordo com Hutchens (2007, p.142.): “os relacionamentos face a face precedem até mesmo o conhecimento e a consciência”. Freire (2007) dialoga com Hutchens(2007), em alguma medida, ao passo que o pensador pernambucano esclarece que o novo surge em um campo de valores estabelecidos e concretizados, porém possíveis de serem superados e ressignificados.

A demanda de justiça e a necessidade de princípios racionais para preservá-la representam um apelo significativo à lei. As “leis” de Lévinas não são apenas prescritivos inertes que “governam” ou regulam a sociedade. Ao contrário, vindas do passado, elas nos invocam como expressões de um desejo de leis transmitindo para a posteridade. Com efeito, somos responsáveis pelas intenções do legislador. Lévinas (...) dá ênfase à importância de distinção entre o espírito e a letra da lei (HUTCHENS, 2007, p.149).

Lévinas (1993) aponta que o encontro dos rostos inaugura o pensamento, e a consciência nasce a partir de uma percepção de injustiça na perspectiva de dar importância a relevância do eu na necessidade de reconhecer o outro e se responsabilizar ao apelo a justiça e ao surgimento da própria razão e não o contrário. O Currículo em Movimento da SEEDF (2014) se vale deste conceito de alteridade para legitimar a necessidade de as pessoas caminharem lado a lado na perspectiva de uma escola democrática que garanta de fato uma proposta laica. Lévinas (1993) esclarece que no campo individual há que se construir o sentimento de mudança responsável a cada um na perspectiva de que o pensamento inaugural surja na sensibilidade coletiva que trouxe a consciência individual para a promoção da justiça.

De acordo com o debate o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) aponta para a perspectiva de uma educação plural impregnada de sentidos. Além disso, o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) aponta para a necessidade de um debate ético e justo no ambiente escolar que leve em conta uma relação coletiva entre os pares. Dessa forma, Lévinas (1993) dialoga em alguma medida com o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) ao passo que explica que as leis são *a posteriori* a cultura que está imersa no ambiente social. Lévinas (1993) está de acordo com Currículo em Movimento da Educação Básica do DF no tocante à proposta

de laicidade reivindicada pelo documento da SEEDF, que defende um modelo de democracia em que as pessoas possam ombrear no cotidianamente a perspectiva da alteridade.

A convivência com o diferente e com o próximo é a base da ética. Sendo o outro diferente de mim, tenho que ser capaz de viver e aceitar o diverso, a singularidade de quem vive e convive comigo. Há que se considerar, dessa forma, as mais diversas manifestações religiosas presentes no Brasil, assim como a ausência de manifestações, dando-lhes o mesmo grau de importância. Sendo assim o Ensino Religioso, nesse currículo, valoriza conceitos como a paz, tolerância, diversidade, respeito, amizade, amor, autoestima, caráter, honestidade, humanidade e ética. (CURRÍCULO EM MOVIMENTO, ENSINO FUNDAMENTAL, 2014 p.301).

Tatiane Lionço e Debora Diniz (2010) afirmam que uma escola laica e democrática é possível a partir da construção conjunta diante dos valores e crenças que estão presentes no contexto da escola. Dessa forma Lévinas (1993) esclarece que o encontro dos diferentes a princípio pode trazer estranhamento. Ainda de acordo com Lévinas (1993, p.142): “e a face do outro e a entrada do terceiro em cena que cria problemas para o eu, precisamente porque ele agora está consciente que suas responsabilidades ocorrem no interior de arranjos sociais.” Dessa maneira Freire (2007) explica que as novas lentes para se enxergar o mundo surge em um terreno apinhado de valores já estabelecidos a partir das velhas lentes muitas vezes embaçadas a ponto de só perceber o novo a partir da criticidade que inova, porém possíveis de serem superados e ressignificados.

Lévinas (1993) explica que para o rompimento com o estabelecido acontecer há necessidade de uma profunda reflexão com as adversidades existentes. Dessa forma Lévinas (1993) explica que o indivíduo perceberá que o pré-estabelecido nem sempre contempla todos no ambiente social, fazendo assim necessário um pensamento inaugural, livre do que já está estabelecido em prol do estabelecimento do novo. Para Lévinas (1993) o rompimento é importante para a criatividade humana ao passo que aquilo que a pessoa é, passa a ser fruto das circunstâncias na possibilidade de ampliação da liberdade a partir da responsabilidade com a outra.

Portanto Freire (1976) explica que a possibilidade de liberdade de pensamento se define a partir da capacidade crítica na sociedade. Dessa forma Freire (1976) esclarece que ao fazer uma reflexão sobre a realidade se revela o interesse hegemônico imerso no contexto vivenciado e com isso se revela uma nova forma de enxergar a realidade. Para Lévinas (1993) o outro é infinitamente outro, contudo defende que as pessoas se apresentam como rosto e não como representações movidas por um pensamento religioso. Lévinas (1993) explica que a

parcialidade do eu é condição para a construção do pensamento que surge com a alteridade. Portanto Lévinas (1993) argumenta que a religiosidade está conectada com a ética de um determinado grupo ou segmento social. Dessa maneira para Lévinas (1993) a legitimação do pensar por meio do diálogo não é chegar ao acordo e sim ao dissenso, é a inauguração do novo.

Outrossim, para Freire (1976, p.82): “a consciência crítica não se constitui através de um trabalho intelectualista mais na práxis- ação e reflexão”. Freire (1976) esclarece que a relação das pessoas com o caldeirão cultural que permeia a sociedade exige criticidade e uma consciência que possa transformar a prática social existente em prol de revolucionar-se contra o ideal da classe dominante em uma relação complementar entre a perspectiva do trabalho laboral e intelectual. Dessa maneira o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) aponta que o debate sobre o fenômeno religioso na Educação Básica tem que partir de uma perspectiva crítica diante da realidade social e cultural da comunidade, levando em conta o conhecimento científico construído pela humanidade.

De acordo com Saviani (2018) as posições políticas estão presentes no processo educativo na escola. Saviani (2018) explica que o debate sobre as demandas presentes na sociedade se dá entre os contrários, é nesse cenário que o processo político e educativo se conecta. Portanto Saviani (2018) argumenta que as demandas políticas que emergem do chão da escola são expressões de uma sociedade marcada por classes sociais comuns ao sistema capitalista. Dessa forma o estudo proposto pretende descobrir como essas manifestações acontecem no campo a ser pesquisado na comunidade escolar.

Mariano e Pierucci (1996) esclarece que o fato de ser religioso não é critério para a definição de uma posição política de um determinado grupo. Contudo Mariano e Pierucci (1996) apontam que o setor religioso evangélico, por exemplo, tem constituído uma bancada na câmara Federal desde a constituição de 1988 com características conservadoras. Porém Mariano e Pierucci argumentam que nos movimentos sociais progressistas e não conservadores também existem a presença desse setor religioso, o que para os autores parece legítimo afirmar que a posição política independe da profissão de fé embora no Brasil apareça de forma comum setores religiosos cristãos ligados a movimentos conservadores.

Por conseguinte, para Freire (1996) a formação da mentalidade, a partir do processo de construção ou apropriação cultural, se manifesta de acordo com a historicidade e a realidade social, econômica, política e cultural existente. Saviani (2018) explica que uma educação que vise à libertação do indivíduo e à superação do pensamento hegemônico precisa romper e superar as contradições de classe existentes na sociedade capitalista. De acordo com ele uma

perspectiva de educação crítica e democrática tem que cumprir o papel de superar o idealismo presente na estrutura dominante em prol de uma perspectiva de formação do interesse da classe trabalhadora e das demandas sociais existentes no chão da escola.

De acordo com Saviani (2018), os valores hegemônicos que permeiam a educação brasileira, legitima a realidade da sociedade de classe inerente à sociedade capitalista. Dessa maneira Saviani (2018) explica que uma proposta educativa para emancipar as pessoas tem que ter em sua essência a finalidade de superar as contradições existentes no sistema econômico vigente. Rêses (2015) esclarece que a forma de agir, sentir e pensar das pessoas na comunidade escolar está ancorada na relação que cada indivíduo ou grupo social se estabelece na sociedade, o que acaba refletindo na formação escolar. Rêses (2015) argumenta o fato de que a leitura de mundo que permeia o ambiente escolar reflete a formação dos movimentos sociais presentes na comunidade ou a ausência destes e, nesse sentido uma proposta de uma educação democrática carece da intervenção dos sujeitos que estão envolvidos diretamente nesse processo para reivindicar os seus interesses, a partir das representações sociais existentes no meio social o qual a escola está inserida. Assim,

A transitividade crítica por outro lado, a que chegaríamos com uma educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas. Pela substituição de explicações mágicas por princípios causais. Por procurar testar os achados e se dispor sempre a revisões. Por despir se ao máximo de preconceitos na análise dos problemas e, na sua apreensão, esforça-se por evitar deformações. Por negar a transferência da responsabilidade. Pela recusa de posições quietistas (FREIRE, 1996, p.69).

Freire (1996) explica que a democracia é construída com as pessoas, e não para os indivíduos em uma relação vertical, de forma comunitária envolvida em um círculo social de forma horizontal. Dessa forma Rêses (2015) esclarece que a construção de ideal de mundo das pessoas no ambiente social está diretamente imbricada com a lente utilizada para enxergar o mundo e depende das experiências vivenciadas e dos valores e crenças submersos no contexto vivido e nas várias influências determinadas pelas representatividades de classe dos trabalhadores e das trabalhadoras ou do sistema hegemônico estabelecido oficialmente.

Debora Diniz e Vanessa Carrião (2010) explicam que para existir uma educação justa se faz necessário que a escola adote uma educação laica de fato em um cenário que deixa dúvida se deveria existir uma disciplina para ensinar conteúdo religioso. Entretanto Carrião e Diniz (2010) argumentam que a previsão de se ensinar uma educação religiosa nas escolas está garantida nos documentos oficiais do Estado e assim o desafio se dá no campo de trazer para a

escola uma perspectiva de educação religiosa que privilegie a diversidade e a pluralidade existente na comunidade escolar. Freire (1996) argumenta que o processo de formação acontece em uma construção cultural de forma lenta e gradual dentro da realidade histórica possível. Freire (2007) esclarece que as novas reflexões na sociedade são feitas em um ambiente repleto de práticas já existentes diante de um caldeirão cultural que as pessoas podem construir coletivamente novas relações com a sociedade e com o mundo.

Quando se fala de valores religiosos na educação Cunha (2013) é enfático ao argumentar que há que se desconstruir valores religiosos do catolicismo que permeiam as propostas e até os documentos que orientam a educação pública no país. Dessa forma, Cunha (2013) esclarece que na criação das Leis de Diretrizes e Base na Educação de 1996 o Ensino Religioso se estabeleceu como disciplina na educação pública e foi garantida a partir de uma influência significativa da Igreja católica no parlamento. Dessa maneira Diniz e Carrião (2010) explicam que a discussão sobre o ensino da religião na Educação Básica se estabelece no Brasil desde que o país era colônia portuguesa. As autoras supracitadas argumentam que se a Constituição Federal atualmente garante o Estado laico nem sempre foi assim se levado em conta que a primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, garantia ao catolicismo a condição de religião oficial do Estado brasileiro.

Para Diniz e Carrião (2010) uma “percepção” de pluralidade a respeito da religiosidade brasileira em alguma medida pode ter justificado a utilização de simbologias religiosas voltadas a uma hegemonia do catolicismo nas instituições públicas. Cunha (2013) explica que o catolicismo deixa de ser a religião oficial do Estado com o fim do padroado na constituição de 1891, a primeira constituição promulgada após a proclamação da República no Brasil. Diniz e Carrião (2010) esclarecem que a Lei de Diretrizes e Base de 1996 e a atual Constituição brasileira se posicionam de forma contrária ao partidarismo ou pregação religiosa no ambiente educacional. Dessa forma o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) também deixa claro que a educação religiosa na Educação Básica não pode ser ministrada de forma catequizadora e nesse sentido tem que ser conduzida dentro de uma perspectiva histórica, diversa, plural e democrática.

Diniz e Lionço (2010) explicam que para garantir uma educação justa e democrática há que se levar em conta pressupostos éticos no sentido de levar para a escola uma educação religiosa ancorada na historicidade que permeia o ambiente social. Assim as autoras supramencionadas argumentam que para garantir a laicidade e uma educação plural e diversa o fenômeno religioso na Educação Básica não pode ser trabalhado como uma profissão de fé.

Dessa forma Cunha (2013) explica que defender uma educação laica e fora dos valores trazidos culturalmente desde o Brasil colonial não nega a religiosidade e as mais variadas crenças existentes no ambiente social e sim traz uma proposta democrática a todas as pessoas presentes na comunidade escolar, o que para o autor supracitado há uma necessidade de combater os valores hegemônicos perpetuados desde o Brasil colonial.

Para dar sequência aos argumentos apresentados, Mariano e Pierucci (1996) explicam que nas últimas quatro décadas a bancada neopentecostal tem se arvorado no parlamento ao passo de propor, em certa medida, uma disputa política com um viés religioso no parlamento. Cunha (2013) esclarece que ao passo que o setor evangélico avança, os católicos, em certa medida, vem perdendo espaço contudo se aproximam quando as pautas discutidas demonstram interesse mútuo ao grupo cristão no parlamento e na sociedade. Dessa maneira o ineditismo do estudo sobre as questões religiosas e o Estado se apresentam, nesse momento histórico, ancorado em práticas que foram recorrentes na sociedade brasileira nos períodos colonial, imperial e republicano.

Nessa linha, foi noticiado pelo site Senado Notícias ao vivo no dia 10/12/2021 às 12hs15min a sabatina do jurista André Mendonça para ocupar o cargo de ministro do STF. O sabatinado jurou na presença de todos e afirmou o compromisso com a constituição brasileira sobretudo, na defesa de um Estado laico e democrático afirmando que os direitos e deveres da nação estariam acima das suas convicções pessoais e religiosas.⁶ Entretanto após a sabatina já como ministro, André Mendonça Deu Glória a deus, cumprimentou parlamentares religiosos pentecostais, conclamou a nação evangélica ao ponto de atribuir questões típicas de Estado a proveniência divina. Dessa maneira Mendonça atribuiu as questões religiosas aos atos de pensar e até a atmosfera que respira contradizendo assim o que se comprometeu horas antes no parlamento diante da laicidade do Estado brasileiro.⁷

Dessa forma, no dia 02 de dezembro de 2021, o presidente Jair Messias Bolsonaro assinou a nomeação de André Mendonça para o Supremo Tribunal Federal. O presidente reafirmou o seu interesse de nomear um ministro evangélico para legitimar o seu compromisso com o setor religioso na sociedade. Assim o presidente Bolsonaro afirmou a defesa da constituição almejando que deus iluminasse o novo ministro que de pronto agradeceu o chefe do executivo com uma mensagem religiosa em uma estética aparentemente informal.⁸ Assim,

⁶ Senado Notícias. 01/12/2021- <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2021/12/durante-sabatina-andre-mendonca-defende-estado-laico>

⁷ Relevantes News- <https://www.youtube.com/watch?v=1YgNcnC3jzI&t=79s>. Acessado em 01 mai 2022.

⁸ PlanaltoPresidênciaRepública <https://mail.google.com/mail/u/1/#inbox/FMfcgzGllMGjFVLSHBmrjtJWQkDWjPMM?projector=1>. Acessado em 01 mai 2022.

cabe a reflexão de que maneira a postura ambígua do executivo e judiciário atual possa refletir na realidade da escola pública no tocante ao debate da laicidade e da democracia na comunidade escolar.

Cunha (2013) argumenta sobre o debate do Ensino religioso na escola no sentido do que possa transcender os limites dos documentos que garanta uma educação laica e democrática. Cunha (2013) esclarece que existe na comunidade escolar a defesa da laicidade e aqueles que defendem o ensino a partir da profissão de fé. Dessa maneira o autor afirma que a flexibilidade permite que interesses políticos, em alguma medida, de grupos religiosos acabam exercendo influência e determinando um modelo de educação que vá de encontro com a proposta de uma educação democrática no tocante a religiosidade. Assim, o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) explica que o Ensino Religioso na educação básica tem como premissa o conhecimento histórico acumulado pela humanidade em prol de uma educação laica e pluralista.

A partir de um prévio levantamento bibliográfico pude perceber um vasto campo de pesquisadores preocupados com o debate no tocante a diversidade religiosa, entretanto não foi encontrado trabalhos relacionados ao que está garantido no Currículo em Movimento da SEEDF (2014) no tocante ao debate sobre a laicidade na Educação Básica. Nessa linha os trabalhos publicados demonstram em alguma medida certa preocupação com a presença hegemônica da religião cristã na estrutura do Estado brasileiro, sobretudo, exercendo influência em tomadas de decisões de demandas relacionadas as questões de Estado no parlamento com forte presença nos projetos voltados a educação brasileira de forma oficial e não oficial demonstrando ambiguidade entre a laicidade garantida na atual Constituição Federal, nos documentos que norteiam a Educação no Brasil e a prática social na sociedade.

4.1. O Pensamento Religioso e a Influência Política no Brasil

Para entender parte desse estudo Febvre (2009) esclarece que a religião cristã é base da formação da sociedade ocidental ao ponto de presenciar a vida das pessoas do nascimento até a morte. Febvre (2009) analisa a Europa do século XVI para entender a presença religiosa na vida dos indivíduos que viviam sobre o domínio ideológico do cristianismo. Dessa maneira Cunha (2013) aponta para a formação de princípios e valores cristãos trazidos pelos colonizadores europeus que deu sustentação a doutrinação que formou o pensamento e um ideal

hegemônico na sociedade brasileira com uma presença marcante da cultura religiosa anterior aos movimentos reformistas do século XVI no chamado “velho continente”.

Nessa linha Febvre (2009), argumenta que do nascimento a morte os homens e mulheres no mundo ocidental passaram por um processo de naturalização dos rituais religiosos cristãos. De acordo com Febvre (2009, p. 295) “entre esses dois limites, tudo que o homem realiza ao viver normalmente, a religião a marca com seu selo”. Para dar sequência com a discussão Cunha (2013) esclarece que esse pensamento religioso vivenciado na Europa no século XVI vai sobrepor a cultura nativa e negra no Brasil, a partir do processo de colonização portuguesa iniciado em 1532 no país, estabelecendo assim princípios e valores externos a realidade das pessoas progressas ao sistema colonial. Nesse cenário que Cunha (2013) aponta que a religião cristã tomou conta da vida e da alma da população brasileira de forma abrupta ao ponto de que para o autor a mudança para o estabelecimento de um Estado verdadeiramente laico é possível a partir de um processo de descolonização de um pensamento que outrora fora imposto pelo colonizador.

Para discutir tais colocações Ilíade (2001) aponta que a igreja cristã se fundamenta como algo simbólico na sociedade ao passo que as pessoas passam a enxergar o mundo a partir do encantamento e das experiências magníficas, metafísicas em detrimento da realidade concreta. De acordo com Ilíade (2001) as pessoas que se colocam como não religiosas também são submetidas aos valores e princípios estabelecidos a partir de um mundo construído acerca da percepção do sagrado ao passo que quanto mais o indivíduo se aproxima de uma realidade fantasiosa se coloca próximo da própria criação do universo diante de uma visão invertida da própria realidade. Dessa maneira Febvre (2009) esclarece que a forma de pensar dos homens e das mulheres no século XVI na Europa parte de uma percepção religiosa do mundo existente. Corroborando com o debate Cunha (2013) demonstra que é esse simbolismo religioso advindo do cristianismo que permeou a estrutura social brasileira e que até nos dias atuais exercem forte influência no processo de formação nas escolas de Educação Básica no Brasil.

Nessa linha Iliade (2001) explica que o sentimento religioso se faz presente em todos os momentos na vida das pessoas religiosas ao passo que a religiosidade para ele leva as pessoas a imersão no período histórico vivenciado a partir de uma percepção divina, magnífica, perfeita estabelecendo assim por meio do encantamento a própria relação com o mundo real ou com a realidade concreta. Dessa maneira Ilíade (2001, p.79) argumenta que “o tempo sagrado, mítico, funda igualmente o tempo existencial, histórico, pois é o modelo exemplar”. Nesse sentido para o autor a temporalidade para os indivíduos religiosos existe a partir de uma criação mítica ou

sagrada. Nesse sentido, Cunha (2013) aponta que o estabelecimento de uma educação laica e fora da hegemonia cristã é possível a partir de um processo de mudança cultural que se estabeleceu como pensamento único na sociedade ocidental. Febvre (2009) explica que a formação desse pensamento no ocidente se deu em uma relação entre a sociedade civil, o Estado e a vida privada sobre a orientação da instituição religiosa cristã. Sendo assim,

Nasce uma criança. Ela vive. Sem demora, levam-na à igreja e a batizam enquanto soam os sinos, eles próprios solenemente batizados pelo bispo, ungidos de santos óleos, perfumados de incenso e mirra, e que não devem soar para anúncios profanos. Se a criança nasce mal, se é preciso “andar de pressa” por alguma razão maior, não se espera: o padre ou, na falta dele, um parente, um amigo da família pronuncia as palavras sacramentais e eis, automaticamente, um cristão a mais. Automaticamente, pois nunca se levanta a questão de saber se poderia ser de outra maneira (FEBVRE 2009, p.292 - 293).

Para dar sequência ao debate Sanchis (2001), analisa que a realidade brasileira no tocante ao campo religioso historicamente se legitima por uma diversidade de crenças a partir da população nativa, chegada dos europeus, da população africana e das mais variadas correntes migratórias que compôs a população no Brasil. Sanchis (2001) explica que nesse cenário de forma hegemônica se estabeleceu o catolicismo que hoje aparece como uma das religiões existentes, contudo com forte presença no imaginário da população, em alguma medida de forma institucionalizada. Dessa maneira Sanchis (2010) esclarece que diante da diversidade de crenças existentes no Brasil, dentre essas as religiões vindas com a população escravizada e povos originários constituiu-se no Brasil um movimento conhecido como sincretismo religioso caracterizado pela junção de valores, entidades e crenças cultuados por meio dos santos católicos e para além disso a mistura de valores por meio da profissão das variadas crenças existentes no tecido social brasileiro ao longo da história.

De tal modo Sanchis (2001), esclarece que no Brasil mediante a diversidade religiosa existem movimentos tradicionais que ao longo da história brasileira conseguiram sincretizar crenças das religiões advindas do continente africano por meio da população escravizada a partir de entidades e santos católicos. Outrossim, Sanchis (2001) explica que um outro movimento advindo das reformas religiosas europeias por meio das religiões protestantes ocasionou resistência às religiões dos povos tradicionais e de terreiros. Nessa linha Corten, Dozon e Oro (2003) explicam, que nesse caldeirão de igrejas pentecostais surgem a igreja universal do Reino de Deus (IURD) na década de 90, acirrando o embate com as religiões

tradicionais com a apresentação de uma proposta de sincretismo às avessas, por meio da apropriação e diabolização das manifestações religiosas africanas e afro-brasileiras.

Para dar sequência com a discussão o bispo da IURD, Edi Macedo escreveu um pequeno livro de orientação religiosa,⁹ a partir de uma perspectiva maniqueísta onde aponta o mal nas entidades das religiões de terreiros. Dessa maneira, Corten; Dozon e Oro (2003) corroboram com a discussão ao esclarecer que a IURD constrói uma ideia de sincretismo não para sincretizar e sim para diabolizar os ritos de religiões dos povos tradicionais criando assim um embate religioso na sociedade. De tal modo, Sanchis (2001) argumenta que a resistência e o antagonismo criado entre setores cristãos na sociedade e religiões afro-brasileiras e de matrizes africanas têm favorecido a construção de uma simbologia negativa gerando assim grandes prejuízos à população tradicional por meio de um discurso de ódio esgarçado no tecido social de uma sociedade que tem na sua estrutura a fundamentação de uma cultura cristã como aponta Luiz Antônio Cunha (2013).

Concordando com Mariano (2003), a IURD no final do século XX se expandiu com grande investimento no mercado empresarial, sobretudo, na indústria midiática voltada a jornais, rádio e televisão com uma forte presença no Executivo por meio de uma participação efetiva na política. Corroborando com o debate, Cunha (2011) aponta que na década de 80, no Brasil, o setor ligado à igreja católica começa a perder, em alguma medida, espaço na sociedade para o setor evangélico. Dessa forma, Pierucci (1996) esclarece que nesse cenário surge no parlamento brasileiro uma presença significativa de parlamentares evangélicos constituindo assim uma bancada parlamentar. Em suma, Mariano (2003, p.55) aponta que a IURD tem um papel “nada democrático, o governo verticalizado da Universal e fundamental para a consecução de seu sucesso religioso, político e empresarial”. É nesse cenário que Mariano (2003) analisa que houve uma expansão da IURD nos vários setores da sociedade com forte representação no parlamento brasileiro, tornando assim um acontecimento bem sucedido. Dessa maneira,

A concepção da religião como mercado e a consolidação de estruturas comerciais transnacionais para a sua sustentação, além de uma adequação ao secularismo e ao pluralismo religioso, são resultados da escolha da mídia como objetivo central e meio de sustentação de determinadas iniciativas religiosas. Parece que a igreja universal decidiu se transformar em mais uma mercadoria de nossa sociedade de consumo para garantir seu espaço tanto no Brasil como nos confins do mundo. (MARIANO 2003, p.280).

⁹ Macedo, Bispo, 1945- Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios. Rio de Janeiro: Unipro Editora, 2006.

Freire (2007) argumenta que as pessoas fazem e refazem o cotidiano por meio de realidades materiais e místicas que voltam para as pessoas como formas determinantes e modelos de comportamentos sociais. Dessa forma, Saviani (2018) esclarece que, em alguma medida, a imposição e criação de símbolos distante da realidade das pessoas caracteriza uma forma de violência por meio da exigência de determinados comportamentos dados por meio de veículos de imprensa de massa, dogmas e práticas pedagógicas que acabam agredindo a comunidade de forma sutil diante dos valores e costumes comuns à vida momentânea, vivenciada cotidianamente.

Diante disso Cunha (2013) explica que na estrutura da sociedade brasileira prevalece a hegemonia da religiosidade cristã. Dessa maneira para ele a influência da doutrina religiosa imposta pelo colonizador se faz presente no ambiente escolar. De acordo com Freire (2008) a virtude do professor se dá na perspectiva do domínio do conhecimento em prol da emancipação dos sujeitos aprendentes de forma autônoma e libertária. Dessa maneira para Freire (2008) a construção do conhecimento se dá em um processo dialético entre quem aprende e quem ensina o que exige interesse e disposição para as novidades que existem na realidade concreta dos estudantes e no que está sendo apresentado por meio do que é trazido a partir da experimentação científica. Nesse sentido de acordo com o Currículo em Movimento da SEEDF (2014), o debate sobre religião tem que partir de uma perspectiva crítica em prol da construção do conhecimento sistematizado.

Para Prandi (1996) a desigualdade e a exclusão histórica de parte significativa da população do acesso ao conhecimento científico levaram o mundo ocidental a compreender a realidade por meio de uma lente iluminada pelo brilho encantado da religiosidade cristã. Dessa maneira Prandi (1996) esclarece que a carência de uma cultura material e do acesso a um pensamento sistematizado, em alguma medida, contribuiu para que prevalecesse ao longo da história ocidental escolhas distantes de um pensamento laico. Cunha (2013) esclarece que as pessoas que se declaram sem religião e adeptos das comunidades religiosas de terreiros e povos tradicionais têm dado importante contribuição na resistência à cultura colonial cristã. Outrossim, Sanchis (2001) corrobora com o debate explicando a importância das religiões afros e de matrizes africanas na resistência a estrutura religiosa hegemônica na sociedade, sobretudo por meio do sincretismo religioso construído a partir de uma crença estabelecida. No entanto,

Resta saber até que ponto e em que extensão essa precisa mutação religiosa atinge a sociedade brasileira. Que nela já seja amplamente perceptível, não há dúvida. Também é certo que nela venha articular-se processos antigos, lhe darão aqui fisionomia própria. Finalmente, mais pesquisas empíricas deverão

dizer para onde se encaminham tais formas, e se, através delas, e na mesma proporção, com a mesma intensidade, nos mesmos grupos sociais ou em grupos homólogos, que esta transformação está operando no Brasil e em sociedade mais direta e homogênea atingida pela modernidade. (SANCHIS, 2001, p.44).

Prandi (1996) colabora com o debate e aponta que a partir da década de 80 no Brasil veio se multiplicando o número de crenças e novas religiões numa perspectiva de reinauguração da magia e da elevação espiritual diante de um cenário de racionalismo técnico e do abandono, em alguma medida, do próprio mito na estrutura cristã na modernidade e na pós- modernidade em um cenário que o cristianismo passou a dar respostas aos interesses econômicos e a busca por uma religiosidade acerca dos anseios individuais da sociedade capitalista.

Lima (1991) explica que, o movimento pentecostal nos mais variados segmentos demonstra forte indicio de envolvimento de interesses políticos que possam ter favorecido um aumento significativo de igrejas e instituições. Lima (1991) aponta que o movimento neopentecostal brasileiro sofre influência do conservadorismo e da ideologia religiosa norte americana.

Oro (2003) aponta que, a IURD tem se colocado na política de forma significativa em vários segmentos partidários em lados antagônicos em prol da legitimação de seus interesses de setores a esquerda ou à direita no parlamento: a) em 2002 a aliança realizada entre o partido dos trabalhadores (PT) e o Partido Liberal (PL), esta última sigla partidária em parte associada aquela igreja; b) a eleição ao Senado da República do Rio de Janeiro, com mais de 3 milhões de votos, do Bispo da IURD, Marcelo Crivella. Segundo reportagem da revista Veja do dia 21 de maio de 2019 o Bispo Edi Macedo da IURD argumentou que a reeleição do presidente Jair Bolsonaro seria quase que uma questão de justiça divina.¹⁰

Figura:02- Referência a relação da IURD com a política.

¹⁰ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/edir-macedo-pede-que-deus-remova-quem-se-opoe-a-bolsonaro/> Acessado em 08 mar 2022.



Fonte: Revista Carta Capital, 24/01/2022, foto de Alan Santos / PR- Edir Macedo e Jair Bolsonaro acompanhado de Renato Cardoso ao fundo.

A imagem acima revela, em alguma medida, a proximidade e o apoio de lideranças importantes da IURD com o governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro. De acordo com a reportagem da revista Carta Capital do dia 24/01/2022 os Bispos Edir Macedo e Renato Cardoso explicam o porquê não é conveniente que uma pessoa cristã tenha uma posição de esquerda na política diante da sociedade.¹¹ Dessa maneira de acordo com uma reportagem da jornalista Anna Virginia Balloussier do dia 26 de janeiro de 2022 a IURD demonstra apoio ao atual chefe do Executivo, algo que segundo a jornalista, não surpreende porque a igreja universal vem apoiando todos os presidentes da República eleitos desde a redemocratização após a ditadura militar no Brasil.¹² Dessa maneira de acordo com um editorial da IURD dos dias 23 a 29 de janeiro de 2022, jornal que é distribuídos semanalmente nas instituições religiosas, existem 5 pontos principais para as pessoas religiosas seguirem por uma visão conservadora e a direita na política partidária, revelando assim a posição ideológica bem definida pela instituição religiosa no processo político.

Portanto, Oro (2003) esclarece que, a Igreja Universal do Reino de Deus por meio da liderança do Bispo Edir Macedo exerceu influência na política brasileira e na composição governamental desde a redemocratização em todos os governos brasileiros. Dessa maneira Cunha (2013) aponta que na década de 80 no Brasil a igreja católica perde, em alguma medida espaço no parlamento diante de uma bancada evangélica que vem se apresentando de forma

¹¹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/igreja-universal-de-edir-macedo-diz-que-nao-e-possivel-ser-cristao-e-de-esquerda/> Acesso em 01 mai 2022

¹² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/01/igreja-universal-dobra-aposta-contr-esquerda-e-afasta-reconciliacao-com-lula.shtml> Acesso em 01 mai 2022

articulada no cenário político. Dessa forma, Oro (2003) explica nesse momento a igreja universal vem se organizando e ganhando um espaço significativo na política brasileira.

Ampliando o debate, Lima (1991) explica o antagonismo religioso na estrutura cristã brasileira. Lima(1991) esclarece que se por um lado as igrejas pentecostais se estabelecem com uma proposta política por meio de um racionalismo técnico voltado aos interesses econômicos a partir de uma perspectiva individual, por outros setores ligados à igreja católica por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil(CNBB) e das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) se colocaram em campos antagônicos das religiões pentecostais com uma posição política a favor das lutas por justiça social. Dessa maneira, de acordo com Lowy (2000) os movimentos eclesiais de base oriundos na Igreja católica no Brasil receberam forte influência de um catolicismo europeu do século XIX, acostumado a um cenário de luta da classe trabalhadora por direitos fundamentais a vida humana. Assim, Lima (1991) aponta que parte da influência das igrejas pentecostais no Brasil foram influenciadas por uma cultura norte americana, sobretudo da Igreja Adventista. Logo:

O adventismo é uma religião forjada e retocada ao modelo de vida da classe média americana, tipicamente puritana e conservadora. Nascido nos Estados Unidos no começo do século passado, é um movimento de dissidente da Igreja Batista, então insatisfeitos com alguns dogmas de fé do protestantismo histórico. Prega obstinadamente a segunda vinda do salvador, quando os justos falecidos ressuscitarão e, justamente com os justos que estiverem vivos, serão glorificados e revestidos de imortalidade, enquanto os pecadores, os ímpios, só farão mil anos mais tarde, para serem destruídos para sempre. É a teoria do milenarismo. O adventista é proibido de usar estimulantes, como álcool, fumo e café, devendo trajar-se sobriamente e abster-se de passatempos mundanos, tais como cinema, bailes e jogos (LIMA ,1991, p.44).

Ampliando o debate, Almeida ART (2019) explica a influência do conservadorismo no setor evangélico se posicionando a favor de um movimento que culminou no impedimento de uma presidenta eleita, Dilma Rousseff, por um setor progressista. Outrossim, Almeida ART (2019) aponta que diante de uma conjuntura de grandes dificuldades econômicas um setor evangélico no Brasil tem se mantido fiel ao governo de Jair Messias Bolsonaro em função das garantias de se manter o que vem sendo conceituado como pautas de valores no parlamento, garantindo assim uma política conservadora que contraria as pautas humanitárias, plurais voltados a diversidade. É o cenário, como explica Cunha (2013), de uma estrutura voltada a valores culturais advindos da religiosidade cristã trazida pelos colonizadores.

Sanchis (2001) aponta o caminho do processo sincrético na construção da cultura brasileira com forte presença e resistência das religiões afro-brasileira no cenário religioso ao longo da história do Brasil. Outrossim, Sanchis (2001.p.15) sustenta que “Candomblé e Umbanda são duas modalidades de fidelidade criativa – e brasileira, quer dizer, também católica – a tradições radicadas em outro mundo que souberam, arrancadas da sua matriz geográfica e sociopolítica reelaborar no Brasil primeiramente seu universo simbólico”. O autor diz que um caldeirão cultural de várias denominações religiosas resiste e sincretiza as crenças e religiosidades dos povos tradicionais. Marinho (2010) esclarece que a religiosidade dos povos tradicionais trouxe elementos e contribuições relevantes a cultura brasileira.

Sanchis (2001) argumenta que a afirmação do movimento pentecostalista no Brasil se deu em um processo de rompimento com as crenças e rituais tradicionais na sociedade brasileira. Ele explica que o processo de sincretismo na sociedade brasileira se deu em um movimento de acomodação com a religiosidade católica hegemônica, mediada por ascendência mútua. Entretanto Mariano (2015) esclarece que a forte presença da religião protestante em meado do século XX aumentou de forma significativa a intolerância religiosa com as religiões dos povos tradicionais de terreiros. O autor explica que a partir de meados da década de 1990 parte do segmento evangélico deixa evidente a diabolização aos rituais e as entidades das religiões africanas ou de matrizes africanas no Brasil, constituindo assim um terreno fértil para a intolerância religiosa.

Mariano (2015) explica que a intolerância religiosa se dá pela ausência do respeito a uma sociedade democrática em uma estrutura histórica e cultural que aprendeu a lidar com um universo religioso estabelecido como verdade plena ao longo da História do Brasil. Dessa maneira, Mariano (2015) esclarece que a sociedade tem que se estabelecer de forma tolerante para exercer o direito à cidadania, liberdade individual e coletiva cara ao ambiente social em um cenário que cada indivíduo possa reconhecer as razões de cada pessoa ou grupo religioso para cultivar suas crenças e religiosidades. Mariano (2015) explica ainda que a tolerância religiosa é pressuposto fundamental para uma sociedade democrática no cenário brasileiro marcado por uma estrutura cristã hegemônica com uma realidade conflituosa com as religiões dos povos tradicionais e de terreiros.

De tal modo que o Currículo e Movimento da SEEDF (2014) apresenta o desafio de uma proposta educativa que provoque a busca da compreensão das crenças existentes no ambiente escolar por meio da reflexão sobre o conhecimento histórico em uma estrutura marcada pela hegemonia cristã. Freire (2008) anuncia a importância de as pessoas serem

autônomas para enxergar a realidade acerca de suas experiências com o mundo. Para Freire (2008) cada pessoa na sociedade tem autossuficiência para pensar e para tomar as suas decisões diante da realidade coletiva. Diniz e Lionço (2010) esclarece a importância da democracia no cotidiano escolar em prol de uma proposta educacional e de um manejo das ferramentas pedagógicas para a construção de uma educação laica e democrática. Ilfáde (2001) explica que para a pessoa religiosa as manifestações divinas e a realidade se coadunam. Dessa maneira o desafio de uma escola laica pode estar no campo de um debate que leve à aceitação da diversidade existente na comunidade escolar.

A mitificação da realidade consiste em fazê-la passar pelo que ela não está sendo. Desta forma, como processo, tal mitificação, implica necessariamente, na falsificação da consciência. É que seria impossível falsificar a realidade, como realidade da consciência, sem falsificar a consciência da realidade. Uma não existe sem a outra. (FREIRE, 1976, p. 1001).

Para dar sequência à discussão, Feuerbach (2012) compartilha que a análise da realidade a partir da lente subordinada ao sagrado, ao magnífico no campo da fantasia, pode levar a uma inversão de papéis entre o mundo concreto e o abstrato. Sanchis (2001) argumenta que o arcabouço cultural que envolve a religiosidade brasileira se forma, por meio de uma construção mútua a partir do domínio da religião cristã que se apresenta com certa hegemonia de forma estruturada. Outrossim, Marinho (2010) aponta para a necessidade da compreensão da importância da contribuição das religiões de origem africanas e afro-brasileiras na formação cultural do Brasil no modo de agir, sentir e pensar na sociedade brasileira e no mundo.

No Brasil, as casas religiosas de matrizes africanas é que foram depositárias de seu rico legado cultural. Inúmeras contribuições para a cultura brasileira foram e continuam sendo feitas pela religião dos Orixás, Vodum e Inquices oriundas dessas casas religiosas, a exemplo dos acréscimos na linguagem oral, gestual e visual. Houve contribuição para a culinária brasileira, tornando-a uma das mais sofisticadas e apreciadas do mundo. A contribuição para a linguagem musical também é das mais primorosas. Acredita-se, por observação empírica, que o ritmo Ijexa originou muitos ritmos mundiais, tais como, rumba, o mambo e outros ritmos latinos, tais como o jazz e outros ritmos americanos e europeus (MARINHO 2010, p. 188).

Freire (2008) contribui com o debate na perspectiva de uma proposta educacional que leve em conta o diálogo em prol da construção de uma educação democrática diante de uma nova compreensão do mundo em prol do bem comum. Nessa linha, Sanchis (2001) anuncia que acerca da religiosidade presente na cultura brasileira existe uma infinidade de crenças e

religiões. Dessa maneira Mariano (2015) alerta para a importância de um debate em prol de uma sociedade tolerante diante de uma imensidão de formas de enxergar o mundo por meio de um olhar transcendente, religioso ou sobrenatural. Para Sanchis (2001) o sincretismo religioso no Brasil, em alguma medida, se coloca diante de valores que estão determinados na sociedade pela cultura hegemônica cristã. Ele esclarece o papel preponderante da cultura construída a partir dos valores e crenças advindas da população que veio do continente africano nos mais variados campos da sociedade brasileira.

4.2. Laicidade na Educação Básica do DF

A partir das leituras realizadas sobre laicidade na educação pública o pesquisador percebeu a imensidão de valores e problemas a serem explorados neste vasto campo de pesquisa na educação pública do DF. Cunha (2013) aponta para a mentalidade ainda colonialista determinando valores e o modo de agir, sentir e pensar da comunidade escolar acerca do pensamento religioso. Para Diniz e Lionço (2010) a proposta de educação pública se estabelece, em alguma medida, de forma ambígua ao passo que os documentos oficiais apontam para uma educação laica e na prática a profissão de fé e as crenças hegemônicas ainda se apresentam no ambiente escolar diante da exigência de uma sociedade laica, pluralista e democrática em um Estado que não se apresenta por meio de religião oficial.

Diante do exposto a inquietação que move a realização do estudo é a realidade oportuna de poder estudar a vasta literatura acerca do debate da religiosidade na Educação em prol de descobrir os valores que permeiam o contexto escolar no tocante aos princípios religiosos e a relação com o que garante o Estado democrático de direito. O estudo apresentado pretendeu examinar as impressões a partir das possíveis relações de acomodações e mudanças imersas na realidade escolar por meio da teoria e da práxis, trazidas a partir dos estudos relacionados ao tema analisado, considerando que a proposta do Currículo em movimento (2014), da LDB e da própria Constituição Federal brasileira aponta para uma educação livre de uma crença oficial. Poder observar a relação da religiosidade e da laicidade na realidade concreta da escola é algo que pode trazer uma contribuição importante para a prática e o manejo docente e para a convivência na comunidade.

O estudo apresentou uma proposta que leva em conta as referências históricas brasileiras pertinente ao pensamento hegemônico que permeou a realidade brasileira de forma oficial e sem a legitimação do Estado brasileiro. Cunha (2013) explica que durante a um longo período

no Brasil colonial a religião católica era oficializada como crença única a partir do processo de colonização até o fim do sistema de padroado. Entretanto Cunha (2013) aponta que com o fim do padroado o clero e a cultura católica continuaram exercendo fortes influências no parlamento e na educação pública existente por meio de forte influência cultural. Freire (1996) esclarece que as mudanças acontecem na sociedade a partir da realidade existente ao passo que as transformações se realizam no cenário possível a transformação em uma realidade que se faz presente o contraditório diante da dificuldade de alteração.

Para dar sequência ao debate Diniz e Lionço (2013) reivindica a democracia para construção de uma formação laica na educação básica. Ampliando a discussão Perpétuo e Rêses (2018) explicam que o fortalecimento de uma realidade coletiva e mais ampla pode ser definida por uma proposta de educação que leve em conta as diferenças no sentido de respeito ao ambiente plural e diversos que a comunidade escolar está inserida. Dessa maneira Perpétuo e Rêses (2018) corroboram com Diniz e Lionço (2013) ao passo que ambos partem do pensamento que uma educação diversa é possível por meio do diálogo e da construção democrática em prol de um mundo melhor. Nesse sentido Diniz e Lionço (2013) reivindicam a importância de uma educação permeada de argumentos no que se refere a laicidade em torno de uma construção coletiva a favor de uma comunidade escolar diversa e plural. Dessa maneira,

Entende-se que esse processo de heterogeneidade e diversidade cultural é fruto de um contexto, de um espaço social macro, sendo a escola a parte específica de um todo. Logo, as ações externas e internas interagem e acabam, por consequência, refletindo no ambiente escolar. Assim sendo, se faz necessária a avaliação e a resignificação das práticas pedagógicas aplicadas ao meio escolar. Para tanto, é necessário estimular a interação e o diálogo de todos envolvidos, identificando as necessidades apresentadas, o que resultará num ambiente humanizado, agradável, prazeroso, saudável, bem direcionado e com resultados mais efetivos. Essa deve ser a marca da escola pública democrática e inclusiva, a qual deve se basear no respeito às diferenças, à cultura e à diversidade (PERPÉTUO; RESÊS, 2018, p.98)

Concordamos com Freire (1976), quando diz que a construção de uma visão crítica do mundo exige uma profunda reflexão sobre a prática social que se estabelece no meio cotidiano ancorado em uma proposta de formação humanista por meio de um projeto consciente de uma educação emancipadora. Na mesma linha, Rêses (2015) esclarece que a construção de uma perspectiva de mundo humanista surge a partir dos valores que estão submetidos os homens e as mulheres na sociedade em um universo que as reflexões e construções dos discursos que permeiam a sociedade possam levar a percepções individuais, mas as escolhas estão inseridas, de fato, no jeito de agir; sentir e pensar esgarçado no tecido social. Dessa maneira Freire (1976)

contribui com o debate esclarecendo que uma educação libertária é possível a partir de um exercício consciente de aproximação da cultura do outro em prol da construção do respeito mútuo.

Para Gramsci (1968) a sociedade se constitui um caldeirão cultural com categorias diferenciadas de simbologias e modos de ser construídos ao longo da história pelos intelectuais presentes na sociedade. Dessa forma Gramsci (1968) explica que todas as pessoas exercem atividade intelectual a partir das relações políticas, econômicas e culturais. Dessa maneira Marx (2011) explica que o processo de perpetuação da cultura está relacionado diretamente com a relação das pessoas com a natureza e com o mundo em um constante processo de humanização. Nesse sentido Marx (2011) esclarece que as pessoas se objetivam e criam suas relações com o mundo e com as coisas existentes na construção do Estado.

Para dar sequência com a discussão Marx (2011) explica a diferença entre o trabalho como condição para a transformação social e o sistema capitalista como uma perspectiva de exploração da classe trabalhadora. Marx (2011) defende que de forma racional as pessoas exercem uma ação consciente na natureza em prol das suas necessidades e se humanizam por meio de um trabalho socialmente útil, ao passo que na sociedade capitalista a relação da população no processo de construção cultural acontece por meio da desumanização e da exploração do trabalho a partir de uma lógica de predomínio do capital.

Gramsci (1968) explica que ao definir a intelectualidade e a produção cultural se faz necessário uma análise no processo de historicização social ao passo que a relação profissional e com o trabalho são determinantes nas relações que exercem movimentações laborais ou meramente voltadas ao intelecto com a certeza que toda ação humana é intelectual. Entretanto concordamos com Marx (2011) quando afirma que nem toda ação do homem no mundo laboral é consciente. De acordo com (Gramsci, 1968, p.7) “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mais nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. Gramsci (1968) esclarece em uma atividade profissional prática está também inserida a atividade intelectual para mover a parte mecânica e, além disso, os indivíduos na sua individualidade exercem atividades artísticas e se subjetivam ao reproduzir e imaginar formas diversas de se estabelecer no mundo.

De acordo com Freire (1976) o processo de formação cultural se estabelece a partir do que as pessoas inventam e reinventam ao passo que se relacionam com a sociedade e com o mundo. Dessa maneira Gramsci (1968) explica que a escola tem a sua importância no aperfeiçoamento, ampliação e desenvolvimento da tomada de consciência no tecido social. O

autor argumenta que a escola é o local ideal para o aprimoramento do pensamento, sobretudo, no mundo moderno do que é compreendido como clímax de produção intelectual.

Dessa forma Freire (2001) argumenta que não existe produção cultural mais importante que outras ao passo que o conhecimento popular não se antagoniza com a produção sistematizada, entretanto se faz necessária a valorização dos avanços e das produções intelectuais estudadas e apropriadas pela humanidade. Gramsci (1968) explica que no universo capitalista há um processo de verticalização cultural ao passo que se estabelece relações de importância no processo de construção da cultura. Freire (2001) aponta para uma proposta de educação horizontal, entretanto reconhece a verticalidade e as contradições presentes no processo de formação educacional e cultural no sistema capitalista.

Ambos os autores, Gramsci (1968) e Freire (1976), reconhecem a existência de um modelo educacional excludente inerente ao sistema capitalista ao passo que o pensador Antônio Gramsci (1968) aponta para a necessidade de um aprimoramento intelectual na sociedade em prol do afastamento de uma compreensão natural do mundo em busca de um pensamento sistematizado. Em alguma medida Freire (1976) corrobora com a discussão ao explicar a necessidade de equilíbrio por meio do círculo de cultura e de relações horizontais em prol da democratização do conhecimento por meio de uma percepção crítica de mundo. Entretanto Freire (2001) explica que o conhecimento popular e o científico se complementam ao ponto de se constituir como radical da percepção de mundo que cada indivíduo ou grupo social se estabelece a partir das suas próprias relações com a natureza. Dessa maneira Feuerbach (2012) esclarece que são as relações das pessoas com a natureza que produzem as suas representações sociais e simbólicas diante da realidade concreta.

Para Marx (2005), a religião no campo ilusório é um ideal de mundo criado na cabeça do próprio homem produzindo as suas ideologias o tempo todo. E Marx (2005) demonstra a inversão dos valores diante da realidade concreta ao passo que para o autor a natureza existe independente da consciência em um cenário que o pensamento religioso acaba invertendo a ordem natural do mundo. Nesse sentido se para Marx as representações partem da base material e a religião, no contexto alemão do século XIX, funciona como a inversão da consciência em busca de uma realidade ilusória. A busca por uma educação laica a partir de uma proposta democrática, como defende Diniz e Lionço (2010), pode levar a construção de uma religiosidade para além do campo metafísico diante da realidade social que emerge a própria essência humana.

Ampliando o debate, Torres (2018) explica que o processo de educação popular que acontece no círculo de cultura transcende a realidade concreta porque agrega valores da essência humana que estão inseridos na realidade social que a roda de educandos está fixada. Esclarece Torres (2018) que a organicidade das pessoas no círculo de cultura exerce uma ação e um esforço simultâneo em prol da construção de suas subjetividades humanas, políticas e sociais que emergem da realidade concreta do tecido social existente e não meramente a um apego ao domínio dos códigos que levam a formação das palavras. Ainda afirma Torres (2018) não conseguir definir ao estar diante de um adulto, jovem ou idoso trabalhador que passa a dominar a escrita das primeiras palavras por ser algo ritualístico inserido em um contexto vivencial carregado de muito trabalho manual e de construção coletiva, de perfumes de pessoas, de sonhos e de um encantamento por meio da descoberta do que estava imerso e emergiu na condição do direito de aprender, transcendendo assim a própria realidade de homens e mulheres que não dominaram a escrita no que se compreende como idade certa.

Torres (2018) explica que diante da realidade e dessa construção ritualística no círculo de cultura freireano as pessoas constroem uma visão crítica do mundo ao se deparar com as contradições da sua realidade. Cunha (2013) aponta para a necessidade de descolonizar a mentalidade religiosa europeia que corta o tecido social da sociedade brasileira. Diante disso em alguma medida Cunha (2013) propõe que os indivíduos façam o retorno as suas realidades e, dessa maneira, corrobora com Torres (2018), que explica a transcendência diante do compartilhamento das experiências, dos anseios, e das crenças que existem na comunidade. A dúvida é até que ponto a construção pregressa dos valores religiosos colonialistas exercem sobre aquele grupo. Entretanto Freire (2007) explica que ao pertencer ao mundo e ao tornar-se do mundo as pessoas se objetivam e constroem uma relação com o metafísico, não necessariamente buscando uma base conhecida ou comum na sociedade.

Considerando o debate sobre laicidade na Educação Básica ao longo da história da República brasileira, surgem questionamentos no que se refere aos limites estabelecidos por leis, bem como na garantia de direitos oriundos do processo democrático. A religião cristã católica, estabelecida pelo projeto de colonização portuguesa, tornou-se hegemônica no Brasil. Reafirmando o estabelecimento da cultura cristã desde o período colonial, Cunha (2013) aponta que, com o fim do Império e o estabelecimento da República, em 1891, o sistema de padroado chegou ao fim e estabeleceu-se o Estado laico. Contudo, o papel hegemônico da Igreja Católica perante ao Estado não chegou a ser superado. Diniz e Lionço (2010) argumentam que o ensino

religioso, que permeou a educação pública ao longo da história, permanece garantido na Constituição de 1988.

Por conseguinte, o Currículo em Movimento da SEEDF (2014), passou a nortear as práticas pedagógicas com o intuito de promover reflexões acerca da religiosidade como algo mais amplo e coletivo, enquanto religião como profissão de fé ou crença individual, praticada tanto no ambiente escolar quanto na sociedade. Com isso, Diniz e Lionço (2010) esclarecem que se inaugura com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, após a Constituição de 1988, a garantia de uma educação diversa, laica e plural.

Para Diniz e Lionço (2010), o país é laico porque não está estabelecida uma religião oficial nos documentos do Estado, entretanto, desde a Constituição de 1934 o Brasil tem como garantia o ensino religioso como currículo obrigatório na Educação Básica. Atualmente no currículo em movimento da SEEDF tem essa opção, desde que os estudantes se manifestem por ela. A partir das explicações de Diniz e Lionço (2010) pode se afirmar com certa clareza que tal prática se apresenta de forma ambígua. Mediante a Constituição Federal de 1988 ficou estabelecido em lei que “(...) é inviolável a liberdade de consciência e de crença sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida na forma da lei” (CF, ARTIGO 5º, Inciso VI). Diniz e Lionço (2010) traz algumas reflexões sobre o fato de não haver religião oficial no Estado. O que ensinar no ensino religioso sem comprometer a proposta de laicidade garantida na constituição de uma educação pública, laica e democrática?

Diante do que está exposto no Currículo em Movimento o debate sobre a laicidade leva a uma reflexão de como se estabelece a educação no Brasil, no contexto de um marco histórico que pode levar para vários fatores. Cunha (2013) aponta que o debate sobre a laicidade surge em um ambiente escolar que ao longo da história sofreu influência do Catolicismo. Nesse sentido, Cunha (2013) explica que a realidade escolar permeia um cenário de manifestações de embates entre católicos e neopentecostais. É nesse contexto que emerge o debate da laicidade, sobretudo, por meio das religiões de origem e de matrizes africanas e pessoas que se denominam sem religião em um movimento de resistência para combater o proselitismo religioso, que permeia o ambiente da escola.

O Currículo em Movimento da SEEDF (2014) se baseia na Pedagogia Histórico-Crítica, que se fundamenta a partir da perspectiva de Demerval Saviani (1986) que afirma a submissão a uma cultura hegemônica do dominador simboliza a perversidade que se dá mediante “a formação da opinião pública acerca dos meios de comunicação de massa, jornais e pregação religiosa (SAVIANI,1986, p.22)”. Para dar sequência a discussão, o pensador Paulo Freire

(2008) explica que o processo de ensino-aprendizagem exige protagonismo por meio de uma inquietação que possa mover o processo de aprendizagem e de construção, de forma autônoma, a partir da criticidade construída intrínseca à compreensão da realidade. Concordando com Freire (2008), compreende-se que, em alguma medida, o proselitismo religioso no processo de formação pode trazer uma perspectiva mecanicista diante da negação injusta do processo de aprendizagem.

Concordando com Cunha (2013), a construção de uma educação laica é possível a partir da crítica à hegemonia da Igreja Católica e ao aumento da influência neopentecostal nos espaços públicos, sobretudo no ambiente escolar. Freire (1979) pontua que as mudanças acontecem no espaço que ainda não foram transformadas, contudo, o mesmo autor reforça que a saída é por meio da criticidade e da interação para transformação dos indivíduos no meio social. Assim, à luz do Currículo em Movimento, este estudo pretende analisar essas questões em debate e verificar se a negação de um debate plural diante da profissão da fé em prol de uma religião hegemônica pode trazer prejuízos à paz social.

O Currículo em Movimento da SEEDF(2014), fundamenta-se à luz da Pedagogia Histórico-Crítica e traz como objetivo uma proposta educacional que propõe levar o educando à compreensão da realidade concreta e da busca pelo saber científico para a superação do senso comum. Saviani (2018) explana que a escola é local de superação das desigualdades e da construção do saber sistematizado. Somando-se ao debate, Freire (2001) argumenta que não há antagonismo entre o saber científico e o conhecimento popular, mas esclarece a necessidade da superação da consciência ingênua para uma leitura de mundo que possa levar à compreensão da realidade pelo processo de ensino-aprendizagem. Com isso, Freire (2014) se aproxima de Saviani ao apresentar uma perspectiva de educação que parte da realidade concreta.

Com efeito, sendo um instrumento de reprodução das relações de produção, a escola na sociedade capitalista necessariamente reproduz a dominação e exploração. Daí seu caráter segregador e marginalizador. Daí sua natureza seletiva. A impressão que nos fica é que se passou de um poder ilusório para a impotência. Em ambos os casos, a história é sacrificada. No primeiro caso, sacrifica-se a história na ideia em cuja harmonia se pretende anular as contradições do real. No segundo caso, a história é sacrificada na reificação da estrutura social em que as contradições ficam aprisionadas. (SAVIANI, 2018, p.24).

Por via do Currículo em Movimento da SEEDF (2014), o ensino religioso deve ser realizado nas escolas de acordo com os princípios da LDB e na perspectiva pluralista e diversa sob à luz do conhecimento científico, apropriado e reconhecido pela humanidade e não sob

aspectos doutrinários, o que se mostra relevante no espaço escolar na direção de tornar o espaço democrático e favorável à produção do conhecimento. Como afirma Prandi (1996, p.94): “a maioria da população foi mantida longe do pensamento científico, das filosofias laicas, dos modelos de comportamentos que implicam na escolha racional.” Desse modo, o documento apresentado pela Secretaria de Educação norteia a prática pedagógica na Educação Básica no sentido de garantir uma educação democrática.

Assim, segundo o Currículo em Movimento, a partir de 2014, nas escolas públicas do Distrito Federal ficou estabelecida uma proposta de ensino laico, concordando com os princípios básicos da Lei de Diretrizes e Base da Educação e com o artigo 5º da Constituição Federal no tocante às garantias de uma educação laica em uma realidade de um Estado que não se apresenta por meio de uma religião oficial. No entanto, para Diniz e Lionço (2010) a construção de uma educação democrática, pluralista e com valores que privilegie a diversidade, existe a necessidade de uma construção de valores a favor da mudança no jeito de agir, de sentir e de pensar de cada pessoa em prol de construir um sentimento coletivo de respeito mútuo no ambiente social. Tal discussão justifica a preocupação com um currículo escolar que leve as crianças, os jovens e os adultos ao debate em favor de uma formação ampla no campo sociocultural.

Assim, estudiosos vêm se preocupando com o tema laicidade, mediante o que vem sendo proposto nos currículos da Educação Básica. Dessa maneira, Cunha (2013) fez um estudo relevante para compreender a educação e a religião nas escolas brasileiras. Para o autor supracitado, o debate sobre o Estado laico perpassou o período republicano, com o fim do padroado e da presença de clérigos no Parlamento e permanece na conjuntura brasileira com forte influência política na sociedade

Cunha (2013) esclarece que a discussão da laicidade permeou a história brasileira e que o ambiente escolar sempre foi palco da hegemonia católica. Cunha (2013) explica que ainda reverberam influências do catolicismo e das igrejas neopentecostais nas instituições públicas brasileiras. Diante desse cenário, o mesmo autor afirma que o debate de um Estado laico emerge na resistência e na diversidade, sobretudo, das religiões originárias de origem e matrizes africanas, pessoas sem religião e das mais diversas crenças ou profissão de fé fora das linhas do debate das religiões cristãs, ao resistirem o proselitismo de crenças hegemônicas no ambiente escolar.

Tatiana Lionço e Débora Diniz (2010) afirmam que o debate em prol da laicidade é uma forma de garantia de um pressuposto ético e democrático no ambiente escolar. Contudo, Diniz

Lionço (2010) argumentam que não é fácil garantir a educação laica estabelecida na LDB diante da influência política das religiões cristãs e da falta de direcionamento ou matrizes claras do que vai ser ensinado no Ensino Religioso na Educação Básica. Nesse sentido, diante da ausência de materiais pedagógicos fornecidos pelo Estado, organizações sociais se unem e se posicionam sobre o conteúdo voltado às temáticas religiosas.

De acordo com Diniz e Lionço (2010, p.64): “há quem defenda a história das religiões; outros, as tradições culturais das expressões religiosas, tais como a música, a literatura ou os ritos”. Para compreender tal discurso pode-se recorrer a Cunha (2013), que esclarece que o debate sobre a laicidade não é a negação da religião e sim a proposta de uma convivência democrática no ambiente escolar, em que as pessoas possam professar suas crenças. No entanto, o autor supracitado aponta para a perspectiva política que atravessa o debate na sociedade.

Ainda, segundo Cunha (2013), mediante a ausência de parâmetros que proporcione o debate institucional do conteúdo religioso a religião, sobretudo, em alguma medida se torna parâmetro para os desajustes sociais que surgem no espaço escolar e nesse sentido pode se estabelecer uma cultura disciplinar a partir de uma visão de mundo de uma determinada crença, o que pode confundir os limites entre a profissão da fé e o Estado, sobretudo, por meio do inculcamento de valores dominantes que remetem ao colonialismo, se levado em conta crenças trazidas pelos colonizadores. Dessa forma,

Laico é o Estado imparcial diante das disputas do campo religioso, que se priva de interferir nele, seja pelo apoio, seja pelo bloqueio a alguma confissão religiosa. Em contrapartida o poder estatal não é empregado pelas instituições religiosas para o exercício de suas atividades (CUNHA, 2010, p.9).

Freire (1996) afirma que a percepção de mundo das pessoas emerge da experiência vivenciada na sociedade, por meio da realidade concreta. Freire (1996) explica que é importante refletir e compreender a realidade em que os fenômenos se manifestam e, nesse sentido, a percepção das coisas podem partir de certa racionalidade ou por meio de uma percepção ilusória do mundo. Freire (1996) argumenta que por meio da criticidade os indivíduos conseguem perceber como o mundo realmente se apresenta com as contradições existentes, ao passo que na ausência da criticidade as pessoas passam a analisar os fatos por meio do senso comum ou através das próprias conveniências.

Freire (1996) explica que a formação da consciência depende de uma construção cotidiana para se manter atuante na negação de uma condição de letargia. Mediante a esse debate, o Currículo em Movimento (2014) propõe uma explicação do fenômeno religioso, a

partir de dois caminhos distintos: da religiosidade por apresentar uma perspectiva mais ampla do fenômeno e por meio da religião no sentido individual da crença. Nesse sentido, o debate sobre a laicidade apresentada pelo currículo se legitima a partir da análise histórica e filosófica da natureza e não meramente por meio da magia ou do encantamento. Sendo assim,

A consciência mágica, não chega a acreditar-se superior aos fatos, dominando os de fora, nem se julga livre para entendê-los como melhor lhe agradar. Simplesmente os capta, emprestando-lhes um poder superior que a domina de fora e a que tem, por isso mesmo, de submeter-se com docilidade. É próprio dessa consciência o fatalismo, que leva ao cruzamento dos braços, à impossibilidade de fazer algo diante do poder dos fatos, sob o qual fica vencido o homem (FREIRE 1996, p.113-14).

Portanto, Freire (1996) estabelece uma reflexão a partir do materialismo para a compreensão, sobretudo, do idealismo a favor da construção de uma percepção concreta da realidade. Nesse sentido, para Freire a ingenuidade mediante a negação da realidade pode legitimar algo que não é racional ao ponto de adaptar, acomodar as pessoas ao mundo da fantasia. Portanto, na mudança de paradigma (FREIRE, 1996, p.114) explica que se faz necessária refletir sobre uma “educação que lhe pusesse à disposição meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade por uma predominantemente crítica”. Concordando com Freire (1996) e dialogando com Lionço e Diniz (2013), uma educação laica é possível por meio da superação do individualismo em benefício de uma educação verdadeiramente democrática e que preze por pressupostos éticos, sobretudo que leve em conta a historicidade e a análise profunda dos fatos em proveito da compreensão da totalidade.

Diniz e Lionço (2010) explica que a laicidade não é algo que pode ser construído meramente por meio das posições políticas ou do estabelecimento das leis, mas algo a ser estabelecido por meio da interação social na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Por conseguinte, segundo as autoras, o Estado Brasileiro é laico ao passo de não está determinado na Constituição brasileira o estabelecimento de uma religião ou crença oficial. De acordo com o Currículo em Movimento (2014, p. 299) “(...) no Distrito Federal a Lei Orgânica estabelece a oferta obrigatória do Ensino Religioso, com matrícula facultativa, nas etapas do Ensino Fundamental e Médio”. Contudo, o documento da SEEDF deixa claro a proposta de uma educação que privilegie as individualidades e o conhecimento científico em prol do bem comum.

O Currículo em Movimento (2014) esclarece que o Estado Brasileiro é laico, mas tem o dever de garantir a população brasileira o livre exercício de seus cultos religiosos de acordo com o que é garantido na Constituição brasileira. De acordo com (CF, Artigo 5º Inciso VI): “É inviolável a liberdade de consciência e de crença. Sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.” Ainda nessa direção, ao que cabe às garantias do Estado também está orientado nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com o objetivo de nortear uma educação a serviço da pluralidade e do respeito à diversidade. Nessa perspectiva, os princípios da LDB garantem:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: Igualdade de condição para o acesso e permanência na escola; Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, pensamento e o saber; Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; Respeito à liberdade e apreço à tolerância (LDB, Art.3º Incisos, I; II, III).

Atendendo a uma proposta do Currículo em Movimento, a afirmação do debate religioso na comunidade escolar é importante para agregar os valores individuais e coletivos no ambiente escolar, para além das individualidades em um debate amplo e plural em defesa da construção do conhecimento e da compreensão, a partir do confronto de ideias. A proposta do Currículo em Movimento da SEEDF(2014) vai ao encontro da importância do entendimento da cultura do outro em detrimento da construção de uma sociedade pacífica.

O Currículo em Movimento da SEEDF(2014) se legitima a partir das teorias críticas e pós-críticas. Nessa direção, o Currículo considera que os símbolos religiosos têm que ser trabalhados para que os educandos entendam a relação histórica e social da formação religiosa, por meio do conceito de alteridade a partir de uma lógica que o indivíduo possa se colocar no lugar do outro e que compreenda as diferenças.

Para dar sequência à discussão, o pensador alemão Ludwig Feuerbach (2012) explica que a religião é um fenômeno que reflete os valores morais e os anseios humanos, no sentido de buscar no sobrenatural as respostas para as contradições humanas no campo material. Nessa linha, o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) dialoga no sentido de definir a proposta de debate sobre o tema em questão em um campo das abstrações espirituais, contudo sem deixar de colocar em questão a compreensão do fenômeno, a partir da materialidade proposta pela Pedagogia Histórico-Crítica que fundamenta o documento da SEEDF.

Em consonância com Feuerbach (2012), a religião é uma idealização humana, uma ligação das pessoas com o fantástico, para a criação de coisas inexistentes. No entanto, com uma proposta de medir as imperfeições humanas a partir de idealizações perfeitas do próprio

ser em uma dualidade entre a razão e o afeto. Nessa linha, o currículo em Movimento da SEEDF (2014), se analisado à luz de Feuerbach (2012), propõe um equilíbrio entre a realidade material, que contempla o concretude da escola e as abstrações no campo religioso, a partir de uma proposta de uma educação laica. Ainda segundo Feuerbach (2012), os seres humanos criaram representações sagradas e acabaram invertendo o papel em nome das virtudes divinas. Dando sequência ao debate, o currículo em Movimento da SEEDF(2014) aponta para a compreensão do fenômeno a partir de uma proposta científica. Logo,

Na religião principalmente na cristã, a qualidade racional de Deus que se salienta sobre todas as outras é a perfeição moral. Mas Deus como um ser moralmente perfeito é apenas a ideia realizada, a lei personificada da moralidade, a essência moral do homem posta como essência absoluta a própria essência do homem. Mas a consciência de um ser perfeito moralmente enquanto de um ser abstrato, isolado de todos os antropomorfismos deixa-nos frios e vazios, porque sentimos a distância, a lacuna existente entre nós e esse ser – é uma consciência sem coração, porque é a consciência da nossa nulidade pessoal e, em verdade, da nulidade mais delicada, a nulidade moral (FEUERBACH, 2012, p.75).

Diante disso, o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) propõe aos estudantes e aos professores uma análise que permita a compreensão do fenômeno religioso para a construção de uma sociedade que saiba respeitar culturas diferentes e as individualidades de cada um, a partir da formação dos sujeitos envolvidos no processo, o que pode levar a uma consciência política de resistência a propostas dominantes. Nessa linha, Diniz e Lionço (2010) apresentam que a construção de uma sociedade laica está para além dos documentos e dos marcos regulamentados, porque depende de como as pessoas se relacionam na sociedade.

Além disso, Marx (2013) argumenta que ao analisar a religião de forma crítica o sujeito poderá construir uma aproximação do real diante da imersão de fatores que estão sempre trazendo novas compreensões aos fenômenos. E complementa Marx (2013), que a existência real do homem pode se abalar diante das reflexões sagradas criadas a partir de si mesmo. Nessa perspectiva, para o pensador, o indivíduo diante da natureza cria uma imaginação do real por meio da ideologia. Cunha (2013) explica que a defesa da compreensão do fenômeno religioso é necessária e não se trata de negar a religião, mas de qualificar o debate em prol da compreensão que possa legitimar o interesse da pluralidade e da diversidade na sociedade ou na comunidade escolar.

4.3. Liberdade Religiosa e o Processo Político Brasileiro Atual

A pesquisa propôs uma reflexão sobre a proposta do Currículo em Movimento da SEEDF (2014), a partir do que é permitido por lei e pelos marcos legais, para garantir a laicidade do Estado diante de um debate político que na conjuntura atual e ao longo da história sofreu e ainda resiste às interferências dos interesses das bancadas cristãs, nos parlamentos constituídos no Brasil. Segundo dados publicados no site da Câmara Federal, em 17 de abril de 2019, dos 513 parlamentares da casa, 195 compõem uma bancada organizada que se intitula como Bancada Evangélica. Nesse sentido, o estudo pretendeu levantar uma discussão acerca das possibilidades de uma perspectiva de sociedade que valorize a pluralidade e a diversidade de ideias.

De acordo com Diniz e Lionço (2010), a condição para a formação de uma sociedade laica passa pelos marcos legais estabelecidos pelo Estado. Apesar disso, há que emergir no cenário social as condições políticas e sociológicas que dê respostas às garantias estabelecidas nos documentos oficiais. Desse modo, ao relacionar os papéis oficiais e o cenário político atual, o debate avança para uma clara influência de representações voltadas às religiões cristãs.

A inquietação sobre a influência de setores evangélicos no parlamento brasileiro se fundamenta na explicação de Antônio Carlos Pierucci (1996). Diante disso, o autor esclarece que na década de 1980, no Brasil, surgiu uma força política com viés conservador que Pierucci (1996) conceitua como um novo segmento contrário ao setor de esquerda na política brasileira, ligados aos setores evangélicos. Para dar sequência à discussão, Pierruce (1996) afirma que esses novos grupos políticos influenciaram a Constituição Federal de 1988, após ditadura militar no país.

Nesse sentido, Cunha (2013) dialoga com Pierucci (1996), ao esclarecer que o setor protestante que no início da República se constituía uma minoria em defesa da laicidade, diante desse novo cenário político tenta se afirmar como grupo hegemônico. Não obstante, não se apresentam por meio de um debate em prol da diversidade e sim pelas garantias de valores tradicionais e conservadores comuns à cultura cristã predominante. Nessa linha, Cunha (2013) explica que o aumento de religiosos evangélicos na sociedade de acordo com o censo demográfico de 1960 a 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi em torno de 6 para 20 por cento da sociedade brasileira. Ainda assim, no Parlamento o reflexo foi bem maior, caso leve-se em conta que atualmente a bancada da Câmara Federal tenha uma Bancada Evangélica com 195 parlamentares. Em vista disto,

Para os setores intelectualizados e laicos da população, à surpresa diante do tamanho do grupo vinha juntar-se a descoberta de um forte *pedigree* conservador na grande maioria dos parlamentares protestantes, que resultava em reforço na pressão conservadora sobre a nova Carta. Durante muito tempo sustentando a sua crença fora da arena política, pretendiam, agora, que seus pontos de vista religiosos, minoritários em um país de tradição católica e de reconhecido confessional, tivessem sua normatividade imposta, pela constituição, a todos brasileiros. E de fato, a meta de seu apostolado era que a Carta Magna da nação brasileira se baseasse na carta magna de Deus aos homens, a Bíblia (PIERUCCI, 1996, p.164).

Sendo assim, Diniz e Lionço (2010) explicam que nem sempre a liberdade de crença que está garantida nos documentos oficiais possui uma proposta plural no processo educacional. Nesse sentido, a autora esclarece que há que se levar em conta como as garantias estão sendo organizadas no contexto pedagógico. Com isso, as autoras pontuam que a liberdade religiosa, em alguma medida, se materializa a partir do interesse das crenças hegemônicas. Diniz e Lionço (2010) explicam que a relação de ambiguidade entre religião e instituição pública se faz presente em muitos momentos da vida pública.

Laicidade, portanto, não é um regime político ou uma organização social que se instaura repentinamente, mas um dispositivo político e sociológico rumo a um processo de democratização e de liberações dos Estados. Como tal, a laicidade está sujeita a idiosincrasias culturais e sociais (LIONÇO, 2010, p.22).

Diante disso, Diniz e Lionço (2010) argumentam que as relações religiosas se apresentam no ambiente escolar e há de se estabelecer uma convivência democrática e respeitosa que leve à convivência harmoniosa. As contradições apresentadas neste debate, segundo as autoras, é que apesar do Estado brasileiro se caracterizar de forma laica, há instituições religiosas que agregam recursos públicos para se estabelecerem nos territórios os quais atuam e organizam suas profissões de fé. Nesse sentido, as relações políticas entre o parlamento e determinados setores religiosos ficam em alguma medida em evidência.

Quando se fala da influência da religião nas decisões do Estado no Brasil as evidências se apresentam no cenário jurídico e político. Corroborando com o debate no dia 07 de abril de 2021, evidenciou o debate no Supremo Tribunal Federal entre o Ministro Gilmar Mendes e o novo ministro Kassio Nunes, indicado pelo então presidente Bolsonaro. A pauta a ser analisada

pelos ministros estava relacionada à abertura dos cultos religiosos no período da crise humanitária.¹³

Desse modo de acordo com o julgamento sobre a abertura dos cultos religiosos em São paulo no dia 07 de abril de 2021, a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos reivindicaram o direito da liberdade religiosa em função de tornar os cultos e as missas como algo essencial no contexto da crise humanitária. Diante desses argumentos, o ministro Kassio Nunes Marques acatou o pedido da associação dos juristas evangélicos e votou a favor da abertura dos templos religiosos. Esse entendimento segundo a matéria se mostra controverso diante de uma realidade que a Organização Mundial da Saúde e cientistas no mundo inteiro apontam que pessoas aglomeradas em lugares fechados podem favorecer o contágio da Covid-19.

Assim, diante do julgamento no STF no dia 07 de abril de 2021, mais precisamente em São Paulo, os ministros da suprema corte opinou sobre o fechamento das igrejas diante da pandemia. O ministro Gilmar Mendes se posicionou de acordo com posições técnicas, em defesa do fechamento das instituições religiosas, enquanto o Ministro Kassio Nunes Marques se manifestou a favor dos preceitos da fé, inclusive citando a Bíblia para justificar o seu voto favorável à abertura das instituições religiosas empelna pandemia.

Para Mariano e Pierucci (1996) a postura política do grupo neopentecostal no parlamento em certa medida coaduna com setores ligados à direita ou à extrema direita no parlamento. De acordo com eles (1996, p.198), “a tendência do povo evangélico é não votar em candidatos das esquerdas, mas num cristão”. Entretanto, Mariano e Pierruce (1996) afirmam que há grupos de setores das religiões neopentecostais nos segmentos políticos de esquerda, mostrando que o setor religioso que predomina no Parlamento está inserido de fato no cenário político.

No entanto, segundo Michael Löwy (2000), o setor da esquerda da política historicamente no Brasil no cenário cristão teve uma aproximação com setores da Igreja Católica. Para Löwy (2000), durante o século XX na América Latina, os movimentos eclesiais de base da Igreja Católica demonstraram envolvimento e certa organicidade com a luta dos trabalhadores. Nessa direção, se faz necessária uma análise contextualizada para poder compreender a finalidade dos movimentos religiosos na emancipação política e na luta revolucionária. Com isso,

¹³ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=463849&ori=1>. Acessado em 12 jul 2022.

Inicialmente, quando se depararam com um fenômeno semelhante, os marxistas utilizavam um modelo tradicional de interpretação, contrapondo à igreja (clero), um órgão totalmente reacionário, os trabalhadores e camponeses cristãos, que poderiam ser considerados defensores da revolução. Em 1966, ainda era possível considerar-se como caso excepcional a morte de um padre, Padre Camilo Torres que tinha se juntado à guerrilha colombiana e foi assassinado em um confronto com o exército naquele mesmo ano. Mas o envolvimento cada vez maior de cristãos - inclusive muitas religiosas e padres - nas lutas populares e seu envolvimento maciço na Revolução sandinista obviamente demonstraram a necessidade de uma nova abordagem (LÖWY, 2000, p.11-12).

Assim, considerando as contribuições de Löwy (2000) pode se inferir que no cenário na América Latina as comunidades eclesiais de base tiveram papel relevante na construção de uma concepção política de esquerda. Nessa direção, a partir desse mesmo autor, pode-se confirmar que a contribuição da teologia da libertação nas lutas por libertação na América Latina e o reconhecimento às contribuições marxistas na organização dos movimentos religiosos demonstram um cenário que em certa medida vai de encontro com a filosofia de luta que emergiu na análise marxiana no contexto do século XIX na Europa.

Concordando com Löwy (2000), o movimento católico de esquerda por meio da juventude teve um papel significativo nos movimentos de libertação da América Latina. Nesse sentido, segundo o autor, marcaram uma posição cultural contra as ideias e formulações do capitalismo, mesmo sofrendo certa resistência do poder central da igreja que não convergia com as ideias comunistas. Segundo Löwy (2000), os movimentos sociais no Continente Americano buscavam paz e justiça social na luta por uma sociedade mais humana. Löwy (2000) explica que paralelo ao movimento do Capitalismo sob a perspectiva protestante estabeleceu-se um catolicismo de esquerda francês que, em certa medida, convergia com as relações econômicas capitalistas mesmo apresentando uma proposta progressista. Segundo Löwy (2000), a instituição católica não foi contrária ao capitalismo e ao contrário acabou negando um catolicismo mais radical. Contudo, o mesmo autor esclarece que os movimentos sociais na França e na América tiveram um papel importante na luta dos movimentos socialistas.

[...] durante a Segunda Guerra Mundial, movimentos e redes cristãs que tomaram parte na fundação, nos últimos anos da década de 50, do partido de esquerda socialista PSU (Partido Socialista Unificado), a corrente majoritária da Confederação Cristã do Trabalho (CFTC), que se tornou socialista e se transformou na Confederação Democrática do Trabalho (CFDT), bem como uma grande parte da Juventude Católica- estudantes (JEC, JUC)- ou trabalhadores (JOC)- que eram simpatizantes ativos, nos anos 60 e 70, de vários movimentos socialistas, comunistas ou revolucionários (LÖWY, 2000, p.52).

Dessa forma, Löwy (2000) esclarece que apesar dos movimentos de emancipação na Igreja Católica no Continente Americano ao contrário da realidade francesa não há um tradicionalismo da esquerda política na igreja que possa definir rumos e tomar posições na instituição. Nesse sentido, a partir da análise do autor pode se chegar à conclusão que os movimentos religiosos emancipatórios na América foram importantes na política, contudo não conseguiram marcar uma posição na linha ideológica da instituição religiosa no continente.

Contudo, Michael Lowy (2000) argumenta que o catolicismo sul americano herdou a característica radical do cristianismo europeu atendendo uma perspectiva cristã originária em prol de uma referência a partir de um Cristo empobrecido na luta por igualdade por meio de uma proposta e uma religião comprometida com os movimentos sociais.

Para dar sequência ao debate no que se refere a laicidade, sobretudo na educação, segundo Diniz e Lionço (2010) é fundamental que as pessoas tenham direitos a liberdade de cultivar suas crenças, contudo Diniz e Lionço (2010) esclarecem que não é algo fácil diante das influências que perpassam o ambiente escolar no que se refere a religião dominante. De acordo com Cunha (2013), em alguma medida a religião cristã se faz presente na vida das pessoas em várias fases e influencia o jeito de agir, de sentir e de pensar dos indivíduos. Nessa linha, segundo Cunha (2013), a cultura dominante e colonial acaba determinando, sobretudo, os valores morais existentes na sociedade os quais influenciam diretamente a escola no contexto em que está inserida.

Desse modo, é importante ressaltar que a promoção de uma educação laica não exige a negação da crença religiosa, mas legitima a diversidade na defesa de um Estado que não se define por uma religião oficial. Segundo Cunha (2013), a cultura católica que se estabeleceu no Brasil ao longo dos séculos, por exemplo, perseguiu ao longo da história colonial, império e república outras crenças que resistiram à conversão trazida pelos portugueses.

Assim, ao longo da História do Brasil houve uma hegemonia das religiões cristãs no cenário religioso e político, o que acabou em alguma medida estabelecendo um Estado que não delimitou bem a relação entre a política e a religião cristã. Segundo Cunha (2013) a luta pela laicidade no Brasil se legitimou diante do fim do império e início da república. Porém mesmo com a separação da igreja e Estado as relações no parlamento e na sociedade permaneceram. Ressaltando-se que,

A constituição de 1891 declarou a igreja católica separada do Estado – ela passou, então, da esfera pública para a esfera privada. O estado foi proibido de financiar qualquer tipo de atividade religiosa e assumiu importantes

funções, até então a cargo do clero, como o registro de nascimento e de casamentos. Todos os indivíduos e todas as confissões religiosas passaram a gozar de liberdade de culto público, podendo adquirir bens com a única dependência do direito comum (CUNHA, 2013, p.42).

De acordo com o debate apresentado neste estudo, pode se ressaltar a partir de Pierucci (1996) que na década de 80 há a construção de um novo setor religioso, os evangélicos, atualmente com peso no parlamento para fazer legitimar os seus interesses políticos e religiosos. Concordando com o debate, Cunha (2013) apresenta que em certa medida o setor ligado à Igreja católica perdeu espaço para o setor evangélico, no campo político. Contudo, vale ressaltar que nesse cenário predominam os valores hegemônicos ligados à crença cristã.

5. TOLERÂNCIA RELIGIOSA E EDUCAÇÃO

Diniz e Lionço (2010) explica a problemática que se estabelece em torno do debate da laicidade e religião na Educação Básica. Assim diz que a legitimação de um Estado laico pode partir de uma construção coletiva e democrática em prol da desconstrução de uma estrutura hegemônica cristã. Cunha (2013) corrobora apontando que a percepção cultural brasileira mudou ao longo da história acerca da religiosidade e demonstra em seus estudos o avanço das religiões pentecostais, de matrizes, de origens africanas, orientais e outras mais diversas somando-se as pessoas que se denominam sem religião. Freire (2007) dialoga com o debate ao afirmar que a sociedade está em constante mudança, porém sem possibilidades de abalar as estruturas vigentes.

Mediante ao que está proposto no estudo, Cunha(2013) explica que o debate religioso na escola é determinante para definir comportamentos dos indivíduos no ambiente escolar. Dessa forma o Currículo em Movimento da SEEDF(2018) reafirma a proposta de uma educação pluralista e diversificada em prol do estabelecimento de uma harmonia no ambiente escolar e na sociedade. Freire (2001) aponta que os valores que permeiam a comunidade acaba determinando as leituras que cada indivíduo faz da realidade e ilumina o debate ao afirmar que o movimento que se estabelece no meio social é determinante para que apareça ideias críticas acerca dos fenômenos existentes no contexto vivenciado.

Nessa linha de pensamento Natividade e Oliveira (2015) argumentam que as religiões cristãs se apresentam de forma conservadora no que se refere ao comportamento humano. Natividade e Oliveira (2015) argumentam que existem uma linha de pensamento entre católicos e protestantes que reivindicam um modelo tradicional familiar diante de uma sociedade que se

apresenta por meio da pluralidade e diversidade. Dessa forma o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio reafirma os princípios da LDB acerca do pluralismo de ideias e aponta para uma formação que leve em conta uma sociedade plural, diversa e que se mostre favorável aos anseios e direitos de todos no contexto escolar.

O Currículo em Movimento da SEEDF (2014) elucida a importância de uma perspectiva de aprendizagem que valorize a convivência mútua. Nesse sentido Lévinas (1993) explica que um agrupamento social vai estabelecer suas regras e códigos institucionais a partir da convivência de acordo com os anseios e as necessidades que vão surgindo com a convivência humana. Nesse sentido, Natividade e Oliveira (2015) afirmam que o discurso religioso cristão têm determinado sentimentos e comportamentos tradicionais, em alguma medida, tensionando o debate de ideias que almeja uma percepção pluralista e diversificada na sociedade. Em suma,

Agosto de 2004. Um projeto em tramitação na Assembleia legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) chamou a atenção da opinião pública, ao gerar uma delicada controvérsia sobre a possibilidade de mudança da orientação sexual para homossexuais. A fala de religiosos evangélicos sobre a possibilidade de “ transformação” dos indivíduos em ex-homossexuais adentrava a arena política , em um projeto que previa a alocação de recursos estatais para iniciativas religiosas voltadas a recuperação de homossexuais (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2015, p.262).

Natividade e Oliveira (2015) explicam que os movimentos sociais e organizações não governamentais tem dialogado com setores de estudiosos e cientistas na sociedade acerca dos direitos do grupo LGBTQI+, reivindicando direitos. Logo, Cunha (2013) afirma que o segmento religioso cristão tem se colocado de forma rígida acerca da legitimação de uma estrutura hegemônica que resista uma possibilidade mais ampla de sociedade que diferencie dos valores e anseios conservadores. Assim, em alguma medida, a partir dos estudos apresentados nesse trabalho fica exposto o tensionamento entre os documentos oficiais e o pluralismo social mediante a um pensamento conservador que insiste na unicidade do pensamento religioso hegemônico.

Na perspectiva de Natividade e Oliveira (2015), as religiões afro-brasileiras são mais flexíveis acerca dos vários comportamentos humanos e organizações familiares que existem no contexto social. De acordo com Natividade e Oliveira (2015, p.265) “os cultos afro-brasileiros são retratados, de modo geral, de forma mais flexíveis frente à homossexualidade”. De tal modo que o Currículo em Movimento da SEEDF (2018) afirma os valores plurais e diversos acerca da formação dos estudantes da Educação Básica, ao abordar o fenômeno religioso com a finalidade de construção de conhecimento científico. Os autores apontam para

importância do reconhecimento de grupos considerados minorais sociais em prol dos direitos da pessoa humana. Outrossim, Natividade e Oliveira (2015) afirmam que setores religiosos, a exemplo da instituição católica, advogam oficialmente contrários no que concerne a reivindicações de grupos minoritários na sociedade brasileira. De tal modo que,

Em abril de 2005, a mídia noticiou o resultado das eleições para o cargo máximo da igreja Católica: o alemão Joseph Ratzinger torna-se papa (Bento XVI). Uma série de reportagens destacou seu conservadorismo acerca da esfera da sexualidade; contrário ao aborto, ao uso de preservativo (camisinha) e à união civil de homossexuais. Trata-se de um posicionamento em continuidade com a moral sexual defendida por seu antecessor- João Paulo II- em documentos oficiais da Igreja (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2015,p.264-265).

Diniz e Carrião (2010) indagam se a escola é o lugar adequado para o ensino acerca da profissão de fé no contexto que o Estado se compromete com a laicidade. De acordo com as autoras, a instituição pública de educação é o lugar propício a emancipação humana e a promoção do conhecimento. Dessa maneira o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) contribui com a discussão na medida que define a religião no âmbito individual e a religiosidade como um fenômeno a ser problematizado por meio da reflexão acerca da produção de conhecimento na comunidade escolar.

O Currículo em Movimento da SEEDF (2014) aponta para uma educação voltada aos direitos humanos e a harmonia social. Assim, Cunha (2013) alerta que a estrutura cristã e hegemônica que permeia o processo da Educação Básica no Brasil se legitima por meio de questões disciplinares que se referenciam, em algum modo, cerceadas por valores morais e religiosos indo de encontro com a perspectiva da educação laica. Logo, para Silva (2015, p.10) “os casos de intolerância, antes apenas episódicos e sem grandes repercussões, hoje se avolumaram e saíram da esfera das relações cotidianas menos visíveis para ganhar visibilidade pública, conforme atestam as frequentes notícias de jornais. Dessa forma Freire (2001) elucida a importância de uma proposta educacional que se legitime pela reflexão e criticidade que não antagonize conhecimento sistematizado e popular; entretanto que supere a ingenuidade presente no mundo. Assim,

Através do debate desta situação, em que se discute o homem como um ser de relações, se chega à distinção entre dois mundos – o da natureza e o da cultura. Percebe-se a posição normal do homem como um ser no mundo e com o mundo. Como um ser criador e recriador que, através do trabalho, vai alterando a realidade (FREIRE, 1996,p.132).

Portanto Freire (1996) explica que os indivíduos a partir de uma relação com o ambiente e com as pessoas acerca dos fenômenos existentes aprendem a conviver e permitir a transformação da realidade vivenciada. Freire (1996) apresenta uma perspectiva libertária e não de domínio no sentido de que as mudanças aconteçam a partir da permissão dos personagens que se sujeitam a uma proposta de mudança construída coletivamente. Em suma, O Currículo em Movimento da SEEDF (2014) corrobora com o diálogo freireano acerca do respeito à diversidade em prol da construção do conhecimento e a partir das múltiplas determinações existentes nos sujeitos que compõem a comunidade escolar.

Para dar sequência com a discussão, a Base Nacional Comum (2018), assume os princípios da Lei de diretrizes e Base da Educação no que se refere à pluralidade religiosa. Para a BNCC (2018, p.438) “na busca de respostas, o ser humano conferiu valor de sacralidade a objetos, coisas, pessoas, forças da natureza ou seres sobrenaturais, transcendendo a realidade concreta”. Assim, a BNCC (2018) ao apresentar uma proposta para a Educação Básica que deixa, em alguma medida, implícito uma posição acerca da fé em detrimento de uma perspectiva histórica no que tange o debate da religião na Educação Básica.

O Currículo em Movimento da SEEDF (2014) apresenta uma proposta do estudo da religião e da religiosidade acerca do fenômeno em prol de uma análise científica. Em suma, o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) assume o conceito de alteridade e uma proposta plural acerca do debate sobre religião. Dessa forma a versão mais atual do Currículo em Movimento (2018) vai ao encontro da versão anterior de 2014, ao tratar acerca do fenômeno, por meio de uma proposta acadêmica no sentido de compreender a religiosidade em consonância com o conhecimento histórico, científico, filosófico. Assim a BNCC(2018) alinha ao pensamento do Currículo em Movimento da SEEDF(2018 quando afirma que:

Nos territórios sagrados frequentemente atuam pessoas incumbidas da prestação de serviços religiosos. Sacerdotes, líderes, funcionários, guias ou especialistas, entre outras designações, desempenham funções específicas: difusão das crenças e doutrinas, organização dos ritos, interpretação de textos e narrativas, transmissão de práticas, princípios e valores etc. Portanto, os líderes exercem uma função pública, e seus atos e orientações podem repercutir sobre outras esferas sociais, tais como economia, política, cultura, educação, saúde e meio ambiente. Esse conjunto de elementos (símbolos, ritos, espaços, territórios e lideranças) integra a unidade temática Manifestações Religiosas, em que se pretende proporcionar o conhecimento, a valorização e o respeito às distintas experiências e manifestações religiosas e a compreensão das relações estabelecidas entre as lideranças e denominações religiosas e as distintas esferas sociais (BNCC, 2018, p. 439).

Quando se fala em pluralidade religiosa no ambiente escolar, Cunha (2013) explica que a estrutura hegemônica que se estabelece nele é algo determinante para que se sustente referências de crenças que, em alguma medida, exercem influências no contexto vivenciado. Manter essa distinção analítica entre pluralidade, laicidade e conceito de alteridade é pertinente diante do fenômeno estudado. Assim, o Currículo em Movimento SEEDF (2014 e 2018) apontam para uma perspectiva educacional plural, diversa para proporcionar uma educação que permita a harmonia social. Assim a BNCC (2018) esclarece que a educação pública tem que garantir os direitos individuais, que paute as mais diversas crenças no contexto escolar. Muito embora Cunha (2013) argumente que a condição para a construção de um Estado laico ou plural seja a demolição de uma estrutura religiosa vigente desde o período colonial brasileiro.

O Currículo em Movimento da SEEDF (2018), explica que as mais diversas crenças que perpassam pela comunidade escolar tem pontos que se aproximam e precisam ser valorizados e respeitados acerca da individualidade das pessoas no ambiente escolar. Assim o Currículo em Movimento da SEEDF (2018) apresenta a religiosidade, a partir de uma proposta de afirmação da crença por meio da construção do conhecimento histórico. Dessa maneira a BNCC (2018) corrobora com o Currículo em Movimento da SEEDF ao apresentar uma proposta, em alguma medida, voltada a uma relação transcendental em detrimento de uma análise que aponte para o estudo da religião por meio de uma proposta científica.

O Currículo em Movimento da SEEDF (2018) aborda o fenômeno religioso acerca de uma proposta de educação de valorização das práticas cotidianas existentes na realidade concreta em prol da construção do conhecimento. Assim, Saviani (2018) colabora com o debate ao assumir uma proposta de formação dos estudantes, a partir da realidade concreta por meio da problematização científica em prol da construção do saber. Logo Saviani (2018) endossa o Currículo em Movimento em direção à pedagogia Histórico-Crítica. Em suma, Saviani (2018) explica que uma educação democrática tem que apresentar uma proposta clara que contemple os interesses da classe trabalhadora existentes na educação pública. Cunha (2013) contribui com o diálogo ao mostrar preocupação na construção de uma democracia em uma estrutura definida por uma percepção cultural cristã e hegemônica presente na sociedade brasileira e, obviamente, na relação de ensino e aprendizagem escolar.

O Currículo em Movimento da SEEDF (2018) aponta que embora exista na grade curricular a garantia do ensino do conteúdo religioso na Educação Básica é importante que seja definido como o fenômeno tenha que ser abordado, a partir de uma proposta pedagógica que leve em conta a ciência e não a profissão de fé. Para Diniz e Lionço (2010), ao ser apresentada

uma proposta de ensino religioso no currículo escolar os profissionais de educação se veem na condição de se desafiarem ao não encontrarem oficialmente uma abordagem clara para ser manuseada por meio das ferramentas pedagógicas adequadas para o ensino e a aprendizagem, diante de uma proposta apresentada nos documentos oficiais, de algum modo, de forma subjetiva.

De acordo com Sanchis (2001) a proposta de pluralidade na sociedade brasileira se estabelece a partir de uma realidade, em alguma medida, desigual no sentido de que se estabeleceu como uma verdade religiosa na memória das pessoas e entrelaçado no tecido social um imaginário religioso brasileiro construído a partir da ideologia cristã vinda com os colonizadores portugueses. Nessa forma de pensar, Cunha (2013) questiona a ideia de democracia em um cenário definido por uma posição estabelecida. Freire (2008) não apresenta-se de forma otimista, entretanto relativiza, em alguma medida, ao passo que aponta para uma esperança de mudança em busca de um sonho democrático próximo à utopia. Assim Diniz e Lionço (2010) apresentam saídas desde que se construa um debate acerca do pluralismo religioso em um universo de convencimento em que as pessoas se tornem dispostas a contribuir com o bem comum e coletivo. Logo,

A pluralidade sistemática mostra a sociogênese no Brasil, logo traduzida em porosidade e contaminações mútuas. Nem multiculturalismo simples de justaposição, nem confusão e superação das diferenças. Basta lembrar, desde o início, os movimentos compostos das “santidades” indígenas, que nasceram basicamente no campo social dos mamelucos, mas logo envolveram lideranças indígenas, colonos lusitanos e negros da Guiné, depois mais amplamente as tradições africanas, profundamente sincretizadas antes mesmo de chegarem ao Brasil, e introduzida aqui no caldeirão de uma matriz viva historicamente ativa e, ao menos quanto a vivência “popular”, processadora das diferenças: o catolicismo. Nem na África pura, nem reprodução simples do catolicismo europeu, nem continuidade intocada das religiões “nativas”, mas tão pouco homogeneidade de uma identidade nova porque simplesmente indiferenciada, do ponto de vista religioso ou do ponto de vista cultural (SANCHIS, 2001,p.25).

Nesse entendimento, Sanchis (2001) argumenta que o processo sincrético na sociedade brasileira se estabeleceu a partir de uma perspectiva cultural hegemônica cristã estabelecida a partir da referência do catolicismo europeu. Dessa maneira, Sanchis (2001) deixa implícito que não houve mudanças estruturais diante do surgimento do novo em uma atuação carente de novidades. Entretanto, Sanchis (2001) aponta que o campo popular brasileiro é imerso de crenças, hábitos e modos de existir no mundo contemplando assim uma realidade plural e

diversa acerca de um caldo cultural que se faz presente no tecido social e compõe a sociedade brasileira. De acordo com o Currículo em Movimento da SEEDF (2018), negar as crenças e a religiosidade existente na escola pode trazer, em alguma medida, danos a convivência humana e com isso causar repulsa que remeta a prejuízos ao ensino e aprendizagem na Educação Básica.

Considerando os apontamentos teóricos, para Freire (2007) o plural é inerente ao indivíduo por meio da relação que se estabelece com a natureza acerca das respostas variadas e de suas próprias subjetivações. Dessa maneira Para Freire (2001), diante do mundo os sujeitos se relacionam das mais variadas formas em um mesmo contexto ou em realidades opostas. Nessa linha, Diniz e Lionço (2010) explicam que a construção de uma escola que legitime a pluralidade e o respeito a laicidade se dá por meio de uma educação diversa, a partir de princípios éticos e regras comportamentais coletivas combinadas no meio social, nem sempre pelas leis e padrões estabelecidos em documentos oficiais, mas a partir do respeito mútuo. Dessa maneira Freire (1996) explica que as mudanças se fazem reais a partir da realidade concreta e do diálogo com os sujeitos reais.

Freire (2007) explica que as pessoas não são pacientes diante da construção histórica, mas sujeitos que subjetivam, intervindo na sua própria realidade. Para ele, os indivíduos constroem as suas formas de agir no mundo e se estabelecem com diferentes lentes que permitem enxergar a mesma realidade de forma subjetiva partir das experimentações cotidianas. Outrossim, o currículo em Movimento da SEEDF (2018) explica que a convivência com pessoas e grupos sociais diferentes, em algum modo, pode permitir o surgimento de novas possibilidades e percepções de forma harmônica e desinteressada no sentido da construção de uma lente que permita analisar os fenômenos e o cotidiano de forma ampla. Nesse entendimento,

A convivência com o diferente e com o próximo é a base da ética. Sendo o outro diferente de mim, tenho que ser capaz de viver e aceitar o diverso, a singularidade de quem vive e convive comigo. Há que se considerar, dessa forma, as mais diversas manifestações religiosas no Brasil, assim como a ausência de manifestações, dando-lhes o mesmo grau de importância. Sendo assim, o Ensino Religioso, neste Currículo, valoriza conceitos como paz, tolerância, diversidade, respeito, amizade, amor, autoestima, caráter, honestidade, humanidade e ética (DISTRITO FEDERAL, 2018, p.306).

Para Diniz e Lionço (2010), o problema a ser solucionado em prol da construção de uma educação laica passa, sobretudo, pela desconstrução de simbologias hegemônicas para que possa acontecer o surgimento dos valores religiosos das minorias sociais em prol de uma educação plural. A BNCC (2018) apresenta-se acerca de um debate, afim de promover a discussão do

fenômeno religioso na Educação Básica a partir de pressupostos científicos e, em alguma medida, promove uma discussão da necessidade de uma educação plural acerca dos valores coletivos que permitam a convivência no ambiente escolar. Assim esclarece a BNCC (2018, p.36) que “cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem o privilégio de nenhuma crença ou convicção. Dessa maneira a BNCC (2018) garante uma educação pluralista e que leve em conta os argumentos acerca do conhecimento sistematizado discutido amplamente e qualificado para a promoção e produção do conhecimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada por meio de uma análise documental com o intuito de responder como a laicidade e a religiosidade tem se manifestado nos documentos na Escola Pública do Distrito Federal. Logo, o estudo realizado se aproximou do Materialismo Histórico e Dialético e realizou as análises com a certeza de que estas são processuais e se apresentam de forma inacabada criando assim novas lacunas e inquietações acerca do fenômeno estudado. Nessa linha, a investigação se deu por meio de fontes documentais. Nesse entendimento o conceito de laicidade proposto nos documentos oficiais do Estado garantem uma educação voltada ao interesse da produção de conhecimento, plural e diversa, livre de proselitismo religioso. Ao refletir sobre o fenômeno estudado, Laicidade e Religião na Educação Básica do Distrito Federal foi levado em consideração: A Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Base na Educação, Currículo em Movimento da SEEDF, Base Nacional Comum Curricular e uma bibliografia de estudos comprovados e validados cientificamente acerca do objeto de estudo proposto.

Adentrar ao mundo da pesquisa é se jogar em um oceano desconhecido para desvelar o que se busca por meio da análise a partir de fontes inesgotáveis que leva a construção do conhecimento. Assim por meio da análise documental o presente trabalho analisou o Currículo em Movimento da SEEDF e sua proposta apresentada para o debate em torno da religiosidade que permeia o ambiente escolar afim de descobrir se a escola pública do DF é laica. Diante do exposto, o estudo demonstrou por meio das fontes pesquisadas que o Estado Brasileiro é laico por não apresentar uma religião oficial. Entretanto na prática prevalece uma estrutura legitimada hegemonicamente pela religião cristã apresentando certa ambiguidade se levado em conta que o Estado brasileiro se apresenta a partir dos documentos oficiais sem religião oficial,

e na prática valores religiosos, de certo modo, determinam o jeito de agir, sentir e pensar nas instituições públicas.

Mediante ao que foi proposto no estudo, o Currículo em Movimento da SEEDF apresenta uma abordagem acerca do objeto estudado, religião na Educação Básica, em uma perspectiva plural, lática e diversa em prol de uma educação voltada a harmonia social e a cultura da paz. Assim o Currículo em Movimento da SEEDF apresenta a educação religiosa sobre dois principais eixos: religião e religiosidade.

O Currículo em movimento aborda a religião como um anseio voltado as liberdade individual das pessoas na comunidade escolar e a religiosidade determinada pelo jeito de agir, sentir e pensar da coletivo ou dos valores seculares ou eminentes existentes no tecido social. Nessa linha de reflexão é importante ressaltar que as inquietações elucidadas não se encerram e não são conclusivas diante de uma realidade dialética que sempre permite um olhar por meio de lentes distintas que possam trazer novas intenções e resultados distintos ao fenômeno estudado.

Diante das fontes pesquisadas e de acordo com os documentos oficiais que norteiam a educação brasileira foi elucidado que o Ensino Religioso é obrigatória a oferta, entretanto a matrícula fica a interesse do estudante. Considerando os apontamentos teóricos o manuseio pedagógico do conteúdo religioso na Educação Básica, o Currículo em Movimento da SEEDF apresenta uma proposta a partir de uma perspectiva teórica, histórica, filosófica, sociológica em prol da construção do conhecimento sistematizado. Dessa maneira o debate da religião e da religiosidade na Educação Pública do DF não garante o clamor teológico, mas a construção do conhecimento científico em prol da emancipação humana, da valorização, da convivência mútua em função da formação para a paz social na busca por uma sociedade que prese pela tolerância religiosa.

No que se refere a relação laicidade e religiosidade na Educação Básica do Distrito Federal os documentos apresentaram que na prática, de algum modo, acontece certa ambigüidade acerca do fenômeno investigado. Em suma, no cotidiano escolar se apresenta resquícios de uma cultura religiosa advinda do período colonial brasileiro que se legitima de forma hegemônica por meio da religião cristã. O estudo elucidou que o catolicismo tinha uma relação direta com o Estado Brasileiro no período imperial brasileiro representado pelo que ficou conhecido como sistema de padroado e permaneceu influente em toda a história política e cultural do Brasil.

Considerando os apontamentos teóricos realizado no estudo, em 1891 com o estabelecimento do período republicano finalizou-se o regime de padroado. Entretanto, as fontes mostram que muito embora oficialmente a relação Estado e Igreja tenha sido finalizada com o advento da república, a influência do clero permaneceu presente no parlamento e nas tomadas de decisões nas questões referentes ao Estado Brasileiro.

O presente estudo aponta ainda que a estrutura política brasileira se manteve com forte influência da religiosidade que foi implantada e veio com a colonização portuguesa sobre influência marcante do catolicismo. Muito embora, fontes pesquisadas explicam que a partir do século XX, mas precisamente, na década de oitenta, o setor religioso católico foi perdendo espaço no parlamento com o surgimento da organização de grupos ligados as igrejas pentecostais, o que vem sendo conhecido no parlamento brasileiro como bancada evangélica.

As fontes pesquisadas mostraram que a Educação Básica Brasileira sofre influência da religiosidade cristã. Embora parte dos documentos apontem para uma educação laica a escola se apresenta por meio de uma estrutura hegemônica religiosa que, em alguma medida, define o comportamento das pessoas na comunidade escolar. Assim, a religiosidade popular, as religiões de terreiros, as pessoas que se definem sem religião e as várias crenças que permeiam o ambiente escolar de certa forma tenciona a estrutura em prol de uma visão mais ampla no tocante à religiosidade.

O estudo realizado apontou que o debate em torno da laicidade na Educação Básica não é a negação do pensamento religioso, mas a garantia de uma educação laica, plural e diversa que leve em conta o interesse coletivo. Assim, a discussão proposta na pesquisa apontou para a necessidade de uma educação pública que tenha objetividade para discutir sobre religião por meio de uma proposta pedagógica fundamentada em torno da construção do conhecimento sistematizado num contexto de respeito à diversidade e da subjetividade de cada pessoa ou grupo no ambiente escolar.

A pesquisa demonstrou que o Currículo em Movimento da SEEDF filiado a Pedagogia Histórico- Crítica apresenta uma proposta de emancipação humana e aponta para o conceito de alteridade. Assim, a proposta de formação apresentada leva em conta a convivência de forma harmoniosa a partir do respeito mútuo e da sugestão dos indivíduos que convivem no grupo social se comprometerem a colocarem no lugar do outro em prol da tolerância e do bem estar social. Nessa linha o Currículo da Educação Básica do DF dialoga com a CF, com os princípios da LDB e com a BNCC no tocante a uma proposta de educação laica e plural ao interesse da paz social.

Nesse estudo, as fontes investigadas analisaram o fenômeno religioso a partir de referências voltadas a historicidade com a intenção de compreender a relação do indivíduo com a natureza e suas interações com o mundo. Nessa linha, o estudo demonstrou que a religião, em alguma medida, é uma ideia invertida da realidade. Embora, de acordo com a pesquisa, as pessoas constroem suas crenças e transcendem a partir da realidade concreta mediadas com o mundo e com as experiências vivenciadas no contexto social. Logo o estudo apresenta que não existe um vazio entre as pessoas e a natureza. Dessa forma, as fontes analisadas mostraram que os seres humanos se estabelecem a partir dos acúmulos ao longo da existência humana.

Considerando os apontamentos teóricos, a religião se faz presente em toda a experiência de vida dos seres humanos. Logo, a forma que as pessoas se comportam no mundo, em alguma medida, sofre influência das crenças que permeiam o ambiente social experienciado. Dessa maneira a religiosidade se torna presente na sociedade e na vida das pessoas determinando o jeito de existir e de se comportar de um seguimento ou agrupamento social. Nessa linha, segundo fontes pesquisadas nesse estudo; na Educação Básica é importante que aconteça um diálogo que permita uma reflexão acerca da religiosidade em prol da construção de uma consciência crítica relacionada a produção do conhecimento na comunidade escolar.

A presente pesquisa, a partir da investigação indentificou o papel das crenças e religiões na vida das pessoas e no cenário social. Assim, diante da influência da religião cristã que se apresenta por meio de certa hegemonia na sociedade brasileira, o estudo mostrou que a possibilidade de um Estado laico existe a partir do rompimento com a estrutura existente. Embora os estudos apontaram que as mudanças são possíveis, entretanto dificilmente capazes de movimentos estruturais em uma realidade estabelecida.

As fontes pesquisadas apontam que uma educação democrática é possível a partir da tomada de consciência do grupo pertencente a comunidade escolar.

O estudo sinalizou que o Estado brasileiro é definido por não ter religião oficial, embora na prática, se estabeleça acordos no tocante a permanência do ensino religioso, embora haja interesse das religiões cristãs. Para dar sequência com a discussão, o estudo evidenciou que a conjuntura tem demonstrado que as ambiguidades no tocante a laicidade e a presença religiosa cristã tem sido prática presente, sobretudo, no alto escalão do executivo. Dessa maneira a pesquisa apontou que no Brasil existe uma Constituição Federal e documentos oficiais que garantem uma educação laica, plural e diversa. Embora, em constante tensão com valores religiosos intermediando o debate em prol dos interesses de determinados segmentos

importantes, institucionais, que deveriam em alguma medida, zelar pela pluralidade na sociedade brasileira.

O estudo apontou que o governo atual de Jair Bolsonaro, em alguma medida, tem privilegiado os setores religiosos cristãos em detrimento de outras crenças na sociedade brasileira ao se colocar favorável ao seguimento pentecostal. Embora a discussão venha se estabelecer no sentido de que as pessoas possam manifestar as suas crenças, a posição religiosa de um líder de uma nação pode exercer forte influência ao assumir oficialmente uma postura religiosa no ambiente institucional perante à sociedade. Entretanto a pesquisa apontou que posturas que apresentam diferentes interpretações no tocante a laicidade e a religião é algo comum entre autoridades que compõem o parlamento brasileiro.

O estudo apontou que uma posição crítica à hegemonia das religiões católicas e pentecostais nos espaços institucionais é condição para garantir um Estado laico. Nessa linha, o presente estudo apontou que o combate a hegemonia religiosa não é uma posição contrária a qualquer religiosidade e crença é sim uma postura elegante para garantir a existência pacífica e justa na sociedade, sobretudo, no âmbito público. Assim, a investigação aponta que uma sociedade democrática no que se refere a religiosidade tem que se construir no tecido social para além dos documentos estabelecidos oficialmente.

Ademais, o estudo realizado por meio de fontes bibliográficas e documentais no presente trabalho apontaram para a importância de uma proposta de educação laica, plural e diversa em prol da construção de um povo que prese pela tolerância das mais diversas crenças que existem no Brasil. Outrossim, o estudo elucidou que existem um tensionamento entre os seguimentos religiosos cristãos e as mais variadas crenças presentes na comunidade. O trabalho demonstrou que a intolerância religiosa é algo que constitui o pensamento hegemônico da sociedade brasileira.

A presente pesquisa explicou a permanência da hegemonia da religião cristã ao longo da História do Brasil. Portanto analisou documentos e demonstrou o papel do cristianismo na composição do Estado Brasileiro e a exclusão de crenças e religiões que emergem das minorias sociais. Dessa maneira o Currículo em Movimento apresenta uma proposta pedagógica que leva em conta a pluralidade de ideias e o direito a diversidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. Edições 70, 2011

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL, Câmara dos Deputados Frente Parlamentar Evangélica. <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frente>. Acessado em 01 maio de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Disponível em: www.gov.br/mdh/pt-br Acesso em 01 maio 2022

CALGARO, Fernanda e MAZUI, Guilherme. **G1** — Brasília 10/07/2019 09h19 Atualizado há 2 anos Globo canal g1: Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vaiindicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.g> Acesso em 08 mar 2022

CUNHA, Luiz Antônio. **A educação na concordata Brasil-Vaticano**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/cMBTftm5ZTxxwJfmhxdmsQ/?lang=pt>. Acesso em 08 mar 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Religiões: A descolonização religiosa da escola pública**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ensino religioso na escola pública: retorno de uma polêmica recorrente**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ch8ZMxtpx7ZshtgZW355HtP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01 maio 2022.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da SEEDF Ensino Fundamental Anos Iniciais- Anos Finais**. Brasília: SEEDF, 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da SEEDF Ensino Fundamental Anos Iniciais- Anos Finais**. Brasília: SEEDF, 2014.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Médio da SEEDF**. Brasília: SEEDF, 2014.

DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. **Laicidade e ensino religioso no Brasil**. Brasília :UNESCO: Letras Livres: EdUnB, 2010.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Tradução e nota de José Silva Brandão. – 3° ed. Petrópolis, RJ: Vozes,2012,

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia, saberes à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra ,2008.

FREIRE, Paulo. **Carta de Paulo Freire aos professores**. In: Estudos Avançados n. 15, vol. 42, p. 259-268,2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996,

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17° ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin.- Rio de Janeiro :Paz e Terra 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed.- São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho- Rio de Janeiro: ed. Civilização brasileira 1968.

HARTWIG, Fátima Bandeira. **O Respeito a Laicidade da Escola Pública na Perspectiva da Gestão Democrática**. Monografia. Brasília: Universidade de Brasília/ Faculdade de Educação, 2014.

HUTCHENS, B.C. **Compreender Lévinas**. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne – 1° ed. Rio de Janeiro: Vozes.

LÉVINAS Emmanuel. **Entre nós, Ensaio sobre a alteridade**. Pergentino Stefano Pivatto (coord.), 2° ed, Petrópolis: vozes 1993.

LÖWY, Michael. **A Guerra dos Deuses: Religião e Política na América Latina**. Petrópolis, RJ; Vozes,2000.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais em ação: A demonização dos cultos afro-brasileiros *In*; SILVA, Vagner Gonçalves (org). **Intolerância religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MARX, Karl. _ {à crítica da economia política} In: MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política** {e outros escritos. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. Religião e Intolerância à Homossexualidade: Tendências Contemporâneas no Brasil. In: SILVA, Vagner Gonsalves da (org.). **Intolerância religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no campo religioso Afro-brasileiro**. 1.ed.1. Reimpressão -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

ORO, Pedro. Igreja Universal um poder político, *In* ORO, Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (org). Igreja **Universal do reino de Deus: Os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2003.

PIERUCCI, Antônio Flávio, PRANDI, Reginaldo. **A Realidade Social das Religiões no Brasil - Religião, Sociedade e Política**. Coedição – Curso de Pós- Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Editora HUCITEC. São Paulo 1996.

PINEL, Wallace Roza; RÊSES, Erlando da Silva. **O crescimento do discurso religioso ultraconservador e sua influência nas políticas de educação no Brasil**. Interfaces da Educação. Paranaíba, v.12, n.34, p. 78-92, 2021.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para Profissão: Sindicalismo Docente da Educação Básica no Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 2015.

RÊSES, Erlando da Silva; SANTOS, Mário Bispo dos; RODRIGUES, Shirlei, Daudt. **A Sociologia no Ensino Médio: Cidadania e Representações Sociais de Professores e Estudantes**. 1.ed.-Belo horizonte, MG: Fino Traço, 2016.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SCHREIBER, Mariana - @marischreiber **Da BBC News Brasil em Brasília**, 7 abril 2021 BBC News, Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56657855>. Acesso em 01 de maio de 2022.

SILVA, Vagner Gonsalves da (org.). **Intolerância religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no campo religioso Afro-brasileiro**. 1.ed.1. Reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

VALENTE, Gabriela Abuhab. **Laicidade e ensino religioso na escola pública brasileira; questionamentos e reflexões**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/ftJvKs8KSpZqZNVmKwTywyx/?format=pdf>. Acesso em 01 de maio de 2022.